

IRACI GOMES DE VASCONCELOS PALHETA

O USO DA TERRA EM TAUÁ-VIGIA,  
ESTADO DO PARÁ

Tese de Doutorado apresentada  
ao Departamento de Geografia da  
FFLCH da Universidade de São Paulo  
Orientador: Prof. Dr. Antonio R  
cha Penteado.

SÃO PAULO  
1978

## 2. As Bases Essenciais do Uso da Terra

- 2.1. As condições geo-ecológicas
- 2.2. A ocupação humana do espaço:
  - 2.2.1. A ocupação do litoral
  - 2.2.2. As primeiras tentativas de colonização do Estado do Pará e ocupação das terras de Vigia
  - 2.2.3. A ocupação do interior e o processo colonizador Bragantino
  - ~~2.2.4. Os núcleos coloniais instalados em~~  
Tauá-Vigia
  - 2.2.5. Aspectos da ocupação atual
- 2.3. A população Tauá-vigiense: interferências do processo colonizador e dos fatos de uso da terra:
  - 2.3.1. A evolução populacional e suas causas
  - 2.3.2. A contribuição do fluxo imigratório
  - 2.3.3. As características etárias da população
  - 2.3.4. A população ativa: seus encargos e sobrecargas econômico-sociais e a incorporação do trabalho da mulher

## 2. As Bases Essenciais do Uso da Terra

### 2.1. As condições geo-ecológicas

Foi visto, anteriormente, que a área Tauá-Vigia apresenta uma dualidade de aspectos físicos: de um lado, as características fluvio-deltaicas que a identificam com o "Golfão Marajoara", representadas por sedimentos fluvio-marinhos atuais que dão origem aos baixios e terrenos alagados pelas águas de maré e dos rios por elas represados, cobertos por vegetação típica de baixadas litorâneas tropicais - os manguezais de outro lado, as terras firmes, ~~constituídas predominantemente por sedimentos mais antigos (plio-pleistocênicos) do grupo Barreiras e "pós-Barreiras", que formam o planalto sedimentar amazônico, geralmente designado por platô tauá-vigiense, outrora coberto por densa mata tropical, substituída por extensas capoeiras, e algumas manchas de paisagens vegetais diferenciadas já degradadas.~~

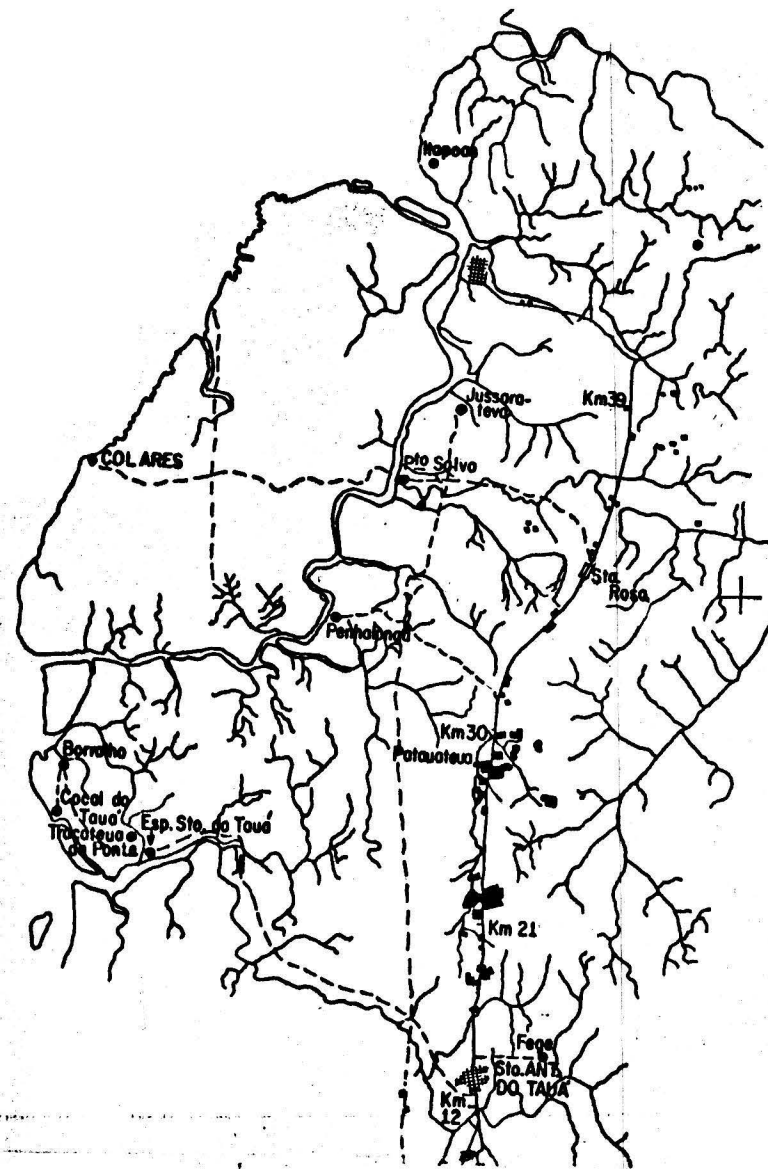
Essa dualidade de aspectos físicos, constitui a base fundamental da ocupação do espaço pelo homem, merecendo, assim, um tratamento mais detalhado de seus componentes, entre os quais inclui-se o próprio homem, cuja intervenção foi capaz de comprometer seriamente o equilíbrio ecológico pré-existente.

A franja litorânea é constituída por sedimentos recentes (holocênicos), resultantes da ação das águas fluviais, acrescentados de sedimentos marinhos, acumulados nas embocaduras dos rios e junto à costa, dando origem a bancos de areia, algumas pequenas ilhas e planícies costeiras de pequena expressão. A acumulação desses sedimentos dificulta a navegação junto à costa, tanto que os navios, para chegarem ao porto de Belém, necessitam dos serviços dos práticos sediados em Salinópolis. Além disso, nessa área, o pequeno declive dos vales permite a penetração profunda das marés até alguns quilômetros para o in

terior, fazendo com que os níveis das águas fluviais oscilem " com o ritmo que lhes comunica o mar", como destaca SILVEIRA. O autor ressalta ainda o importante papel geomórfico do represamento dos rios pela maré, o qual " condiciona a formação de várzeas encaixadas nos vales fluviais" (SILVEIRA, - 1952 p. 81); essas várzeas podem ser observadas no mapeamento morfológico esquemático da área (PRANCHA II: Carta 1).

Nessas planícies excessivamente argilosas e a cada instante de sua evolução realimentada pelos aluviões fluvio-marinhos, desenvolvem-se formações vegetais conhecidas como tamqueiro (*Tagara roifoli*), tinteiro (*Miconia sp.*), mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue siriuba (*Avicennia nitida*), mangerana (*Conocarpus erecta*) e mangue-rama (*Laguncularia nitida*), sendo comum ainda o capim estrepe (*Spartina brasiliensis*) (VIEIRA et al, 1967 pp. 48 e 49). Dessas formações, o mangue siriuba só aparece ... "nos locais em que a percentagem de sal na água é mínima" (KULMANN, 1959 p. 121). De qualquer modo, a influência marinha sobre essa faixa de terras tem limitada a sua utilização agrícola. Nela existe, contudo, uma perfeita integração entre solos, cobertura vegetal, vida animal e intervenção humana. A única atividade econômica que ali se desenvolve é a cata do caranguejo, condicionada às condições ecológicas locais e destinada aos mercados de Belém e Vigia e à alimentação das populações ribeirinhas.

À retaguarda dessas planícies, a níveis topográficos mais elevados, estendem-se as terras firmes. Essas terras, que integram o planalto sedimentar amazônico, correspondem, grosso modo, ao divisor de águas dos rios que vertem para o "Golfão Marajoara" - Tauá, Bituba, Água Boa, Caritateva e Barreta, - e dos que buscam o Oceano Atlântico - Marapanim, Majuim e seus tributários: Igarapés Braço Grande, e Jeju-Açu entre outros. Bastante entalhado pela rede fluvial platô tauá-vigiense inclina-se suavemente em direção ao litoral, onde termina sob a forma de pequenas falésias de 6 a 12 metros de altura. Morfológicamente, esse platô apresenta dois setores bem individualizados.

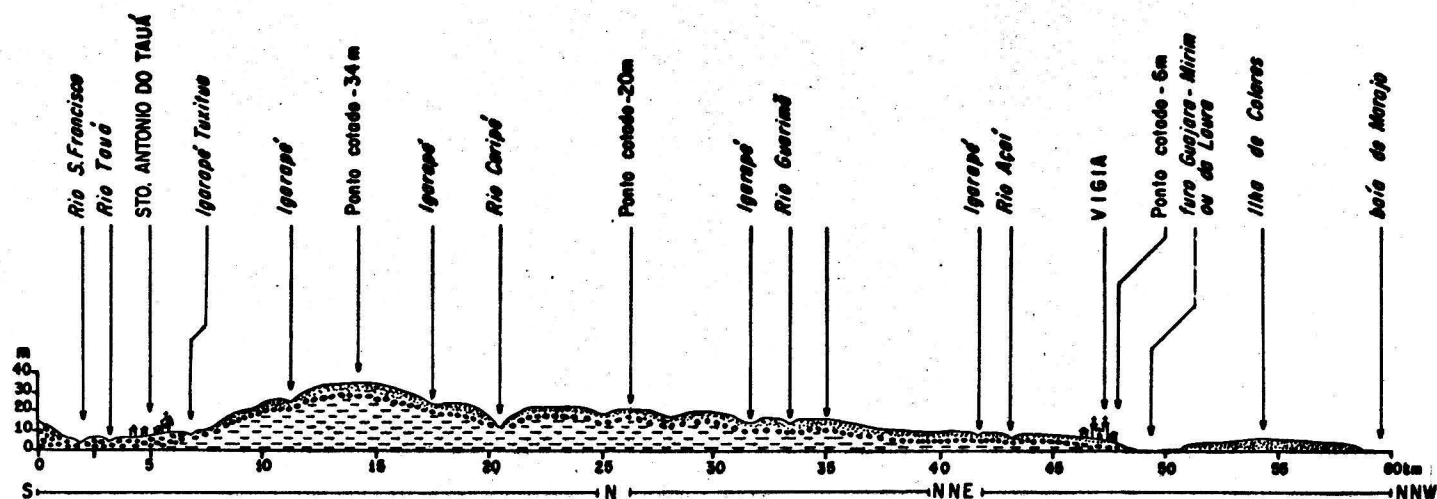


TAUA - VIGIA  
MORFOLOGIA E OCUPAÇÃO HUMANA

LEGENDA

- RIOS E IGARAPÉS
- VARZEAS COM SEDIMENTOS FLUVIO-MARINHOS, EMBUTIDOS EM TERRAÇOS
- SEDIMENTOS FLUVIO-MARINHOS COM ORIENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS
- VERTENTES DE TERRAÇOS LIGEIRAMENTE CONVEXAS
- TOPOS DE TERRAÇOS ENTRE 20 E 40 M. DE ALTITUDE
- TOPOS DE TERRAÇOS ENTRE 18 E 20 M.
- TERRAÇOS ENTRE 6 E 12 M.
- RODOVIA PRINCIPAL (PA-16, SANTA IZABEL-VIGIA)
- ESTRADAS SECUNDARIAS
- OCUPAÇÃO DA TERRA
- CIDADES
- SEDES DISTRITAIS DE FORMA NUCLEADA
- SEDE DISTRITAL DE FORMA NUCLEADA ALONGADA

PERFIL GEOLÓGICO ESQUEMÁTICO



ESCALA 1:250.000

LEGENDA

- Sedimentos Quaternários
- Sedimento do Grupo Barreiros (Terciário)
- Bloco Lateríticos

- o primeiro setor, que se estende do vale do rio Tauá e cabeceiras do braço esquerdo do rio Marapanim, a S e SE, até a altura do Km-39 da rodovia Santa Isabel-Vigia, Pa-16, com prolongamentos para N, NE, NW, W e SW, compreendendo a maior parte da área estudada; é caracterizado por uma sucessão de pequenos divisores de topo aplainado, dispostos em dois níveis topográficos distintos - de 15 a 20 metros e de 20 a 34 metros, - e vertentes alongadas, ligeiramente convexas, mantidos por crostas ou blocos lateríticos. O ponto mais alto desse platô, situa-se ao Norte da cidade de Santo Antônio do Tauá, a altura do Km-23 da citada rodovia, a uma altitude de 34 metros, que se aproxima da registrada em Anhangá (39 metros) por PENTEADO (1968, p.8) (foto 7).

- o segundo setor, mais plano e mais baixo, entre 6 e 12 metros de altitude, estende-se das proximidades do Km 39 até a cidade de Vigia e se repete por toda a porção litorânea e sub-litorânea da área estudada, e na fronteira Ilha de Colares. Esse setor corresponde ao mais baixo nível de terraços regionais, mantidos por crostas lateríticas, que têm como áreas de ocorrência Belém e seus arredores, zonas ribeirinhas do rio Pará, arquipélago marajoara, altos das barrancas de Macapá e diversos trechos internos do antigo "Golfão Marajoara". O nível considerado, mapeado por HUBER (1900/1902) e LE COINTE (1903), foi inicialmente designado por "nível de Marajó" (MARBUT & MANIFOLD, 1925) e reconhecido por DENIS (1927), MOURA (1943) e GOUROU (1949); mais recentemente mereceu a atenção de AB'SABER (1966, 1967 e 1968) que o denominou "nível Belém-Marajó". Na área estudada, esse nível de terraços, muitas vezes, entra em contato suave com o relevo colinoso anteriormente descrito; porém, em alguns locais, pode-se observar um desnível topográfico de 3 ou 4 metros entre ambos, que parece testemunhar a antiga linha de costa (foto 8).

As formas de relevo descritas foram esculpidas nos tenros sedimentos argilo-arenosos do grupo Barreiras (Terciário Médio/Superior) e areno-argilosos "pós-Barreiras" (Quaternário Antigo), capeados por sedimentos inconsolidados atuais e subatuais (Quaternário Recente), que recobrem as rochas pré-

cambiana do embasamento cristalino (SILVA e LOERWENSTEIN, 1968, p. 2; SÁ, 1969, p. 34; FRANCISCO et al., 1971 pp. 5 a 12) (4). Entre os sedimentos atuais destacam-se os "areições" que em Tauá-Vigia parecem corresponder a antigas dunas fixadas pela vegetação (ACKERMANN, 1964 p. 73; VALVERDE e DIAS, 1967 p. 5).

Essas terras mais altas, a salvo das inundações, indistintamente designadas por "firmes", desde o início do século XVII, guiaram a ocupação humana do espaço amazônico; Tauá-Vigia, portanto, não se constituiu uma exceção. Os primeiros núcleos de povoamento da área estudada, como da chamada "zona do Salgado", instalaram-se nas terras altas do litoral: Vigia (antiga aldeia de Uruytá), Porto Salvo e Penhalonga. A ocupação inicial do espaço pelo homem processou-se em torno desses núcleos, atingindo poucos quilômetros para o interior, restando ainda grande parte por desbravar. Nessa fase, a floresta tropical que cobria a região, representava sério obstáculo à penetração humana.

(4) - Os depósitos Barreira tem sua origem no arrasamento de "palio-regolites" dos escudos Guianense e Brasileiro, em consequência de "uma moderada subsidência regional de fins do terciário" e da ação de processos intertropicais alternantes neogênicos". A tectônica quebrável que criou a fossa de Marajó (fase Mar de Pirabas), proporcionou condições locais para o espessamento desses depósitos, afetando-os posteriormente, depois de consolidada, por um padrão ortogonal de diaclases, conforme constatações de STERBERG (in DEMANGEOT, 1959) e AB'SABER (1967 e 1968) e o que se pode comprovar pelo traçado da rede hidrográfica local (PRANCHA II). Os sedimentos, "lacustres e fluviais" se depositaram no antigo Mar de Pirabas - provavelmente sob condições climáticas "de temperaturas elevadas com estações secas e úmidas bastante pronunciadas", - a medida que se processava o recuo do mar (FRANCISCO et al., 1971).

O levantamento de conjuntos pós-piocenico, os abaixamentos eustáticos do nível do Atlântico, a par de prováveis modificações climáticas, facilitaram a superposição hidrográfica regional, determinando "o entalhamento e piciclico" dos sedimentos Barreiras, bem como os fenômenos de sedimentação - como documentam os terraços de nível intermediário da área estudada - e a elaboração de baixos terraços regionais (AB'SABER, 1966, 1967 e 1968).

No grande desvão talhados nos sedimentos Barreiras, entre o Amapá e o Nordeste do Pará, um afogamento eustático relativamente importante deu origem a um imenso "Golfo" preparando o terreno para a sedimentação deltáica - subsequente" (pós-piocênica e pré-holocênica). No ciclo



Foto 7 - Aspecto do platô tauã-vigiense ao Norte de Santo Antônio do Tauã, onde se nota maior entalhe; ao fundo, avista-se o topo mais elevado da área - 34m (foto da autora, 1972).



Foto 8 - Passagem do baixo terraço para o médio, com desnível topográfico bem marcado, após a Campina do Palha; parece indicar a antiga linha de costa (foto da autora, 1972).



Foto 9 - Ponte de madeira sobre orio Tauã, ao Sul da área, em frente ao Posto do D.E.R., no ponto mais estreito do vale (foto da autora, 1972).

Só no final do século passado, com a construção da Estrada de Ferro de Bragança e a instalação de núcleos coloniais, é que as terras interioranas foram ocupadas. O processo de ocupação inverte-se, fazendo-se agora do interior para o litoral. As margens do caminho de Vigia distribuíram-se aos primeiros colonos. Hoje, o mesmo eixo orienta grande parte da ocupação daquela área rural (PRANCHA II: Carta 2).

Ao contrário do que se verificou em áreas de colonização do Sul do País (WAIBEL, 1958 p. 216), a divisão dos lotes coloniais não obedece o traçado da rede hidrográfica, ocupando indistintamente divisores e fundos de vales; é o caso do núcleo Granja Américo, cujos lotes atravessam as pequenas plataformas interfluviais e o igarapé Santo Antônio (ver Planta 1).

A rede de estradas, por sua vez, denuncia uma preocupação constante de evitar a transposição dos cursos d'água. Via de regra, as rodovias (principais e secundárias) e os caminhos, buscam o topo dos pequenos interflúvios, e quando há necessidade de atravessar um rio ou um igarapé, eles o fazem nos pontos mais rasos e mais estreitos dos vales, sem ser preciso realizar grandes obras de engenharia. (foto 9).

Sobre o platô Tauá vigiense, com orientação ditada pelas vias de circulação, desenvolve-se toda a vida agrária local. Dessa forma alinham-se o habitat rural, as peças com cultivos de subsistência, os pimentais entre outras formas de uso do solo (fotos 10, 11 e 12). Sobre esse platô, instalam-se ainda os povoados rurais, vilas e cidades. A exceção dos núcleos de povoamento mais antigo (Vigia, Porto Salvo e Penhalonga), todos os demais guardam em seu traçado, um certo ar de familiaridade ditado pelas vias de circulação (fotos 13 e 14).

Se os elementos morfológicos serviram de base à instalação de uma paisagem humana na área estudada, em rela -

---

... atual o artigo "delta "foi superimposto irregularmente por estuários (embocaduras do Amazonas e do Pará)", perdendo a aquele caráter "pela dissecação intensa que sofreu durante um pequeno intervalo de tempo em que permaneceu exondado e sujeito a formação de lateritos". Essa dissecação foi responsável pela elaboração dos baixos terraços Belém-Marajó (AB'SABER, 1966, 1967 e 1968).



Foto 10- O habitat rural sobre o platô Tauã-vigiense, ao longo da PA-16, próximo ao rio Caripê, separado por capoeiras (foto da autora, 1972).



Foto 11 - Aspecto de uma roça com cultivo de mandioca em Santo Antônio do Tauã (foto da autora, 1972).



Foto 12- Pimental desenvolvido sobre colina tabular, à margem da PA-16, Santo Antônio do Tauã (foto da autora, 1972).



Foto 13 - Povoado de Jussarateua, instalado sobre um baixo terraço, no fim do ramal que parte da estrada para Porto Salvo (foto da autora, 1972).



Foto 14 - Aspecto parcial da cidade de Santo Antônio do Tauá, às margens da PA-16, onde se observa a superfície plana do relevo (foto da autora, 1972).



Foto 15 - Erosão concentrada, em latossolo da área, junto às cabeceiras do rio Marapanim - Município de Santo Antônio do Tauá (foto de Ruth Tsukamoto, 1975).

ções que se estabelecem entre esses e outros elementos do quadro natural e a ocupação do espaço pelo homem, apresentam grande interesse para a compreensão da "paisagem global" - (BERTRAND, 1971 p. 2) (5); Dessa relações decorrem importantes conseqüências para o meio rural: solos e cobertura vegetal degradados e seus reflexos na produção.

A área Tauá-Vigia integra o domínio de terras baixas equatoriais florestadas amazônicas, correspondentes à porção sulamericana de climas tropicais da faixa de baixas latitudes do Globo. Possui, assim, elementos que a identificam ao imenso domínio, tais como: temperaturas médias anuais elevadas, pequena amplitude térmica, forte umidade do ar, precipitações abundantes e bem distribuídas durante o ano, entre outros.

Ao tornar-se as médias térmicas regionais, percebe-se que a área em questão está localizada em uma das porções mais quentes da Amazônia. Alí, as temperaturas médias anuais, são superiores a 26°C; a isoterma de verão (dezembro, janeiro e fevereiro) superior a 25,3 C e a de inverno (junho, julho e agosto) próxima a 26°C, indicam uma fraca amplitude térmica (PRANCHA III: Cartogramas 1 a 3). Todavia, é a pluviosidade que lhe confere maior individualidade; com um total anual superior a 2.500 mm, esse setor é o mais chuvoso do território paraense e um dos mais chuvosos da região; no verão (dezembro, janeiro e fevereiro) a quantidade de chuvas é bem mais elevada que no inverno (junho, julho e agosto) (PRANCHA III, Cartogramas 4 a 6).

Embora os valores indicados sirvam a uma caracterização geral do clima local, eles não revelam a marcha habitual e as situações excepcionais que precisam ser conhecidas em um estudo de uso da terra. Na

---

(5) - Segundo BERTRAND, "A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialéticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução" (do original Paysage et Géographie Physique Globale. Esquisse méthodologique, publicado na Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, 39 (3) pp. 249 - 272, Toulouse, 1968, Traduzido por Olga Cruz.



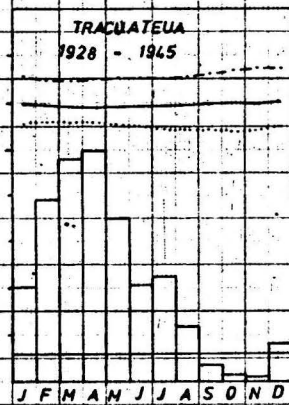
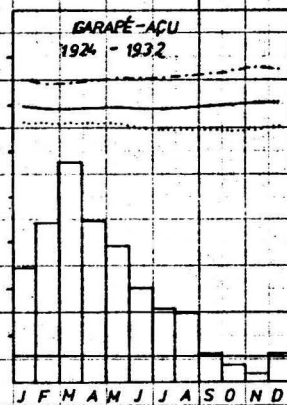
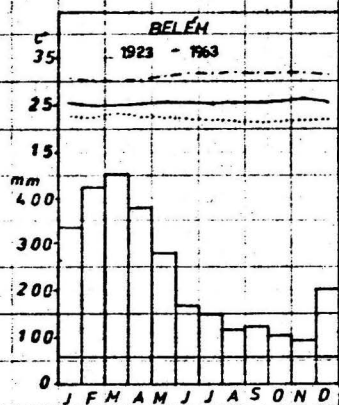
ausência de dados termo-pluviométricos específicos para a área em apreço, foram utilizadas as médias anuais de Belém, Igarapé-Açu, Tracuateua (período 1923-1963) e Salinópolis (período 1926-1942), que permitem um melhor conhecimento das condições climáticas do chamado Nordeste Paraense e uma idéia aproximada do clima local (PRANCHA IV: Gráficos 1 a 4).

Esses dados revelaram ligeira variação dos valores médios anuais nas quatro localidades e das localidades entre si. Em Belém as médias térmicas oscilaram entre 25º,1 C (fevereiro) e 26º,3 C (novembro), em Igarapé-Açu entre 24º,3 C (março) e 25º,8 C (novembro - dezembro), em Tracuateua entre 24º,4 C (julho) e 25º,7 C (dezembro) e em Salinópolis entre 25º,4 C (abril) e 27º,2 C (novembro). A média das máximas atingiram os seguintes valores extremos: em Belém 30º,3 C (fevereiro) e 32º,3 C (novembro), em Igarapé-Açu 29º,7 C (fevereiro-Março) e 33º,1 C (novembro), em Tracuateua 29º,8 C (fevereiro - março) e 32º,5 C (novembro) e em Salinópolis 28º,8 C (março) e 30º,8 C (março e 30º,2 C (novembro-dezembro), a média das mínimas oscilaram: em Belém entre 23º,2 C (março) e 21º,7 C (setembro) em Igarapé-Açu entre 21º,5 C (março-abril) e 19º,8 C (outubro) em Tracuateua entre 21º,3 C (fevereiro) e 19º,1 C (outubro) e em Salinópolis entre 21º,9 C (abril) e 24º,2 C (outubro - novembro). As temperaturas, via de regra, se matém elevadas e seus valores extremos "coincidem com as passagens equinociais", como lembra MONTEIRO (inédito p. 9).

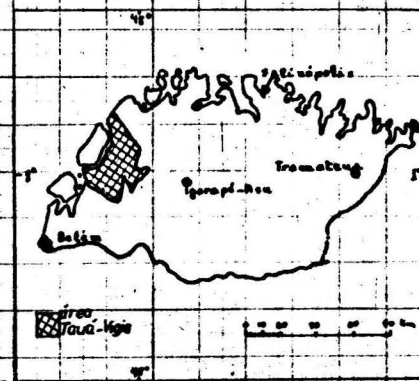
Quanto ao fator precipitação, observa-se, nas quatro localidades, a coexistência de um período chuvoso que se estende de dezembro-janeiro a julho e excepcionalmente julho (Tracuateua), com índices superiores a 200 mm. As chuvas iniciam-se em dezembro-janeiro, intensificam-se em fevereiro-março, abril ou maio (Tracuateua) quando registram-se índices superiores a 300 mm, a partir daí elas diminuem de intensidade até junho-julho ou agosto (Igarapé-Açu), quando então se inicia o período seco (agosto-setembro a novembro-dezembro). Esse pe-

VARIAÇÃO TERMO-PLUVIOMÉTRICA ANUAL

MÉDIA - Períodos: 1923 1963  
1926 1945

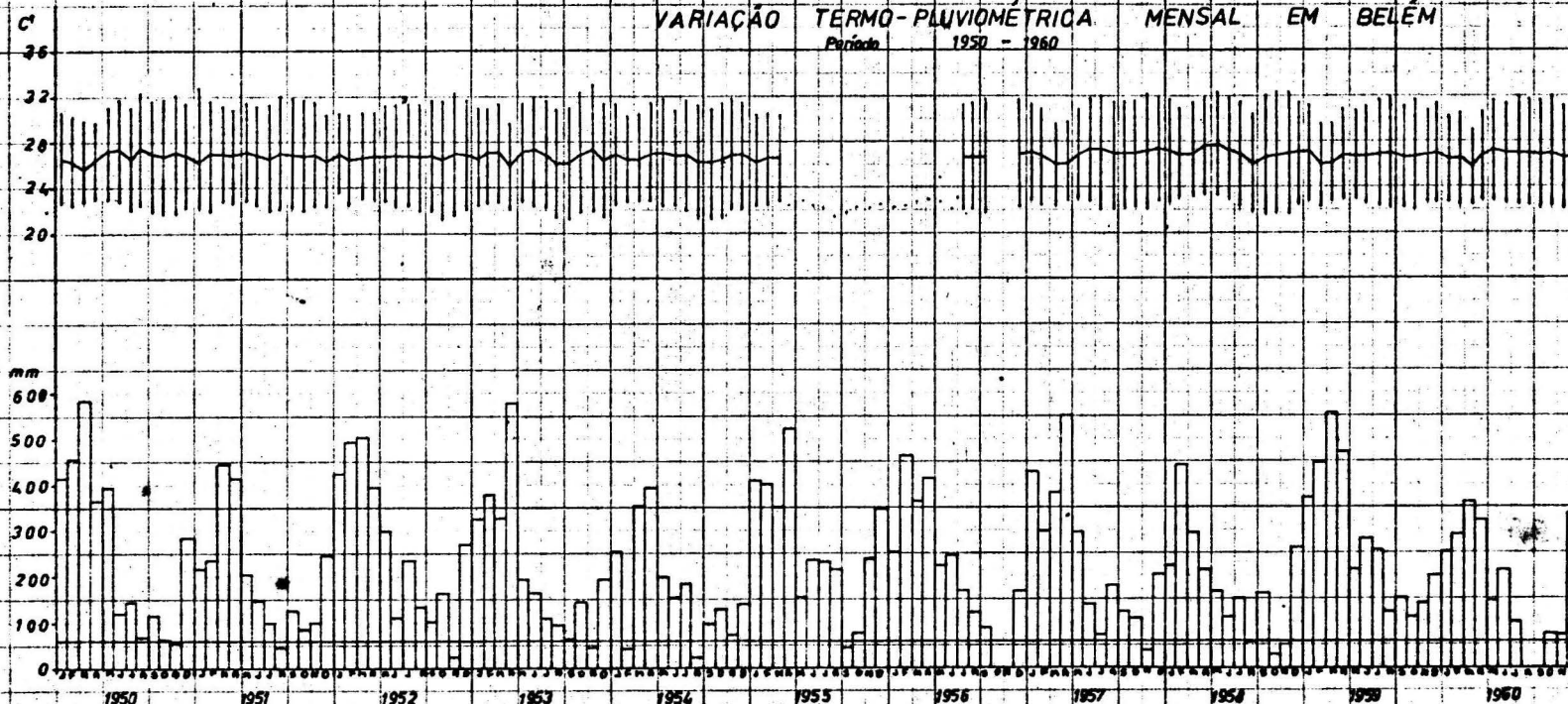


LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO em relação aos Postos de Observação



Fonte: Dados Normais Climatológicos e Meteorológicos do Serviço de Meteorologia do Min. da Agricultura, 1928-1963 - Rio de Janeiro.

VARIAÇÃO TERMO-PLUVIOMÉTRICA MENSAL EM BELÉM Período 1950 - 1960



Fonte: Observações Meteorológicas do Serviço de Meteorologia do Min. da Agricultura, BELÉM - PAHA, 1950-1960

riodo, que em Belém apenas se esboça, evidencia-se em Igarapé-Açu, Tracuateua e Salinópolis, com 2 a 3 ou mesmo 5 meses (Salinópolis) nitidamente secos (menos de 60 mm);

Assim, no verão-outono, há maior concentração de chuvas e uma atenuação das variações térmicas. Esses fenômenos correspondem, ao mesmo tempo, a um maior teor de umidade (Quadro 5). No inverno-primavera, as chuvas diminuem de intensidade ou tornam-se mesmo escassas (Salinópolis), as oscilações térmicas são mais acentuadas, enquanto diminui a umidade relativa do ar. Essa variação dos elementos climáticos, está relacionada à penetração da Frente Intertropical (FIT) na América do Sul e à maior incidência dos alísios nessa porção da Amazônia, como já demonstrou MONTEIRO (inédito, p. 7).

Em razão da área estudada estar parcialmente enquadrada na região de Belém, - como clima do tipo Af<sub>i</sub> de Köppen (BASTOS, 1969 p. 1, 1970 p. 6) faz-se necessário analisar os fatores termo-pluviométricos da região em um período de tempo menor, porém suficiente para se atingir o "sétimo climático" (MONTEIRO, 1971 p. 4) (6). Dessa forma, com os dados disponíveis em Belém (Granja Santa Lúcia - posto meteorológico do Ministério da Agricultura), foram determinadas as variações termo-pluviométricas mensais no período 1950 - 1960 (PRANCHA IV: Gráfico 5).

---

(6) - A "análise rítmica" em climatologia preconizada por MONTEIRO, permite o conhecimento do "padrão habitual" do clima, suas variações e desvios que geram diferentes graus de distorções até atingir padrões "extremos". Esta concepção metodológica tem orientado a produção científica do autor desde 1964 e de seus discípulos a partir de 1971 (MONTEIRO, 1971 p. 35/36), sendo ela que fundamentou a análise climatológica deste trabalho.

QUADRO 5 - UMIDADE RELATIVA DO AR EM BELÉM, IGARAPÉ-AÇU E TRACATEUA

M E S E S	B E L É M	IGARAPÉ-AÇU	TRACATEUA
JANEIRO	87	87	80
FEVEREIRO	89	90	89
MARÇO	90	93	91
ABRIL	89	92	91
MAIO	86	90	90
JUNHO	82	89	88
JULHO	82	86	86
AGOSTO	81	85	86
SETEMBRO	83	83	84
OUTUBRO	83	81	80
NOVEMBRO	81	78	79
DEZEMBRO	84	80	80
MÉDIA ANUAL	85	86	85

FONTE: Normais Climatológicos (1923-1963)

Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura

Rio de Janeiro.

No período considerado, as médias térmicas oscilaram por volta de 25<sup>o</sup>,7 C (março de 1950) a 28<sup>o</sup>,0 C (maio de 1958), a média das máximas entre 25<sup>o</sup>,5 C (março de 1960) e 33<sup>o</sup>,2 C (novembro de 1953) e a média das mínimas entre 23<sup>o</sup>,6 C (janeiro de 1952) e 21<sup>o</sup>,5 C (setembro de 1954), aproximadamente. Durante o ano as temperaturas se mantêm elevadas e alcançam seus valores extremos em torno dos equinócios, conforme constatações de MONTEIRO (op. cit. à pág. 14); as maiores amplitudes térmicas verificam-se em torno do equinócio de setembro.

Os índices pluviométricos oscilaram entre 585 mm (abril de 1953) e 23 mm (agosto de 1954) aproximadamente; fevereiro, março ou abril são os meses mais chuvosos do ano e agosto, setembro, outubro e novembro os menos chuvosos, com 1 ou 2 meses nitidamente secos (menos de 60 mm.). 1955-1959 foram os anos mais chuvosos (3.360 mm. e 3.242 mm. respectivamente) e 1954-1958 os mais "secos" do período (2.043 e 2.185 mm respectivamente). Esse fato parece indicar que há uma repetição cíclica de anos secos e chuvosos a cada 4 anos. Note-se ainda que em 1954, o mês de fevereiro, normalmente um dos mais chuvosos foi um mês excepcionalmente seco (menos de 60 mm) e em 1958 o período seco foi mais longo (agosto-novembro) e interrompido chuvoso (setembro). Em 1955 as chuvas prolongaram-se até agosto, quando o normal é até maio-junho e em novembro iniciou-se o novo período chuvoso, quando normalmente inicia-se em dezembro; em 1959 não existiu um período seco, as chuvas apenas diminuíram de intensidade.

A variação mensal dos elementos climáticos tem um grande interesse para o estudo do meio rural, tanto pelo condicionamento das atividades agrárias (preparo da terra, plantio, colheita, etc), como pelas consequências sobre solos e cultivos. Por outro lado, as situações excepcionais devem desmorientar o agricultor e ter profundos reflexos sobre a produção e sobre o meio rural. A correlação entre os elementos climáticos e a produção não foi tentada, em razão dos dados relativos à segunda (1959-1970) não coincidirem com o período dos primeiros já analisados (1950-1960) e, além disso, pelo fato da área estudada não possuir as mesmas características climáticas da região de Belém (na qual BASTOS parcialmente a enquadrou).

Segundo os agricultores locais, em Tauá-Vigia, existe um período nitidamente seco que se estende de setembro a novembro; as primeiras chuvas começam a cair em dezembro-janeiro (como na região de Belém), intensificam-se em março-abril (fevereiro-março na região de Belém), diminuindo em maio-junho (junho-julho na região de Belém), rareando em julho-agosto, quando então se inicia o período seco (este não se registra na região de Belém). Pelas características apresentadas, seria conveniente enquadrar Tauá-Vigia em uma área de transição entre o clima de Belém (mais úmido) e o de Salinópolis (mais seco).

Essa alternância climática, norteia as atividades do homem tauá-vigiense condicionando as épocas de preparo da terra (de setembro a novembro), plantio (dezembro, janeiro, ou mesmo fevereiro, dependendo das culturas) e colheita (de maio a julho para as culturas temporárias e de julho a outubro para as culturas permanentes) deve ter sérias repercussões no meio rural. As primeiras chuvas ao encontrarem o solo desprotegido devem exercer um intenso poder erosivo. Ao tratar do problema na região Bragantina, lembra PENTEADO que "conhecer a intensidade da erosão provocada por estas chuvas, constitui, a nosso ver, medida que se impõe, se é desejo ver algum dia em execução uma verdadeira política agrária na Amazônia (PENTEADO, 1968 p. 27). Até o momento não há indicação de que algo tenha sido feito nesse sentido; nas Atas do Simpósio

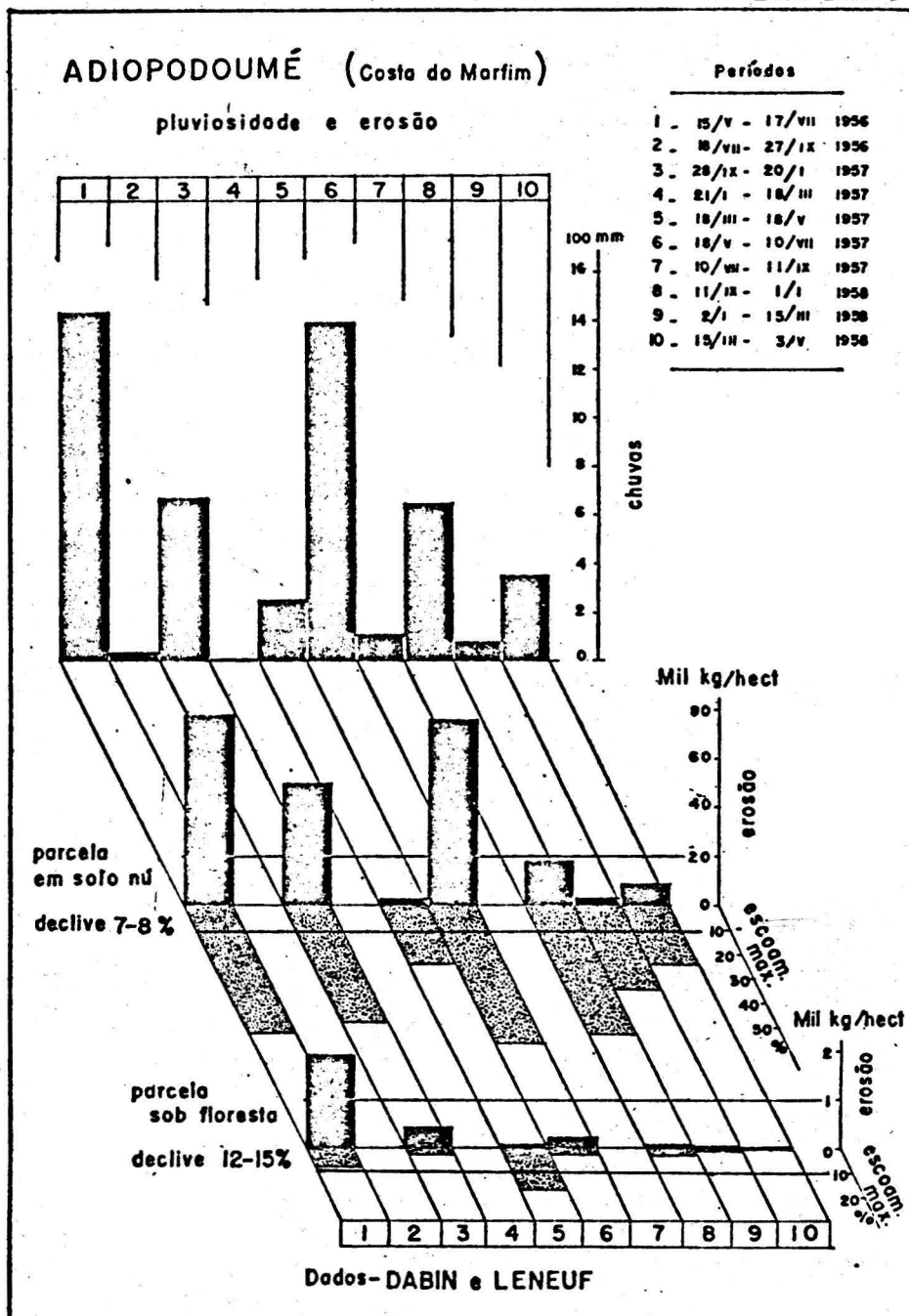
sobre a Biota Amazônica, em especial a que trata da Conservação da Natureza e Recursos Naturais, não há referência ao assunto (CARVALHO, 1966, 47. pp.).

A falta de controle do fenômeno erosivo na Amazônia, impossibilitou o estudo comparativo das modificações introduzidas naquele meio rural com as de outras áreas tropicais úmidas do Globo. VALVERDE e DIAS são de opinião que na Bragantina - Salgado, "região de relevo plano, o arrastamento superficial do material pelas enxurradas é de reduzida importância (VALVERDE e DIAS, 1967. p. 8). PENTEADO, entretanto, ao lembrar a idéia desenvolvida no Brasil de que "a inclinação das vertentes teria sido a principal responsável pela erosão acentuada do solo", conclui: "... na Amazônia, como na África equatorial, as vastas extensões dos planaltos arenosos que as constituem não deveriam sofrer processo erosivo similar, já que as terras têm pequena declividade". Assim, à declividade do terreno, o autor associa outros elementos já apontados por FOURNIER (1960, p. 8), como: intensidade, abundância e frequência das precipitações, comprimento da vertente erodida e cobertura vegetal, que atuando ao mesmo tempo, "são capazes de explicar a erosão provocada pela água de chuva" (PENTEADO, 1968 pp.145 - 146).

Para se ter uma idéia da gravidade do problema, basta observar o gráfico organizado pelo autor citado com os dados de Adicopadomê (Costa de Marfim) levantados por DABIN e LENEUF (Gráfico 3); ali, as parcelas experimentais destituídas de qualquer cobertura vegetal são as mais suscetíveis à erosão, embora sejam estas que apresentam os mais fracos declives, ao contrário das cobertas por florestas. No período 6 a erosão atinge um caráter assustador, tendo sido arrastados quase 80.000 Kg de terra por hectare (80 t/ha) na primeira parcela, contra apenas 250 Kg por hectare na segunda. Isso, sem dúvida, constitui uma séria advertência aos agricultores de áreas tropicais de que o solo não deve ficar exposto à ação direta das águas pluviais.

Os efeitos das precipitações sobre os solos da área estudada revestem-se da mesma gravidade. Ao iniciar-se o

GRÁFICO 3



ARP 1968

período chuvoso, as áreas recém derrubadas e queimadas são submetidas a intensa lavagem e naquelas completamente degradadas, abandonadas pelo homem, verifica-se uma aceleração dos processos erosivos tropicais; os amplos sulcos existentes nas vertentes de pequena inclinação, indicam que o transporte de terra atinge grande monta (foto 15). Torna-se pois evidente que a ação desordenada do homem, constitui o principal fator de degradação daquele meio rural, ao qual vêm aliar-se as condições climáticas locais.

Por outro lado, a alternância climática (período seco-período chuvoso) reflete-se em outro elemento do clima, que se reveste de mais alta importância na agricultura, como em qualquer outro ramo da exploração humana relacionado com a economia de água na natureza; trata-se da disponibilidade de água no solo, elemento que por si só é a expressão do próprio clima. Para sua estimativa são levados em consideração dois fatores básicos: a precipitação pluviométrica e a evapotranspiração, embora outros fatores direta ou indiretamente interferam na sua determinação (CAMARGO, 1966 p. 4).(7).

Assim, os dados do balanço hídrico de Belém revelam que, no período compreendido entre dezembro a julho, inclusive, sendo a quantidade de chuvas (P) superior ao teor da evapotranspiração (Real - (ER) e potencial - (EP), o solo vê-se ultrapassado em sua capacidade de campo (ARM) e, portanto, com excedentes hídricos; em agosto, embora a precipitação alcance menor valor que a evapotranspiração, o solo ainda se encontra com umidade suficiente para suprir a necessidade das plantas; de setembro a novembro, como as insuficiências de chuva persistem em relação à quantidade de água retirada por evapotranspiração, registram-se déficits hídricos, sendo novembro o mes mais seco do ano (def = - 18 mm.); em dezembro, apesar da evapotranspiração permanecer elevada, há uma grande reposição pelas chuvas, registrando-se pequeno excedente de água no solo (Quadro 6, vide PRANCHA VI: Gráfico 1).

(7) A "evapotranspiração" foi proposta em 1955 por THORNTON e WAITE, para exprimir, em milímetros, a capacidade de evaporação e transpiração vegetal de uma área coberta de vegetação e com solo bem sofrido de umidade (CAMARGO, 1966 p.4). Corresponde, pois, as perdas de água do solo pela evaporação e transpiração vegetal.

**QUADRO 6** — Balanço hídrico mensal segundo "Thornthwaite.1955", para a localidade de Belém, Pará, baseado em dados termopluiométricos do período de 1923.1963. Temperaturas médias compensadas. Latitude: 1°28' S. Longitude: 48° 27' W. Gr. Altitude: 12,88mm (capacidade de campo 125mm).

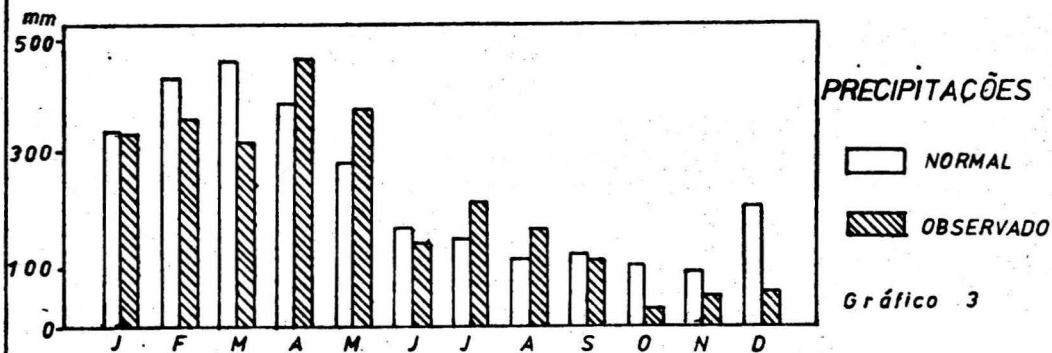
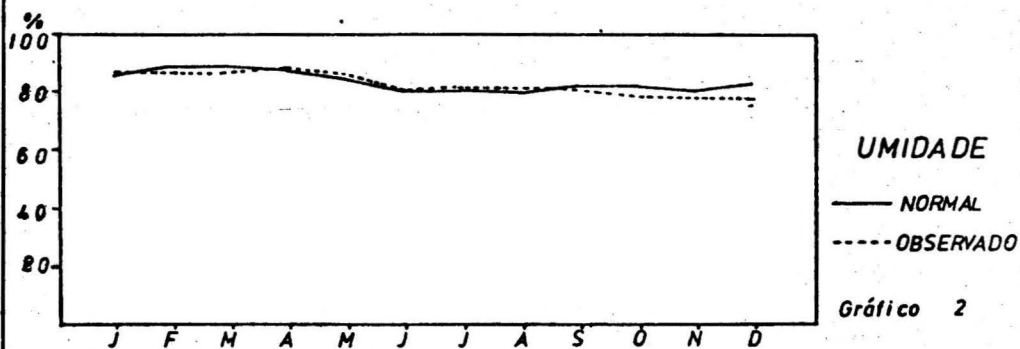
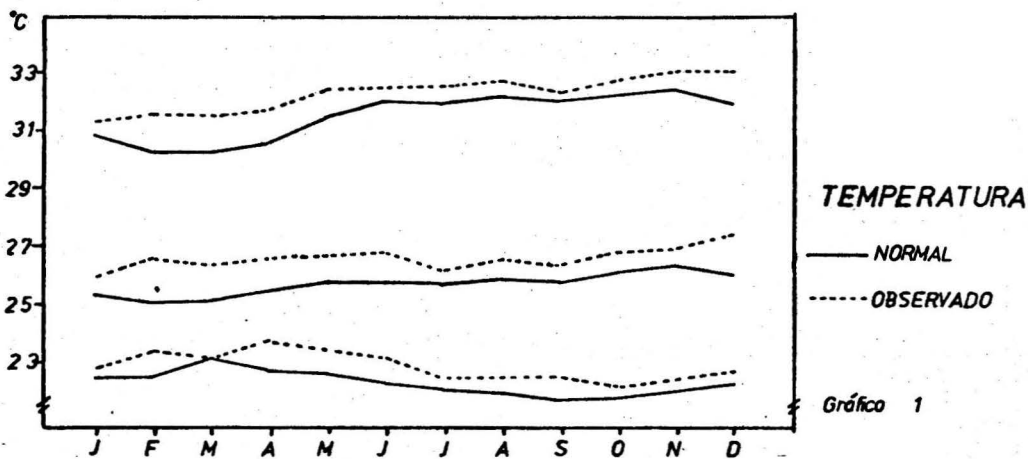
Meses	Temp. °C	Tabela	Cor.	EP <sup>1</sup> mm	P mm	P.EP mm	Neg. acum.	ARM mm	ALT mm	ER mm	DEF mm	EXC mm
JAN	25,4	4,0	31,2	125	335	+210	0	125	0	125	0	210
FEV	25,1	3,7	28,2	104	423	+319	0	125	0	104	0	319
MAR	25,2	3,7	31,2	115	455	+340	0	125	0	115	0	340
ABR	25,5	4,0	30,3	121	379	+258	0	125	0	121	0	258
MAI	25,8	4,3	31,2	134	279	+145	0	125	0	134	0	145
JUN	25,8	4,3	30,3	130	170	+ 40	0	125	0	130	0	40
JUL	25,7	4,0	31,2	125	150	+ 25	0	125	0	125	0	25
AGO	25,9	4,3	31,2	134	117	— 17	— 17	108	— 17	134	0	0
SET	25,8	4,3	30,3	130	124	— 6	— 23	103	— 5	129	1	0
OUT	26,1	4,3	31,2	134	106	— 28	— 51	82	— 21	127	7	0
NOV	26,3	4,5	30,3	136	94	— 42	— 93	58	— 24	118	18	0
DEZ	26,0	4,3	31,2	134	206	+ 72	0	125	+ 67	134	0	5
ANO	25,7			1522	2838	+1316		1351	0	1496	26	1342

De acordo com a classificação climática de THORNTON - WAITE, a região de Belém possui um clima do tipo megatérmico - A' (quente e úmido), sem verão estacional, com índice de eficiência térmica (EP) superior a 1.140 mm. e pequeno déficit hídrico - r (26 mm.); a concentração da eficiência térmica nos meses mais quentes do ano condicionam um regime térmico sem variação estacional - a', com índice efetivo de umidade entre 80 e 100 (BARRA) (BASTOS, 1972 pp. 78/79).

O conhecimento da disponibilidade de água no solo constitui uma condição essencial ao sucesso dos empreendimentos agrícolas, pois dela depende, basicamente, a viabilidade climática das diferentes culturas (aspecto abordado no último capítulo do trabalho). Todavia, como essa se baseia nas normas climatológicas, é desejável conhecer as irregularidades extremas do clima da região, suas implicações sobre os cultivos e suas repercussões na produção. Um passo nesse sentido foi dado pelos técnicos do IPEAN - Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte, ao dedicarem um de seus Boletins Agronometeorológicos aos aspectos climáticos de Belém em 1969, ano excepcionalmente seco (IPEAN, 1970 p. 21).

Nesse ano, as condições climáticas regionais fugiram ao padrão habitual (PRANCHA V: Gráfico 1 a 3): o ambiente térmico foi mais quente que o esperado; a umidade relativa de ar inferior a normal, com diferenças acentuadas em outubro e dezembro; o período chuvoso, embora verificado dentro do normal (dezembro de 1968 a maio de 1969), sofreu as seguintes anomalias: de dezembro a março as chuvas foram aquém do normal, de abril a maio a altura de chuvas foi superior a esperada, sendo abril o mes mais chuvoso, quando normalmente é março; em julho o índice pluviométrico excedeu ao esperado, quando as chuvas já deviam ter diminuído de intensidade; o período considerado seco (outubro-novembro) foi mais prolongado (outubro a dezembro). e outubro o mes mais seco do ano, quando o normal é novembro. Essa ampliação do período seco determinou a modifi

# CONDICÕES CLIMÁTICAS DE BELÉM - 1969



cação do tipo de clima da região de Afi para Am, de Köppen - (IPEAN, 1970 p. 10) (8)↓

No que respeita às disponibilidades de água no solo, 1969 fugiu completamente às condições normais da região (Quadro 7; PRANCHA VI: Gráfico 2): em outubro-novembro os déficits hídricos foram acentuados, excedendo aos valores esperados; dezembro que normalmente apresenta excedentes, foi o mes de maior deficiência de água no solo (80 mm.). Essas mudanças fizeram com que, em 1969, o clima da região fosse alterado para B<sub>3</sub> S A'a'; de THORTWAITE, ou seja, clima quente e úmido, com moderada deficiência hídrica (BASTOS, 1972 pp. 79/80).

Para os técnicos do IPEAN, a modificação climática não foi prejudicial às culturas temporárias, pois os plantios efetuaram-se dentro da época prevista para a região (a partir da 2ª quinzena de dezembro de 1968), seguindo-se um período favorável ao desenvolvimento vegetativo dessas culturas, o mesmo acontecendo para as culturas permanentes plantadas na mesma época. Já as culturas de seringueira e pimenta do reino, em desenvolvimento, foram afetadas pela mudança: os déficits hídricos e o poder evapotranspirativo acentuados, prejudicaram a capacidade fotossintética das plantas; na primeira os técnicos verificaram a queda de produção (IPEAN, 1970 p. 18) na segunda, houve significativa diminuição de produção no ano seguinte: de 2.156.000 Kg em 1960, caiu para 1.659.800 Kg, em 1970 (incluindo-se a produção da área estudada), tendo havido, portanto, um decréscimo de 23,04 % na produção regional. Embora não se possa afirmar, com base nesses dados, que a mudança climática foi calamitosa para a pimenta do reino, seus efeitos foram bem mais amplos, em razão da propagação de pragas e doenças que dizimaram os pimentais.

O ano de 1969 revelou-se, pois, um ano seco, não se sabe, porém, se o mais seco; seu estudo, contudo, veio comprovar que nem sempre uma área com elevado índice pluviométrico está livre dos efeitos prejudiciais da carência de água no solo.

---

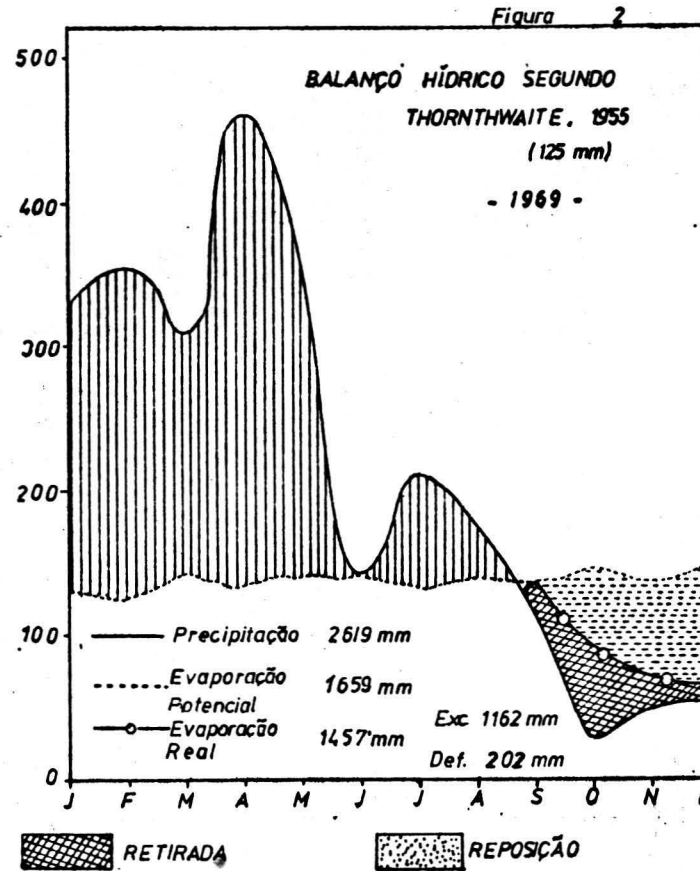
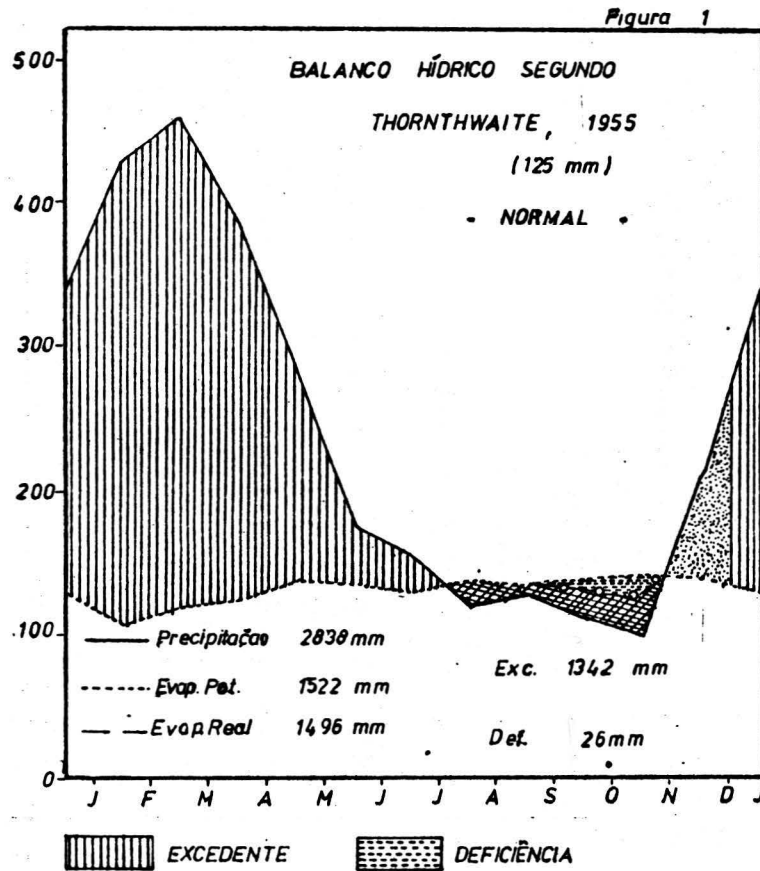
(8) - O clima Am de Köppen é caracterizado pela existencia de um período seco bem definido.

QUADRO 7 - Curso anual da disponibilidade de água no solo da região de Belém em 1969 pelo método Thorntwaite, 1955, considerando o solo capaz de armazenar 125 mm de umidade para o uso das plantas.

MESES	PRECIPITAÇÃO (mm)	EVAPOTR. POTENCIAL (mm)	ÁGUA DISPONÍVEL (mm)	DEFICIÊNCIA (mm)	EXCEDENTE (mm)
Jan.	332	134	125	0	82
Fev.	357	127	125	0	230
Mar.	318	140	125	0	178
Abr.	460	136	125	0	324
Mai	372	140	125	0	232
Jun.	140	139	125	0	1
Jul.	212	134	125	0	78
Ago.	177	140	125	0	37
Set.	112	136	102	1	0
Out.	29	144	40	53	0
Nov.	51	139	20	68	0
Dez.	59	150	9	80	0
ANO	2.619	1.659	1.171	202	1.162

FONTE: IPEAN - Boletim Agrometeorológico - 1969, Belém, 1970 p. 12.

# BALANÇO HÍDRICO DE BELÉM



Fontes: Balanços Hídricos - in *Cadernos Paraenses* nº 8, IDESP, janeiro de 1971, BELÉM - PARÁ

*Boletim Agrometeorológico*, 1969, - IPEAN - Setor de Climatologia Agrícola, vol. 3, BELÉM, 1970

lo e ratificar a necessidade de se conhecer melhor o clima da área estudada, para equacionar de forma mais objetiva os seus problemas.

O sistema tradicional de roças ali empregado há mais de meio século, tem contribuído de forma decisiva na aceleração dos processos erosivos tropicais; com a destruição da mata para a produção de alguns cereais e tubérculos, por uns dois ou três anos, a ação das águas pluviais sobre solos quimicamente pobres e fisicamente pouco resistentes, tem sido amplamente facilitada.

De acordo com o Levantamento de Reconhecimento dos Solos da Região Bragantina, Estado do Pará, os solos da área Tauá-Vigia acham-se distribuídos pelas seguintes unidades (VIEIRA et al., 1967 pp. 63) (Carta 1):

Unidades de solo	Área (Km <sup>2</sup> )	%
Latosol Amarelo (LA)	1.037	89,70
Latosol Concrecionário (LC)	2	0,17
Regosol (H)	31	2,68
Hidromórficos Indiferenciados (4)	56	4,84
(áreas inundadas e urbanas)	30	2,60
TOTAL .....	1.156	99,99

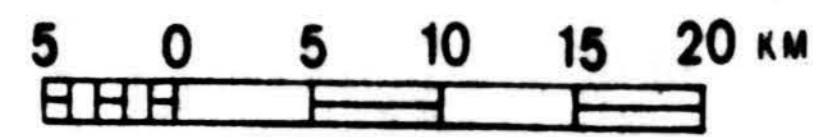
O latosol amarelo é a unidade de solo predominante e cobre a maior parte das terras firmes da área estudada, só sendo interrompido ao Norte e ao Sul por duas manchas de regosol e latosol concrecionário, respectivamente; a primeira próxima à cidade da Vigia e a segunda no vale do Rio Tauá (Carta 1). As análises granulométricas das amostras coletadas pelos técnicos do IPEAN, revelaram ser este um solo predominantemente arenoso, com areias grossa e fina oscilando entre 73,95 % e 91,82 % no horizonte A e 65,93 % (excepcionalmente 60,11% - no B<sub>3</sub>) e 79,77 % no horizonte B; em consequência, os teores de argila são baixos, variando de 9,18 % a 14,56% no horizonte A

# CARTA DE SOLOS DA REGIÃO BRAGANTINA

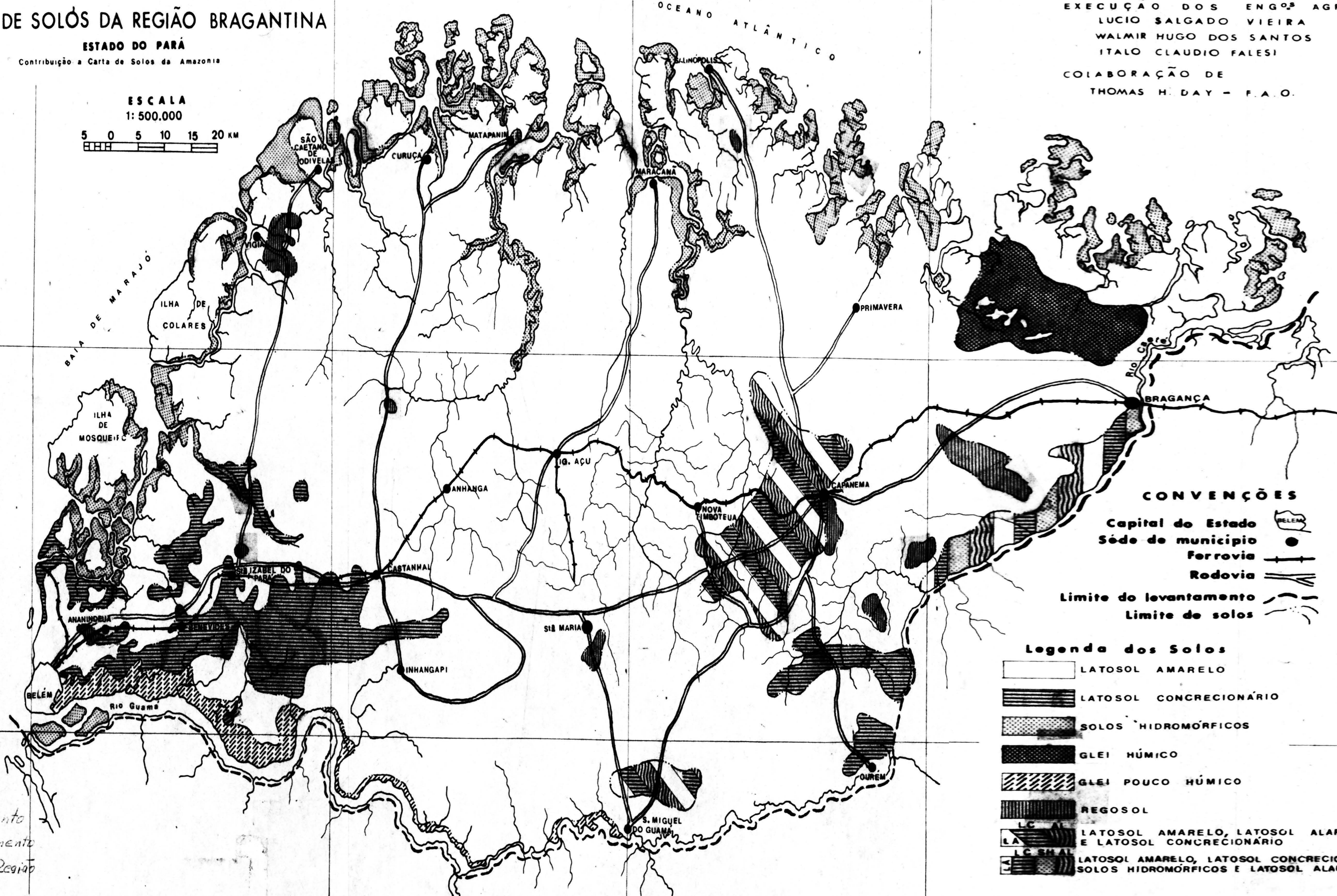
ESTADO DO PARÁ

Contribuição a Carta de Solos da Amazonia

ESCALA  
1: 500.000



EXECUÇÃO DOS ENQ<sup>OS</sup> AGR<sup>OS</sup>  
LUCIO SALGADO VIEIRA  
WALMIR HUGO DOS SANTOS  
ITALO CLAUDIO FALES!  
COLABORAÇÃO DE  
THOMAS H. DAY - F.A.O.



**CONVENÇÕES**  
Capital do Estado   
Sede de município   
Ferrovia   
Rodovia   
Limite do levantamento   
Limite de solos

**Legenda dos Solos**

- LATOSOL AMARELO
- LATOSOL CONCRECIONÁRIO
- SOLOS HIDROMÓRFICOS
- GLEI HÚMICO
- GLEI POUCO HÚMICO
- REGOSOL
- LATOSOL AMARELO, LATOSOL ALARANJADO E LATOSOL CONCRECIONÁRIO
- LATOSOL AMARELO, LATOSOL CONCRECIONÁRIO, SOLOS HIDROMÓRFICOS E LATOSOL ALARANJADO

Fonte: Levantamento de Reconhecimento dos Solos da Região Bragançina.

e 14,48 % a 20,89 % no B, alcançando excepcionalmente 37,45%. Em geral, os teores de argila crescem com a profundidade, sem haver, no entanto, uma zona nítida de acumulação; os teores de limo são muito baixos, oscilando entre 1,52 % e 4,61 % no horizonte A e em média de 4,40 % a 7,12 % no B, que baixam para 1,12 no C. O gradiente textural, determinado pela relação de argila entre os horizontes A e B, é em média 1,5, o que indica que, no processo formativo do solo, a migração de partículas finas é pequena, devido, talvez, ao efeito flocculante dos óxidos hidratados de ferro, que reduzem a movimentação da argila nos processos normais de eluviação. A percentagem de argila natural (que indica o grau de flocculação das argilas) é muito baixo, oscilando de 1,52 % a 4,61 % no horizonte A e 4,40 % a 7,12 % no B, alcançando excepcionalmente 9,76% no B<sub>21</sub>. Para os referidos técnicos, o estado de flocculação das argilas é, talvez, o principal responsável pelo caráter poroso e friável dos solos estudados.

As análises da matéria orgânica indicaram, por sua vez, teores do carbono muito baixos e decrescentes com a profundidade, variando no horizonte A de 0,62 a 1,11 g, com a média de 0,86 g/100 g e no horizonte B de 0,30g a 0,46 g com a média de 0,38 g/100g, podendo alcançar 0,28 g/100g no C. Uma característica deste solo é a queda brusca de teor de carbono de A<sub>1</sub> para A<sub>2</sub>, a partir do qual o processo é gradativamente. A matéria orgânica varia no horizonte A de 1,07 a 1,91 g, com a média de 1,44 g/100g e no horizonte B de 0,48 a 0,77 g/100g. Os valores de nitrogênio, intimamente relacionados aos de carbono, também diminuem com a profundidade variando no horizonte A de 0,20 a 0,33 g, com um teor médio de 0,26 g/100g e no horizonte B de 0,03 a 0,05 g/100g. A relação C/N aumenta com a profundidade, alcançando entre 7,8 e 12,7 no horizonte A e 9,6 e 12,4 no B.

A capacidade de permuta de cations (T) nesse tipo de solo é relativamente baixa, oscilando entre 6,23 e 15,29 m E/100g no horizonte A e 3,11 e 11,87 m E/100 g no B. A soma das bases permutáveis (S) é muito baixa, variando de 1,11 a 2,15 m E/100g no horizonte A (média 1,67 m E/100g) e de

0,51 a 1,18 m E/100 g (média 0,93 m E/100 g), sempre com queda brusca do horizonte A para B; a concentração das bases no horizonte A deve-se ao retorno das mesmas pela vegetação, daí justificarem-se os maiores valores de pH nas camadas superficiais do solo, pois, a um maior conteúdo de bases corresponde uma porcentagem maior de matéria orgânica. Entre as bases trocáveis, no horizonte A e nos demais, predomina o ion  $Ca^{++}$ , sempre na seqüência Ca, Mg, K, Na; abaixo do horizonte A, os teores são sempre muito baixos, o que dificulta generalizar qualquer seqüência entre elas. Os teores de hidrogênio trocável são em geral elevados (entre 4,26 e 13,44 mE/100g no horizonte A e 1,73 e 9,43 m E/100g no B),consequentemente os valores de V (saturação de bases) são baixos, com ligeiro aumento no horizonte de acúmulo; os valores de V variam de 10,40 a 28,16 m E/100 g no horizonte A e 3,86 a 18,48 m E/100 g em B; em consequência o pH desse solo, entre 4,90 e 5,67 em média, são de modo a considerá-lo ácido.

A quantidade de fósforo assimilável, dada em  $P_2O_5$  é muito pequena, variando entre 0,35 e 1,70 mg/100g no horizonte A e 0,35 e 1,00 mg/100 g no B.

O latosol amarelo é um solo bem drenado, pois, a quantidade de água natural varia de 9,77 a 13,62 % no horizonte A e 13,65 a 16,62 % no horizonte B, para um total de poros de 34,73 a 52,03 % no horizonte A e 37,90 a 47,63 % no B; como seria de esperar, o teor de água natural cresce com o aumento de teor de argila.

O exame conjunto de  $SiO_2$ ,  $Al_2O_3$  e  $Fe_2O_3$  revelou comportamentos diversos desses óxidos dentro do perfil, motivados pelos fatores intempéricos no processo formativo do solo, ainda mais que suas determinações foram feitas na fração argila. Os sesquióxidos de Al e Fe crescem inicialmente com a profundidade, mantendo-se estáveis a seguir: os valores de  $F_2O_3$  variam de 0,96 a 12,20 g/100g no horizonte A e de 0,96 a 12,48 g/100g no horizonte B e o  $Al_2O_3$  de 3,94 a 9,72 g/100 e 6,12 a 18,15 g/100 nos horizontes A e B<sub>3</sub>, respectivamente. O teor de sílica parece aumentar com a profundidade, havendo, porém, ligeiro decréscimo a partir de B<sub>3</sub> ; entretanto seu compo

tamento dentro do perfil pode ser variável. Os valores máximos e mínimos encontrados foram 3,90 e 8,30 g/100 g no horizonte A e 7,00 e 11,90 g/100g no B (VIEIRA et al., 1967 pp.19 a 24).

O latosol concrecionário, de menor expressão areolar, ocorre próximo ao rio Tauá, com pequenas penetrações nos vales dos igarapés São Francisco e Santo Antonio (Carta 1). É um solo que se individualiza por caracteres morfológicos abruptos dentro do perfil, marcados principalmente pelas concreções lateríticas, que facilitam o seu reconhecimento. Essas concreções aparecem sob a forma de um arenito ferruginoso, com grãos de quartzo e argila ocluídos e interligados (foto 16). Isso ocorre em local de desnível acentuado, mas observou-se duas outras manchas em terreno plano, não distantes de vales fluviais (igarapé Caripé e rio Água Boa), onde espessa camada laterítica, sob delgado manto areno-argiloso, denuncia os diferentes estágios do processo edáfico desses solos (fotos 17 e 18). Sobre ambas desenvolvem-se capoeiras raquíticas, que parecem atestar a degradação do binômio solo-planta nessas manchas de solo.

As análises granulométricas, revelaram teores de argila e limo mais elevados para esta unidade de solo do que para o anterior. Os teores de argila variaram de excepcionalmente 3,2 a 27,04 % no horizonte A e de 8,13 a 46,29 % no horizonte B, havendo crescente aumento com a profundidade. Os teores de limo oscilaram de 0,81 a 8,26 %, atingindo excepcionalmente 27,0 % no horizonte A e 1,23 a 21,14 e excepcionalmente 26,24 % no horizonte B. As areias (grossa e fina), nos horizontes A e B, alcançaram teores em torno de 30% e as concreções em torno de 70 %.

As análises da matéria orgânica, indicaram teores de carbono consideravelmente variáveis, entre 0,68 e 1,90 g/100g no horizonte A e 0,35 a 1,40 g/100 g no horizonte B, havendo sensível decréscimo com a profundidade. Os valores de nitrogênio são muito baixos, podendo variar de 0,06 a 0,20 g/100 g no horizonte A e 0,03 a 0,13g/100 g no B (B<sub>1</sub>). Para os valores relativamente mais altos de carbô

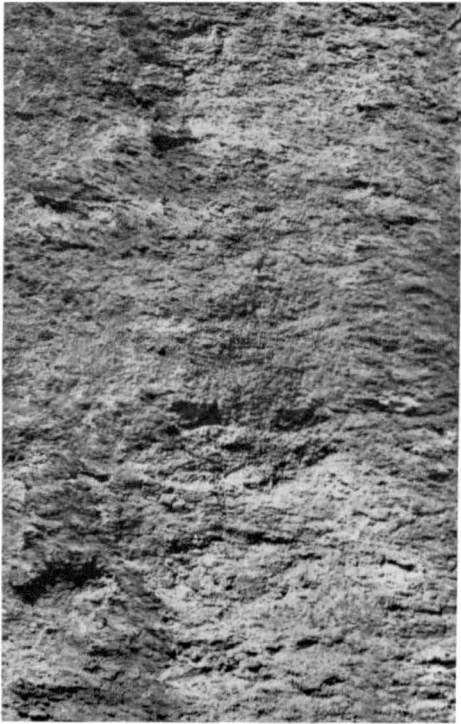


foto 16- Perfil de solo laterítico, no vale do Tauã - margem esquerda da PA-16, onde observa-se concreções ferruginosas, ao longo de todo o perfil, ocluídas com grãos de quartzo (foto da autora, 1972).



Foto 17 - Solo concrecionário próximo ao vale do rio Caripê, PA-16, sobre o qual se desenvolve uma capoeira degradada (foto da autora, 1972).



Foto 18- Manto laterítico, próximo ao Km 35 da PA-16 e vale do rio Água Boa, ao Norte de Santa Rosa, tomado em um perfil de exploração (foto de Ruth Tsukamoto, 1975).

no, a matéria orgânica é encontrada à razão de 1,16 a 4,88 g/100 g no horizonte A, sendo mais freqüente valores que se aproximam do maior teor, no horizonte B; podem ser encontrados valores altos, como 2,75 g/100 g em B<sub>1</sub>. A relação C/N vai de 10,3 a 14,1 para A e de 8,5 a 13,5 para B.

A capacidade de permuta de cations (T) nesses tipos de solos é freqüentemente baixa, variando de 4,45 a 15,99 m E/100 g no horizonte A e 1,82 a 17,87 m E/100 g no B. Os valores de S apresentam-se muito baixos, sendo encontrados entre 0,28 a 2,05 m E/100 g e 0,24 a 1,03 m E/100 g nos horizontes A e B, respectivamente. Os baixos teores de bases, é uma das razões de ser este um solo de difícil aproveitamento agrícola. A saturação de bases (V) é baixíssima, por volta de 10,0 m E/100 g, apresentando uma variação entre 2,90 a 24,5 % no horizonte A e 2,6 a 12,7 % no B. Daí o pH desses solos torná-los ácidos (variando entre 4,10 e 5,62 no horizonte A e 4,39 a 5,32 no B). O fósforo assimilável (P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>) apresenta teores baixos, entre 0,49 a 1,70 mg/100g no horizonte A e 0,35 e 1,40 mg/100 g no B..

Via de regra, esses solos são bem drenados externamente, mas imperfeitamente drenados dentro do perfil; a água natural está em torno de 20 % no horizonte A e por volta de 15 % no B (VIEIRA et al., 1967. pp. 24 a 32).

A terceira unidade de solo é representada pelo rego sol, que corresponde a uma pequena mancha localizada ao Norte da área estudada, às margens da rodovia Santa Isabel - Vigia Pa-16 e do ramal que se dirige para São Caetano de Odivelas - (Carta 1). Granulométricamente, este tipo de solo é caracterizado por excessivas percentagens de areia, que variam entre 85,25 a 97,56 % no horizonte A e 90,25 a 97,60% no horizonte C (foto 19). Os teores de argila são pouco representativos (1,62 a 8,19 % no horizonte A e 0,80 a 7,21% no C), o mesmo acontecendo com os de limo (0,81 a 6,55 % e 1,60% a 4,06% nos horizontes A e C, respectivamente).

Os teores de carbono variam de baixo a médio no horizonte A (0,46 a 1,59 g/100g), baixando bruscamente no horizonte C (para 0,22 a 0,159 g/100g). O nitrogênio apresen-



foto 19- Mancha de regosol próxima aos Campos do Caimbé, Vigia; nota-se um horizonte A húmico sem transição nítida para o C. (foto da autora 1972).

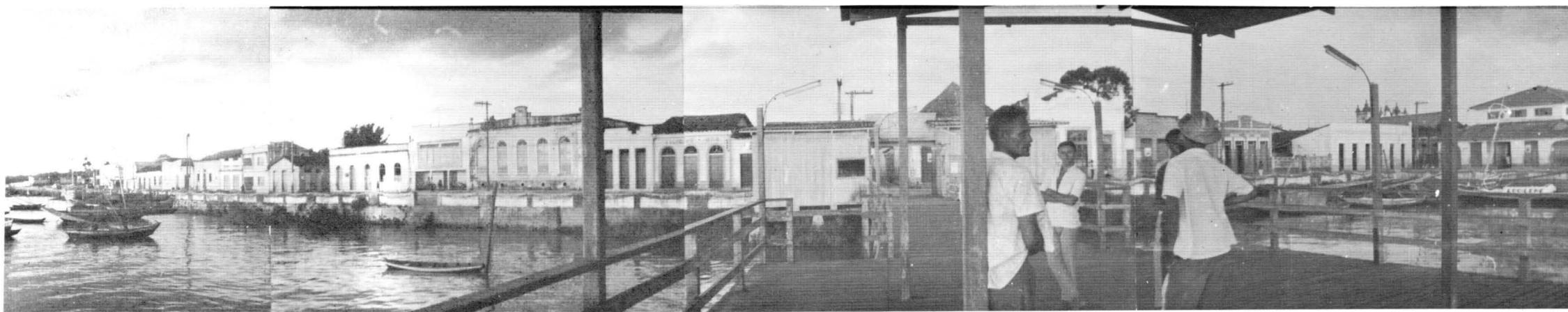


Foto 20 - Fachada de Vigia, vista do Trapiche Municipal (foto da autora, 1972).

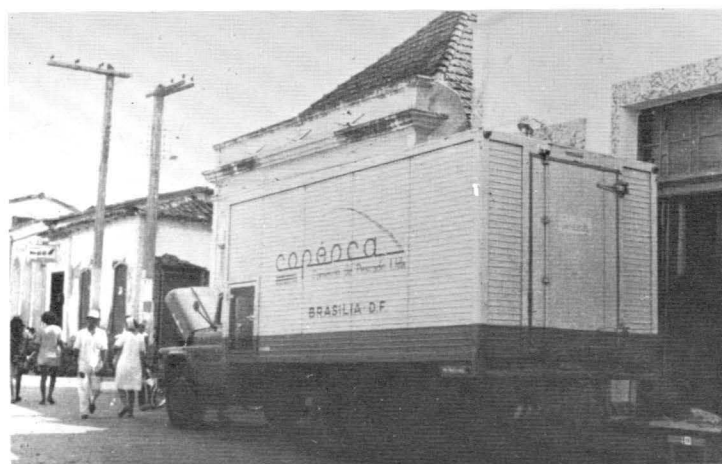


Foto 21 - Caminhão da COPECA - Companhia Brasileira, abastecendo-se em peixe no frigorífico de Vigia (foto da autora, 1972).

ta teores excessivamente baixos (de 0,028 a 0,117 g/100g no horizonte A e 0,012 a 0,48 g/100 g no C). Os teores de carbono e nitrogênio decrescem com a profundidade e a relação C/N, tanto no A como em C é boa (variando entre 10,5 e 13,5 e 10,0 a 12,7 nos horizontes A e C).

A capacidade de permuta de cations (T) é baixa, encontrando-se entre 4,48 a 5,29 m E/100g no horizonte A e 1,16 a 1,92 m E/100g no C. A soma das bases permutáveis (S) é muito baixa, encontrando-se entre 0,38 e 1,63 m E/100g no horizonte A e 0,23 e 1,04 m E/100 g no C. A saturação de bases (V) apresenta-se com teores médios, oscilando entre 7,86 e 36,79 % no horizonte A e 16,78 e 54,16% no C; os teores mais elevados devem-se aos baixos teores de hidrogênio trocável (1,03 e 3,91 m E/100g no horizonte A e 0,51 e 1,14 m E/100g no C). O pH desses solos entre 4,07 e 5,09 no horizonte A e 5,30 e 5,77 no C, torna-os de excessiva a medianamente ácidos. O teor de fósforo assimilável ( $P_2O_5$ ) é insignificante, encontrando-se entre 0,50 e 0,90 mg/100g.

A relação  $SiO_2/Al_2O_3$  (Ki) varia de 0,37 e 1,60 no horizonte A e de 1,16 a 3,50 no horizonte C; a relação  $SiO_2/Fe_2O_3$  (Kr) alcança significativos valores, os quais oscilam entre 0,46 e 2,90 no horizonte A e 0,94 e 3,00 no horizonte C.

O regosol no município de Vigia, ocorre sobre uma superfície plana de cerca de 12 m de altura (terraços Belém - Marajó) e, como as demais existentes no Nordeste Paraense, apresenta uma orientação de NW, daí ter sido interpretado como vestígios de antigas dunas situadas na antiga posição da costa (ACKERMANN, 1964; VALVERDE e DIAS, 1967 pp. 4/6).

Sobre esses solos desenvolvem-se duas manchas de paisagens vegetais estranhas à hiléia amazônica: o campo do Caimbé e a campina do Palha, separadas entre si por capoeiras e macegas. O campo do Caimbé, localizado próximo ao entroncamento da Pa-16 com o ramal para São Caetano de Odivelas, é constituído por formações herbáceas e arbustos retorcidos que dão ao conjunto o aspecto de cerrado do Brasil Central (vide foto 5). O tapete herbáceo é constituído por gramíneas (Amazônia

campestris, Axonopus canenses, entre outras) e ciperáceas (Bublostylis paradoxa); entre os arbustos predomina o caimbé (Curatella americana), vindo a seguir o molongó (Hinatantus), o muruci (Byrsonima crassifolia), a mangaba (Hancornia speciosa) e outras espécies como: Myrcia chryrostachya, Pithecolobium cochleatum, Agiphila ihotzkiana, Plumiera sp., Astrocaryum sp. e algumas Mirtaceae (DUCK, 1949 pp. 12/13; DUCK e BLACK, 1954, pp. 12 a 15; LIMA, 1959, pp. 102/103; VIEIRA et al., 1967, p. 34).

Em uma das excursões à área (janeiro de 1971), o fitogeógrafo José Elias de PAULA (9), informou que após ter comprovado em laboratório a atrofia de muitas das plantas, chegou à conclusão de ser essa mancha do cerrado - como outras do Planalto Central, resultante da degradação do cerrado ou cerrado pelo fogo. Isso significa que se trata de uma vegetação original, como outras existentes no interior do domínio amazônico.

Outra formação vegetal - alheia às matas da região, é a campina do Palha, localizada próximo à cidade da Vigia, às margens da mesma rodovia. Esta campina, apresenta-se como um tapete de gramíneas, interrompido por capões de mata das mais variadas formas e tamanhos (vide foto 6). Nessa formação predominam as gramíneas, entre as quais se destaca a cebola brava (do gênero Clusia), e ciperacias (Bublostylis paradoxa), existindo uma espécie de orquídea (provavelmente Pogonia rosea), que dá flores vermelho escuras, e uma espécie de melastomácea (Camólia); há ainda uma pequena planta carnívora (Drosera tenella) típica de lugares encharcados. Nos capões de mata prevalecem formações arbustivas como: mangaba (Hancornia speciosa) e muruci (Byrsonima crassefolia, KUNT) (LIMA, 1959 pp. 104/105; - Vieira et al., 1967, p. 12).

---

(9) - Estagiário do CNP - Conselho Nacional de Pesquisa - junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi (Setor de Botânica) e Professor da Universidade Federal de Brasília que, com a estagiária da mesma Instituição (Setor de Geologia), - Geógrafa Ana Maria da Silva MEDEIROS, auxiliou-nos na interpretação de aspectos físicos da área.

Durante o período chuvoso, devido à planura do relevo e, provavelmente, à presença de uma camada de relativa compactidade próxima à superfície, às águas ficam estagnadas em charcando a campina.

Ao estudarem essa campina, VALVERDE e DIAS sugerem a alteração de sua fisionomia pela ação do fogo. Segundo esses autores, as formas e os tamanhos variados dos capões de mata, são justificados por não estarem as ocorrências destes últimos ligados às bacias de recepção ("dales"), como as encontradas no Centro e Sul do país (VALVERDE e DIAS, 1967 p.7). Consideradas as devidas proporções, a campina do Palha assemelha-se a "vegetação mista de mata e campo" do Sul do Brasil estudadas por WAIBEL (1958 p. 209).

"Os campos da Vigia, como são designadas essas formações, coincidem com os setores da área em que as condições pedológicas e hidrológicas são bem individualizadas em relação ao todo circundante, fato que vem reforçar as idéias de AB'SABER, sobre "as áreas de exceção" existentes no interior da "área nuclear da Amazônia", diz o autor: "Tais enclaves de paisagens localmente diferenciadas dependem, em sua maior parte, de fatores pedológicos muito especiais, que impediram a existência das condições ecológicas mínimas requeridas pela formação florestal. Nesse sentido, ao que parece, tanto os paleo-solos estéreis ou quase estéreis, quanto as manchas de sedimentos arenosos mal edafizados criaram por fenômenos de convergência algumas paisagens de exceção dentro da área "CORE" do domínio morfoclimático e da província fitogeográfica regional" ..., e a seguir completa o autor: "são mais fatores pedológicos e geohidrológicos superficiais que forçam o aparecimento de umas poucas manchas ou ilhas de paisagens botânicas pertencentes a outros domínios morfoclimáticos" (AB'SABER, 1968 p. 7).

Finalmente, como última unidade de solos da área estudada destacam-se os hidromorficos indiferenciados (Carta 1). Estes solos, têm maior expressão areolar que os concrecionários e regosol e ocorrem nas planícies fluviomarinhas atuais, onde as altitudes estão próximas do nível do mar. Banhados diariamente pelas águas salobras da baía de Maraió. esses so -

los são de uso agrícola desaconselhado.

As principais características desses solos são: altos teores de argila (variando em média de 22,44 a 76,82 % nos horizontes A e C respectivamente); capacidade de troca (T) elevada (de 56,10 mE/100 g no horizonte A a média de 64,48 % m E/100 g no C); altos teores de bases permutáveis (S) (53,45 m E/100g no horizonte A a 55,50 m E/100 g em média - no C), onde domina o ion  $\text{Na}^+$  (45,57 a média de 49,29 m E/100g nos horizontes A e C); a saturação de bases (V) (de 2,20 a 4,95 % no C), e o pH (entre 5,75 e 5,78), torna-os moderadamente ácidos. A maior limitação desses solos à utilização agrícola é a influência marinha; a presença de sais na água, como o  $\text{ClNa}$ , tóxicos às plantas, e os problemas de drenagem são obstáculos difíceis de serem removidos no momento.

Ao uso agrícola, portanto, destinam-se os solos de terra firme, cujas características já apresentadas não são muito alentadoras. A carência de minerais, que possam fornecer por decomposição, elementos químicos indispensáveis ao desenvolvimento das plantas, é fato comprovado.

Por outro lado, os estudos de SILVEIRA (1952, p.87), SIOLI (1957, p. 12), AB'SABER (1966, p.4) entre outros, mostram que a fertilidade natural dos solos de Tauá-Vigia, como as do Nordeste Paraense e da maior parte da Amazônia, residia mais na água em circulação do que em seus componentes químicos. Daí explicar-se a presença da floresta que antes cobria grande parte da área estudada e daquela porção paraense, fabricando o humus de que se auto-alimentava. Ao destruir-se a floresta, cometeu-se "um crime sistematizado contra o futuro" no dizer expressivo de CAMARGO (1949, p.81). Os solos ao ficarem expostos diretamente aos agentes climáticos, são intensamente lixiviados. As águas tépidas, ricas em anidrido carbônico, transportam facilmente os elementos solúveis. As queimadas repetidas a cada ano aceleram ainda mais esse processo de degradação. A ação das águas ascendentes que carregam partículas de ferro e alumínio é facilitada e, durante o período seco, com a perda de umidade, essas partículas, precipitam-se à superfície; é a morte completa do solo uma vez que a chamada -

"lepra pedológica" não pode ser sustada (PENTEADO, 1959 p.76). As capoeiras raquíticas e macegas denunciam o estágio de degradação do binômio solo-planta e os vazios de população que a eles correspondem, um indicador seguro de que os mesmos não se prestam mais às práticas agrícolas vigentes naquele meio rural.

O quadro apresentado evidencia um meio rural ecológicamente desequilibrado, onde uma "tarefa" (10) explorada com cultivos temporários, por 2 ou 3 anos de uso consecutivo, produz em nível tão baixo que mal dá para o sustento de uma família de 6 a 7 membros. Segundo WAIBEL, em uma área florestada do Sul do Brasil, onde o "sistema de rotação de terras primitivas" é praticado, são necessários 5 hectares efetivamente cultivados para uma família de 5 a 7 pessoas manter um nível de vida decente (WAIBEL, 1958 p. 240). Assim, pode-se deduzir a condição de vida miserável do caboclo tauá-vigiense. Sem condição de colocar em prática outro sistema agrícola, suas roças com produtos de subsistência contribuem cada vez mais para a degradação do solo e sua estagnação econômica.

Para quem percorre a área estudada, pela rodovia Santa Isabel - Vigia, Pa-16 e ramais que dela partem em direção a Espírito Santo de Tauá, Porto Salvo, Penhalonga e pelas "travessas" dos antigos núcleos coloniais, descortina-se uma paisagem dominada por capoeiras e macegas que parece testemunhar séculos de ocupação. Essa é também a impressão de PENTEADO ao escrever: "...nas muitas vezes que percorremos a Bragantina, não encontramos, salvo duas pequenas porções, matas que pudessem ser consideradas virgens; o fenômeno registra-se não só ao longo da rodovia, como em direção ao litoral ou ao vale do Guamá. Uma excursão que se faça à região, por mais rápida que seja, deixa sempre a impressão muito triste da presença de uma zona devastada pelo homem, pois a capoeira e o matagal dominam a paisagem" (PENTEADO, 1968 p. 31).

O processo de ocupação que a afetou, baseado no machado e no fogo para a produção de lenha, carvão e alguns ce-

---

(10) - A "tarefa" é uma medida local de 25 x 25 braças, que corresponde a aproximadamente 50 m x 50 m ou cerca de 0,25 hectares.

reais e tubérculos, foi um verdadeiro desastre. Ali, uma tarefa (em capoeira) recém derrubada e queimada produz em média 700 a 750 Kg de farinha de mandioca e 120 a 180 Kg de milho ou arroz. Em áreas da Bragantina PENTEADO encontrou produtividades mais elevadas: de 15 a 18 sacas / tarefa (900 a 1080 Kg / tarefa) de farinha de mandioca em Anhangá, de 20 a 22 sacas / tarefa (1.200 a 1.220 Kg / tarefa) em Igarapé-Açú, de 20 sacas / tarefa (1.200 sacas / tarefa) em Bragança; de 2,5 a 3 sacas / tarefa (150 a 180 Kg / tarefa) de arroz em Anhangá, Capanema e Bragança. Já em áreas de mata da mesma região, os técnicos do IPEAN registraram as seguintes produtividades: 4.000 a 5.000 Kg/ha de farinha de mandioca (ou 1.000 a 1.250 Kg/tarefa) e 1.200 a 1.500 Kg/ha de arroz (ou 300 a 375 Kg/tarefa) ((VIEIRA et al., 1967 p. 14). As disparidades existentes entre as produtividades da área e da região em relação as áreas de mata indicam o grau de depauperamento dos solos nas áreas atingidas pelo processo colonizador.

Deve-se acrescentar ainda, que as produtividades indicadas reduzem-se à metade no segundo ano de cultivo, à quarta parte no terceiro e assim sucessivamente; a partir do terceiro ano a produção já se torna antieconômica, sendo necessário realizar novas derrubadas. Em áreas mais degradadas, já no primeiro ano, "as culturas produzem em nível tão baixo que mal dá pro consumo" (11). Nas macegas, a degradação é tal que impossibilita qualquer uso agrícola. Nessas áreas a cobertura vegetal é representada por pequenos arbustos e ervas daninhas em grande quantidade, como o capim sapé (*Imperata Brasilensis*) e a vassoura de botão (*Borreria verticillata*).

Essa invasão de gramíneas "pantropicais" foi observada em outras áreas tropicais do Globo; na Costa do Marfim mereceu a atenção especial de GOUROU (1966, p. 49), justificando a sua tese do recuo da floresta pela ação incendiária do homem. Em Tauá-Vigia, como na Bragantina, o fato se processou da mesma maneira. Em pouco mais de meio século de ocupação a inter-

---

(11) - Informaram os agricultores locais.

venção desordenada do homem foi capaz de quebrar o equilíbrio ecológico pré-existente, deixando atrás de si um meio rural quase que inteiramente desequilibrado, comprometendo seriamente a subsistência das gerações subseqüentes. Esta é a triste realidade.

## 2.2. A ocupação humana do espaço

A ocupação do espaço Tauá-vigiense pelo homem, deve-se, basicamente, à duas correntes do povoamento: a do litoral, vinculada à conquista e ocupação das terras amazônicas para a Coroa Portuguesa e a do interior, resultante do processo colonizador bragantino.

### 2.2.1. A ocupação do litoral (séculos XVII, XVIII e início do XIX)

O passo inicial para a ocupação do espaço tauá-vigiense, foi dado no primeiro período da história brasileira - período colonial. Com a fundação da cidade de Santa Maria de Belém, do Grão-Pará (1616), houve necessidade de se estabelecer comunicação permanente, via litoral, entre aquela cidade e São Luís do Maranhão, uma vez que o caminho por terra percorrido por Pedro Teixeira era, penoso (EGLER, 1961 p. 527).

A concretização dessa comunicação, exigia o estabelecimento de portos para reabastecer e dar abrigo às embarcações. Assim, ao longo da costa surgiu "um rosário de pequenos núcleos de povoamento" (EGLER, 1961 p. 528) (vide PRANCHA I). A acumulação de sedimentos fluvio-marinhos nessa porção do litoral dificulta a navegação junto à costa, mas, nas embocaduras dos rios os canais ficam desobstruídos, facilitando a circulação das embarcações. Dessa forma, os portos localizaram-se próximos a esses locais, "em pontos onde a maré enchente inverte -

periodicamente o sentido da corrente fluvial" (VALVERDE e DIAS, 1968, p. 12). A localização desses núcleos de povoamento, evidencia a função de entreposto, logo desempenhada por eles, entre a navegação marítima e o interior próximo. Por outro lado, as condições físicas e biológicas desse litoral o tornam rico em peixes e crustáceos, fazendo com que esses núcleos se voltassem essencialmente para atividades de pesca, transformando-se também em pesqueiros reais (12).

As terras da aldeia Uruytá (índios Tupinambá), foram doadas a D. Jorge Gomes d'Alamo, fidalgo da Província do Algarve, a quem se deve o início do povoado e os primórdios da colonização da área (1645-1654). Em 1685, após terem sido abandonadas por aquele fidalgo, as terras passaram ao domínio da Coroa; logo é instalado, por Ordem Régia, um posto destinado a proteger e fiscalizar as embarcações que demandavam a Belém, - dando-lhe o "visto" (BRAGA, 1919 p. 553). Para o real cumprimento dessa ordem havia um "vigia" (sentinela), designação corrente que "passou a ser generalizada para todo o povoado" (SOARES, inédito - original escrito em 1969).

Ao que parece o núcleo progredia, pois em 1693, no governo do Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão Pará, Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão-Mór da Capitania do Grão Pará, foi elevado a categoria de vila com o nome "da Vigia" e construído o "brago de Nossa Senhora de Nazareth" esse por ser de madeira logo se estragou. Os religiosos da Companhia de Jesus constroem outro em seu lugar, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e, ao lado, a pedido da Câmara e do povo de Vigia, erguem o colégio Mãe de Deus, destinado a ensinar os filhos dos moradores a ler, escrever, as quatro operações fundamentais, a Gramática latina, Teologia e música (BAE-NA, 1823, pp. 174 e 217; 1839 p. 33) (13).

---

(12) - Vigia, importante pesqueiro real, é ainda hoje o principal centro de pesca da região do Salgado e do Estado do Pará.

(13) - Esse conjunto arquitetônico foi inaugurado em 1733 (BAE-NA, 1823, p. 217).

Segundo os "roes de confessados" de 1765, apresentados por DIAS (1971, p. 496), Vigia contava com 1.240 habitantes. Como não foram encontrados dados populacionais anteriores ou posteriores à essa data, é difícil avaliar seu crescimento. Mas, ao que tudo indica, o progresso era evidente, pois a 25 de novembro de 1732, pela data de carta de sesmaria, lhe é dado o patrimônio territorial (14).

Em terras do município de Vigia floresceram outros núcleos de povoamento, ligados às missões jesuíticas, são estes: Porto Salvo (1757) e Penhalonga (BAENA, 1823 p. ). Estes, no entretanto, não tiveram o mesmo progresso de Vigia. Segundo os mesmos "roes de confessados", suas populações em 1765 eram de 122 e 48 habitantes, respectivamente. Essas cifras indicam o estágio embrionário desses núcleos.

O depoimento de BAENA revela a decadência dos mesmos; ao tratar do declínio das populações das vilas e lugares das Comarcas de Belém e Marajó, o autor assim se expressou: - "elas decrescem de tal modo que indicão caminhar para o desaparecimento das povoações que se extinguirão de 1788 para cá e cujas povoações forão de Alcobaça e São Bernardo da Pederneira no rio Tocantins, o lugar Redondo no termo da Villa de Bragança, o de Tentugal nas vertentes do Caité," ..., "as de Porto Salvo e Pennalonga no termo da Villa de Vigia" (BAENA, 1839 pp. 9 e 10).

Entre os núcleos originados de missões jesuíticas, destaca-se ainda Colares (na ilha do mesmo nome), fundada em 1757, em terras então pertencentes a Vigia (BAENA, 1823, pp. 567).

Os religiosos da Companhia de Jesus, possuíam também em terras de Vigia, duas fazendas de criação de gado: Tabatinga e São Caetano, estas e outros bens integravam o valioso

---

(14) - Catalogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias, in Annuais da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Tomo Terceiro, Typ. e encadern. do Instituto Lauro Sodré, Belém - Pará, 1908 p. 33.

patrimônio da ordem. O registro da produção das fazendas consta do quadro organizado por DIAS, a partir de dados contidos - nas cartas da Coleção Pombalina do Arquivo Histórico Ultramarino (QUADRO 8).

No quadro indicado verifica-se que o pescado (a tainha) é a principal produção das fazendas citadas. Tabatinga é a que mais se destaca, produzindo também grande quantidade de farinha, algodão e milho. São Caetano é a maior produtora de farinha, evidenciando-se ainda na produção de tainha e feijão; sua produção é mais variada que a de Tabatinga. Das seis fazendas jesuítas, apenas as duas localizadas em Vigia dedicavam-se à pesca, isso pode significar a posição interiorana das demais. Com a expulsão definitiva dos padres da Companhia de Jesus (pela Lei de 3 de outubro de 1759), essas fazendas devem ter entrado em decadência, pois na documentação e bibliografia consultadas, não foram encontradas referências à elas, sabe-se, contudo, que, em 1757 em terras da fazenda São Caetano floresceu um núcleo de população com o mesmo nome (posteriormente Odiveiras) (BAENA, 1823 p. 332).

Além das aldeias e das fazendas jesuíticas que deram origem às cidades e vilas do município de Vigia, as doações de datas de sesmarias, constituíram-se em importante fator de povoamento durante o período colonial. No Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias, foram identificadas 74 doações seguramente relativas à área estudada, além de outras cujos dados locacionais não foram suficientes à identificação e enquadramento (15). Essas doações garantiam aos beneficiados a posse hereditária das terras para o uso agrícola obrigatório, ressaltando o direito de terceiros e reservando ao Rei a faculdade de

---

(15) - Catálogo Nomial dos Posseiros de Sesmarias, in Annuais da Bibliothéca e Archivo Público do Pará, Tomo Terceiro Typ. e encad. do Instituto Lauro Sodré, Belém - Pará, 1904 pp. 6 a 149 (Reeditado pela Secretaria do Estado de Educação e Cultura do Estado do Pará, em 1960).

Quadro 8 - Produção das Fazendas Sequestradas dos Jesuítas  
no estado do Grão-Pará e Maranhão, 1761

F A Z E N D A S	Cacáu	Café	Algodão	Tabaco	Farinha	Feijão	Milho	Tainhas	Tijolos	Telhas	Aguardente (quartilhos)
Nossa Senhora da Madre de Deus	112	12	43	-	41	15	-	-	-	-	-
Gibrié (?)	6	5	-	5	-	-	173	-	-	-	-
São Caetano	7	3	12	3	262	38	-	710	-	-	-
Jageira (?)	5 <sup>1/2</sup>	6	-	-	16	11	210	-	3.145	3.350	75
Tabatinga	-	-	4	-	69	-	84	20.783	-	-	-
Mutucá (?)	6	-	17	-	15	-	98	-	-	-	-
SOMA	66 <sup>1/2</sup> a/	26 a/	16 a/	8 a/	403 a/	64 a/	565 mãos	21.493	3.145	3.350	75

FONTE: DIAS, Manuel Nunes - A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1971 p. 150.

fundar vilas ou povoados quando os considerasse necessários (16).

Do registro dos mais antigos beneficiários consta Francisco de Melo Palheta, o primeiro sesmeiro das terras tauá vigienses, cujo nome está ligado à história do café, proprietário de dois excelentes lotes: o primeiro, compreendendo "as terras do Umbituba ao Tagoá" (rios Umbituba e Tauá) e o segundo, às terras onde aquele cidadão construiu "casas com mil e 500 peis, sento e sincoenta peis de caffè", "localizadas entre as bocas dos igarapés Arapijó e Guajará", concedidos a 7 de fevereiro de 1709 e 14 de agosto de 1731, respectivamente. (17).

Tanto os sesmeiros como os religiosos da Companhia de Jesus utilizavam o índio nas fainas agrícolas e na coleta de "drogas do sertão", entretanto, os últimos monopolizavam grande parte dessa mão de obra. Assim, no aliciamento do índio, travava-se uma disputa acirrada entre os proprietários de terras e aqueles religiosos. A declaração de BAENA, apoiada em documentos da época, traduzem bem esse fato; diz o autor: ... "agravados os moradores com a falta de servos queixão-se decisivamente dos Regulares Missionários, que estavam exercendo com poder absoluto nas Aldeas uma jurisdição política, que lhes não era permitida, e que dá a entender que aquellas Aldeas em vez de Missoens são Colonias dos mesmos Regulares" (BAENA, 1639 p. 71).

---

(16) - Aos interessados na Legislação sobre tais concepções, aconselha-se a leitura da Coleção de Alvarás, Cartas Réguas e Decisões, da Seção de Manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, em especial o Alvará de 5 de outubro de 1795, através do qual D. João VI regulamentou e as ditas concessões.

(17) -- Cartas de Data de Sesmaria passadas a Francisco de Melo Palheta por Sua Magestade D. João Rei de Portugal, Livro 2 p. 55, Livro 6 p. 27 v. e Cartas de confirmação de 10 de fevereiro de 1712, Livro 2 p. 105 e 20 de março de 1733, livro 6 p. 155, Biblioteca do Arquivo Público do Pará.

Várias queixas foram endereçadas ao Reino contra os jesuítas, entre elas existe "uma conta ou Representação" dirigida pelo "Governo Municipal" (Sargento-Mor Agostinho Correa), em 1658, à Rainha Regente Dona Luísa Francisca de Gusmão, na qual fala que "os Missionários nas Aldeas só tratem de pastorear as almas; portanto, o mando temporal que sem autorização exercitão, e a transgressão da Lei de 9 de abril de 1655 restrictiva da de 17 de outubro de 1653, gerão exórdio universal na Capitania" (BAENA, 1969 p. 73). Todavia, a reação de Portugal só viria 97 anos depois, quando a 6 de julho de 1755, pelo Ato Régio de D. José I, foi estabelecida "a liberdade dos homens boscarejos" (BAENA, 1969 p. 166/167). Como aqueles religiosos reagissem contra as ordens da Metrópole, foram expulsos finalmente "dos seus Reinos e Domínios" pela Lei de 3 de outubro de 1759 (DIAS, 1971 pp. 155/163).

O problema de braços úteis para a lavoura continuava sem solução em todo aquele imenso quinhão de domínio português, onde "a conquista econômica afigurava-se tarefa bem mais difícil que a conquista política" (DIAS, 1971 pp. 126/127). Acrescenta-se a isso, o primeiro saque no Erário de Lisboa pelas transações comerciais com as praças de Belém, após a criação da moeda Brasília (maio de 1749). O comércio com a Metrópole se enfraquecia, os produtos da terra (salsa, algodão, café, açúcar, etc.) desvalorizavam-se, os produtores desanimavam (CRUZ, 1964 pp. 15/16).

Para o Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a crise só poderia ser sustada com a substituição da mão de obra indígena pela africana e a criação de uma companhia de comércio e navegação, que transportaria os produtos da terra para o Reino e a mão de obra africana dos centros de resgate (Cachoeira, Bissau e Angola) para Belém e São Luís (DIAS, 1971 pp. 158/159 e 172).

Para a criação dessa companhia concorreram os habitantes interessados e os capitais reinóis. Informa DIAS que a 2 de fevereiro de 1754, foi enviada ao Rei D. José I "uma representação dos lavradores e comerciantes acompanhada de uma

súplica do Capitão General do Estado" para a criação da companhia (DIAS, 1971 p. 14). Assim, a 7 de junho de 1755, por Alvará Régio de Confirmação, instituiu-se a Companhia Geral de Comércio "para ocasionar e nutrir a fortuna individual dos moradores, e constituir caudales às vertentes das rendas do Estado" (BAENA, 1823 p. 111).

No período de seu funcionamento (1755-1777), foi colocada em prática na Amazônia uma nova política colonizadora emanada, sem dúvida, do ministério de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo: inúmeros povoados foram elevados à categoria de vila, Diretórios foram criados para incentivar e legalizar a união com as mulheres da terra; além disso, a companhia possibilitou a introdução do negro africano, transformando-o em escravo e a emigração de casais açoreanos. Nessa época multiplicaram-se as cartas de data de sesmarias (como se pode verificar no Catálogo Nominal dos Possesores de Sesmarias já citados), fato que revela o sistema de exploração do mercantilismo pombaolino; na Europa seduzida de produtos tropicais esboçaram-se novos mercados. Enfim, "a Amazônia vestiu uma nova roupagem", no dizer expressivo de DIAS (1971, p. 25).

As estatísticas apresentadas por CRUZ (1964, pp.47, 61/62) ilustram bem o papel econômico da Companhia:

Produção de açúcar na época (1777)		exportação de café
Vale do Guamá .....	7.218 arrobas	1773 .....4.273 arrobas
Vale do Acará .....	3.412 arrobas	1774 ..... 141 arrobas
Vale do Capim .....	433 arrobas	1775 .....4.468 arrobas
Vale do Moju .....	1.967 arrobas	1776 .....5.792 arrobas
Vigia .....	4.876 arrobas	1777 ..... 3.542 arrobas
Barcarena .....	8.735 arrobas	(18)

Por esses dados, percebe-se a importância da "indústria açucareira" do Grão Pará em geral e de Vigia em particu -

---

(18) - Uma arroba equivale a 14,689 Kg.

lar. A toponímia local indica a existência pretérita de um engenho de açúcar naquele município (vide Carta 4). O café era um dos principais produtos da terra exportado para a Metrópole, e sabe-se que Vigia era um dos principais produtores, pois "os navios da Companhia vinham periodicamente a Belém, visitando mais os portos de Viseu, Bragança, Cintra e Vigia (CRUZ, 1964 pp. 92/93). Sem dúvida, "a Companhia revelou economicamente a Amazônia (DIAS, 1971 p. 537).

No entanto, com a morte de D. José I (23 de fevereiro de 1777) toda a obra do marques de Pombal agonizava, sucumbindo mais tarde com a Resolução de D. Maria I, de 5 de Janeiro de 1778, "que dava por terminado o privilégio exclusivo do comércio e navegação da malquista sociedade pombalina" (DIAS, 1971 p. 584).

A agricultura que praticamente se ensaiara na época de Pombal, declinava lentamente na Província. No final do século XVIII ela se fazia presente apenas "nas circunvizinhanças da Capital, na parte baixa dos rios Guamá, Acará, Moju e Tocantins, onde eram cultivados a cana de açúcar, o arroz, o café e o cacau como gêneros principais (MUNIZ, 1917 pp. 17/18).

Nessa época já se delineava a extração da goma elástica e, com ela, o êxodo dos trabalhadores rurais. Os povoados definhavam e suas populações diminuíam tanto que muitos deixaram de existir, dentre eles, dois em Vigia: Penhalonga e Porto Salvo, já citados.

No início do século XIX, o Governador Geral do Brasil D. Rodrigo de Souza Coutinho, preocupado com a situação do Norte, sugeria entre as medidas defensivas e econômicas em relação à Província, "a criação de um vice-reino para o Pará, o estabelecimento de grandes estradas de rodagem, em correspondência à uma rede de navegação interior, bem como a criação de colônias militares em Macapá, à margem esquerda da foz do Amazonas" (MUNIZ, 1917 p. 18).

Por essas palavras percebe-se que o sentido de conquista, posse e defesa do território estavam ainda muito arraigados no governador Souza Coutinho, embora ele já vislumbrasse com muita lucidez a maneira de ocupar a Amazônia: ... "através

de grandes estradas de rodagem em correspondência a uma rede de navegação interior." Mas a quem caberia tal encargo? Os governadores gerais e os filhos da terra já haviam cumprido sua parcela na conquista do espaço amazônico para a Coroa Portuguesa e estavam agora ambos debilitados.

### 2.2.2. As primeiras tentativas de colonização no Pará e ocupação das terras c de Vigia (meados do século XIX).

Além de Souza Coutinho, os mais interessados em resolver os problemas da agricultura no Pará, foram os seus presidentes. Desde o relatório do general Francisco José de Souza Soares de Andréa (1838), todos mostraram-se preocupados em resolver o maior problema da Província: ... "a falta de braços para o cultivo da terra e o conseqüente progresso da agricultura" (CRUZ, 1958 p. 17). Nessa época já se iniciara o período imperial.

O presidente João Antônio de MIRANDA em sua FALA à Assembléia Provincial, a 15 de agosto de 1840, discorreu sobre a necessidade de "braços laboriosos" para a Província, indicando as "medidas" que deveriam ser adotadas para sanar o problema; dentre elas lembrou sua intenção de "fundar uma colônia no DISTRITO DE VIGIA, no rio Guajará," que não pode ser efetivada pela falta de colonos, tendo mandado estabelecer em seu lugar a Colonia Militar de Pedro Segundo (à margem direita do rio Araguari - no atual território do Amapá) (MIRANDA, 1840 p. 66).

Para incrementar a fundação de outras, aquele presidente pedia à Assembléia Legislativa que estabelecesse no orçamento provincial "a verba de seis contos de réis", com a qual mandaria vir colonos do Sul para serem distribuídos nas terras da VIGIA e da Capital. Com isso, contava o presidente MIRANDA em "desenvolver um promissor plano de produção capaz de suprir as deficiências do consumo interno e possibilitar a exportação de produtos que a terra produz com pouco trabalho e ne -

nenhuma assistência técnica" (MIRANDA, 1840 p. 67). Entretanto, além da colônia Pedro Segundo, aliás fracassada, nada mais foi feito de concreto em seu governo em prol da colonização.

Mais tarde são tentadas sem sucesso, as colônias mistas de Santa Teresa do Tocantins (1849), São João do Araguaia, (1850) e Óbidos (1854) (CRUZ, 1958 p. 18).

Na administração do coronel Sebastião do Rego Barros, dois acontecimentos importantes marcam a história da colonização na Província: o sancionamento da Lei nº 266, pela Assembléia Provincial de 15 de dezembro de 1853, que estabelecia uma caixa especial de 20:000\$000 anuais para promover e facilitar a imigração estrangeira e, no ano seguinte (1854), a publicação das bases dos futuros contratos para introdução de colonos. A essa altura já existiam duas propostas: a de Silvestre Rodrigues de Sousa e a do Consul de Portugal (?), delas apenas a segunda foi aprovada, a primeira foi considerada dispendiosa para o Tesouro. Ao diplomata português o governo adiantou uma quantia de 3:000\$000 para introduzir em 8 meses, em suas terras no Arapiranga (VIGIA), 100 colonos portugueses escolhidos, (MUNIZ, 1917 p. 22). Na documentação consultada não foi encontrada referência à introdução desses colonos.

A 13 de outubro daquele mesmo ano, a Lei Provincial de nº 263 elevava os fundos da caixa especial para 40:000\$000, destinados aos contratos de imigração, passagem, alimentação e manutenção por 8 dias em Belém de imigrantes de Portugal e Galiza, preferencialmente, para a fundação de Colônias Civis. Com base nessa lei, foi instalada próxima à Capital, em 1855, a Colônia Nossa Senhora do Ó, em homenagem a seu fundador Coronel José Ó de Almeida. Entretanto, apesar do auxílio financeiro do Governo Imperial, e do empréstimo da Caixa de Colonização da Província, a colônia não foi avante (MUNIZ, 1917 pp.26/28) (19).

---

(19) - Segundo PENTEADO (1968 pp. 40/41), em 1858 o núcleo possuía 121 habitantes (107 colonos e 14 diaristas), a grande maioria constituída por brasileiros, havendo apenas 6 portugueses (dos 500 que deveriam ser introduzidos pelo contrato) e suas condições não eram das melhores.

No Nordeste da Província a antiga aldeia encontrada por Pedro Teixeira, à margem do Rio Caeté, em sua viagem para o Maranhão (1616), transformada em Vila Sousa do Caeté, por Gaspar de Sousa (em 1634) e posteriormente Bragança (1753), por Mendonça Furtado, que a animou em seu desenvolvimento com a introdução de "homens e famílias açoreanas" (de Angra e Michelson), estava agora entregue à sua própria sorte, "vivendo de suas lavouras que não encontravam mercado consumidor próximo". (BAENA, 1839. pp. 286/287; PENTEADO, 1968. p. 38).

A comunicação de Bragança com Belém era feita com grande dificuldade pelo litoral ou, de preferência, por terra até Ourém, enfrentando sérios perigos e passando dali para a navegação fluvial do rio Guamá até Belém (EGLER, 1961 p. 527; PENTEADO, 1968 p. 38). Assim, entre aquele centro urbano e a Capital, interpunha-se uma área inteiramente despovoada - a região Bragantina.

No início dessa segunda metade do século XIX, a borraça tomava o lugar das "drogas do sertão" na economia paraense. Todos estavam interessados nos lucros que a sua exploração propiciava. Enquanto isso, a agricultura definhava. O vice-presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha, em relatório de 15 de agosto de 1858, lamentava essa decadência e para ressaltá-la, apresentava uma lista completa de produtos importados. No mesmo relatório Cunha aconselhava como "remédio eficaz" a colonização estrangeira, para promover novo progresso da agricultura na província, pelos "seus hábitos de vida arraigada ao solo," posto que "as nossas classes inferiores agrada mais a vida errante e aventureira da caça e da pesca, dos seringais e castanhais, da arriscadíssima extracção do óleo e da salsa" (in PENTEADO, 1968. p. 39/40).

Informe o mesmo relato que, após determinação do Governo do Império, para escolher nos terrenos da Província já medidos "um distrito para formar um núcleo colonial" com "30 famílias que o governo imperial mandará dentro de 3 meses", se devia antes de localizar os colonos estrangeiros, "preparar de alguma forma o terreno em que eles só venham fazer pouco mais do que plantar e colher os frutos que proporciona a fertilida-

de de nossas terras, com tanta facilidade, prontidão e abundância quanto seja necessária, não só para conservar os colonos existentes, afeiçoando-os ao solo, como para convidar outros, que venham auferir com eles os gozos de que estiverem de posse" (in PENTEADO, 1968 p. 41).

Pelas palavras de Cunha, percebe-se que, naquela época, a fixação do homem ao solo já era desejada, embora "ainda se pensasse na fertilidade do solo paraense como um fato consumado". A necessidade de facilitar aos colonos "os meios de vida agrícola", indica que aquele vice-presidente só acreditava em uma colonização com o apoio do governo e a devida assistência ao colono. Daí manifestar-se contrário à fixação dos imigrantes nas terras da comarca de Bragança, onde ficariam "isolados das áreas povoadas da Província, sem nenhum mercado para o que viessem produzir" (PENTEADO, 1968 pp. 41/42).

Assim, a falta de comunicação com Bragança levou Cunha a solicitar adiamento do problema, mas como o Governo Imperial insistisse em seu propósito, o vice-presidente indicou as terras da fazenda de Pinheiro "como as mais adequadas para satisfazer os ideais do Governo Central do Império" (MUNIZ, 1917 pp. 29/30) (20). Os colonos ficariam ali instalados até que fossem enviados "para o lugar que o governo quizesse se estabelecessem definitivamente, depois de convenientemente preparado" (in PENTEADO, 1968 p. 39). Além dos informes de Cunha, extraídos de PENTEADO e MUNIZ, nada mais se sabe a respeito da chegada ou destino dado aos colonos. Ao que tudo indica essa tentativa também fracassou.

As intenções de fundar uma colônia nas terras de Vigia desapareceram. As atenções estavam agora voltadas para a região Bragantina. No final de 1850, manifestava-se o desejo de unir Belém à Bragança por terra, por um caminho que no futuro deveria estender-se até o Maranhão. No relatório de 8 de dezembro de 1858 a Assembléia Provincial, o vice-presidente Ambrósio Leitão da Cunha apontava as vantagens de colonizar a região de Bragança "de solos fertilíssimos que se prestam para

---

(20) - Essa fazenda era propriedade da Província desde 1838.

todo o gênero de culturas", onde estão localizados "os mais ricos campos de criação"(in PENTEADO, 1968 p. 31). Por esse relatório, PENTEADO destaca a importância da cidade de Bragança, como uma das poucas na Província a possuir agência de correios e constituir "o centro de uma zona agrícola de certo destaque, capaz de abastecer o mercado da capital em gêneros alimentícios"; ressalta ainda o significado daquele caminho para Bragança em relação ao mercado de Belém e à ligação com o Maranhão (PENTEADO, 1968 p. 39).

Para garantir o tráfego permanente e o efetivo povoamento da região, o vice-presidente propunha a instalação de um sistema de pousos separados entre si cada quatro léguas, com um cabo e quatro praças cada um, todos casados, que receberiam um lote de terra de 250 braços de lado. Tais "pousos" seriam transformados em presídios militares, cujos prisioneiros executariam os trabalhos agrícolas; cada família receberia em troca, depois de três anos de efetiva residência e cultura, o direito de propriedade. No anexo desse mesmo relatório, o presidente Cunha notificava que incumbia o engenheiro Emílio Gengibre de abrir uma estrada para Bragança em linha reta de 18 léguas de extensão, onde deveria começar ao mesmo tempo a medição das terras públicas na Província (in PENTEADO, 1968 p.40).

A exemplo das tentativas anteriores, não existem notícias que confirmem a instalação dos "pousos" e da abertura da estrada para Bragança.

### 2.2.3. A ocupação do interior e o processo colonizador bragançino (segundo quartel do século XIX e início do século XX).

Em 1867, o Governo do Império baixou o decreto de número 3.784 regulando e uniformizando a criação e o regime de colônias no Estado. Esse decreto serviu de base para as províncias do Sul lançarem os fundamentos das respectivas imigração e colonização estrangeiras com o auxílio do Governo. Com

ele, entretanto, a Amazônia nada lucrou, mesmo quanto ao Grão Pará ter contribuído sempre com boas rendas para os cofres gerais (MUNIZ, 1917 p. 30)(21).

O Governo Paraense, contudo, não desanimou; os esforços para promover a colonização foram continuados e agora voltados para a região Bragantina. Em 1871, o Dr. Abel Graça requeria do Governo do Império a concessão de 6 léguas de terras na estrada de Bragança para formar um núcleo colonial. Estas lhe foram concedidas dois anos depois (1873) e nesse mesmo ano foram abertos 170 lotes nas duas primeiras léguas previamente medidas e demarcadas. Mas a nova colônia, a 30 quilômetros de Belém, necessitava de um caminho que a valorizasse e a colocasse em contato com a Capital. Assim, pelo Decreto-Lei nº 809, a Assembléia Legislativa Provincial de 6 de abril de 1874, autorizava o Governo da Província a conceder 40 anos de privilégio à empresa ou companhia que se propuzesse a construir uma estrada de ferro de Belém a Bragança e estabelecer 10.000 colonos (2.500 ao ano), desde que o Governo Imperial pagasse as passagens (MUNIZ, 1917 pp. 33/34).

Tudo permitia que a colonização da Bragantina iria se iniciar e seria a primeira da Província a receber o impulso direto da administração pública. As regalias concedidas aos futuros concessionários eram compensadoras: juros de 7% sobre o capital investido e concessão de 10 léguas de terras às margens da estrada de ferro livres, de qualquer despesa. Foi aberto um caminho ligando Belém à área destinada ao núcleo. Apareceram então os primeiros concorrentes, engenheiro Cícero Pontes e o procurador Antônio Gonçalves da Justa Araújo, que nada

---

(21) - Rendas da Província do Grão Pará destinadas aos Cofres do Império (MUNIZ, 1919, p. 30):

1836 - 1841 : 3.607 : 626\$206

1841 - 1846 : 3.999 : 712\$375

1846 - 1851 : 3.823 : 333\$350

1851 - 1856 : 7.986 : 543\$971

1856 - 1861 : 10.417 : 753\$444

1861 - 1866 : 12.461 : 781\$918

mais fizeram além da assinatura do contrato. Depois de certo esmorecimento o governador Francisco Maria Correia de Sá e Benevides tomou para si os encargos da construção da ferrovia e da instalação da colônia, deliberando entre outras coisas a escolha de um diretor para a segunda (22); esta recaiu no coronel Ó de Almeida por ser considerado experiente no assunto (MUNIZ, 1917 pp. 33 a 35; CRUZ, 1958 pp. 58/59).

Para povoar a colônia, estavam chegando do sul do Império, a bordo do vapor Bahia, os imigrantes estrangeiros (68 ao todo, entre franceses, italianos e espanhóis), que ficaram hospedados em um navio da Amazon Steam Navigation Co., por conta do Governo. Mas como lembra CRUZ: "... eram todos artistas. Não serviam para o trabalho do campo". Daí ter sido constituída uma comissão "para estudar os meios mais convenientes de acomodá-los" (CRUZ, 1958 p. 59). Essa comissão chegou a publicar uma nota em O Diário do Grão Pará, para que a população se interessasse pelo destino dos imigrantes (23). Como ninguém se manifestasse, estes foram enviados para a rocinha São João, de onde "os especializados em agricultura" seriam enviados para a estrada de Bragança". A esses eram oferecidos título provisório de terras à escolha do colono, uma coleção de instrumentos indispensáveis à lavoura, sementes e alimentos, durante seis meses, e um grande e cômodo barração como moradia coletiva; aos que quizessem construir suas próprias casas o Governo oferecia o material necessário (CRUZ, 1958 pp. 59/60).

Instalaram-se no núcleo apenas 20 imigrantes (17 franceses, 2 argentinos e 1 belga). Finalmente, a 13 de junho de 1875, a colônia foi solenemente inaugurada pelo seu patro -

---

(22) - O governador Sá e Benevides determinou a limpeza da estrada ligando Belém ao núcleo colonial e a demarcação dos lotes destinados aos imigrantes (CRUZ, 1958 p. 59).

(23) - Àquele jornal publicava a 31 de novembro de 1875 a seguinte nota:  
"Aqueles que tem necessidade de artistas, de trabalhadores ou de lavradores, devem dirigir-se aos membros da Comissão, para deste modo os auxiliar e dar arrumação aos imigrantes que acabam de chegar" ... (extraída de CRUZ, 1958 p. 59).

no, o presidente Sá e Benevides. Este, num gesto que foi imitado por todos os presentes, com uma machadinha, golpeou uma das árvores, dando início simbólico aos trabalhos na colônia. Os colonos franceses, nessa ocasião, receberam os primeiros lotes de terra (de 150 braças de frente x 600 de fundo) (CRUZ, 1958 p. 63).

O sucesso do empreendimento foi festejado em Belém e teve boas repercussões fora da Província. Dos Estados Unidos cerca de 10.000 pessoas queriam emigrar para o Pará. Até outubro haviam entrado 180 imigrantes na colônia (87 franceses, 35 italianos, 33 espanhóis, 11 alemães, 5 belgas, 3 ingleses, 3 suíços, 2 argentinos e 1 norte-americano). O presidente Sá e Benevides, em relatório de 15 de fevereiro de 1876, informava à Assembléia Legislativa Provincial, que haviam chegado 250 norte-americanos (MUNIZ, 1917 p. 35). Entretanto, no mesmo relatório o Presidente notificava que, em janeiro daquele mesmo ano, existiam apenas 43 colonos (24 franceses, 8 espanhóis, 4 belgas, 2 argentinos, 2 italianos, 1 prussiano-proveniente de uma colônia peruana e 2 brasileiros - a viúva de um colono espanhol e um filho de colonos franceses). O abandono do núcleo era explicado pelo fato de os colonos não serem lavradores, não tendo portanto amor ao trabalho e à propriedade territorial. Todavia, alguns ali ainda permaneceram praticando "grandes derrubadas e algumas plantações"; daí ter o presidente afirmado: "... quase sem receio de errar se pode asseverar que ali está a semente da colonização da estrada de Bragança" (in PENTEADO, 1968. pp. 43/44).

Dessa forma, como ressalta PENTEADO: "... iniciava-se a marcha do povoamento pelos sertões da Bragantina ainda não palmilhados pelo homem branco" (PENTEADO, 1968 p. 44). Porém, o saldo da imigração era pequeno e as despesas para os cofres provinciais eram elevadas (24). Os esforços para o povoamento

---

(24) - Até 1877 o movimento de imigrantes no núcleo era o seguinte: entrados 3.4, saídos 247; existentes 117: 71 franceses, 10 italianos, 2 espanhóis, 3 belgas, 4 suíços, 1 português e 26 brasileiros. Todas as despesas com a imigração corriam por conta dos cofres provinciais; e o Dr. Capistrano Bandeira de Melo Filho ao assumir o governo da Província encontrou um débito de 77:498\$669 (MUNIZ, 1917 p. 37).

mento da colônia foram até então infrutíferas. Os dados apresentados mostram que os brasileiros começaram a chegar e como demonstravam maior aptidão para a lavoura, o presidente Bandeira de Melo Filho mostrou-se inclinado à imigração nacional (CRUZ, 1958 p. 63).

A afluência de habitantes do Ceará para o Grão-Pará, em consequência da grande seca de 1877-1878 naquela província, levou a administração pública a cogitar em aproveitá-los na colonização, localizando e auxiliando-os afim de fixá-los na Província. Na Administração do vice-presidente Dr. José da Gama Melcher foram instalados 860 imigrantes cearenses, que receberam terras, sementes e auxílio em dinheiro. Em relatório de março de 1878, informava aquele vice-presidente que "na estrada de Bragança, no lugar onde foi a colônia de Benevides, se vai atualmente formando um importante núcleo colonial de imigrantes cearenses, aos quais o flagelo das secas na sua Província tem obrigado a procurar este solo de tanta uberdade". (in PENTEADO, 1968 p. 44).

O presidente da Província José Joaquim do Carmo, reconhecendo a necessidade de regulamentar a imigração cearense, levava a julgamento da Assembléia Legislativa Provincial (1878) as suas propostas de restaurar a colônia de Benevides, criar uma verba de "socorros públicos" para acudir os imigrantes, além de um projeto de regulamentação de colônias mistas (25).

(25) - Súmula do Projeto de Regulamentação das Colonias Mistas apresentado pelo Dr. José Joaquim do Carmo à Assembléia Legislativa Provincial de 26/3/1878: As terras das colônias mistas medidas e demarcadas, com área não inferiores a 17.240.000 metros quadrados, divididas em lotes urbanos e rurais, tendo estes a superfície de 75.000 braças quadradas e os urbanos 360 braças quadradas, devem ser distribuídas de forma que:

- a) - a cada colono ou família sejam dados um lote urbano e um rural, que devem ser pagos em 5 anos, de 2 a 8 réis a braça quadrada do primeiro e de 10 a 80 réis do segundo, findo os quais deverá receber o título definitivo de propriedade;
- b) - cada colono terá direito a 15 dias de manutenção a título de adiantamento, além de 20\$000 por pessoa de mais de 10 anos que deverá ser aproveitada nos trabalhos do núcleo;
- c) - aos colonos dedicados à lavoura serão feitos adiantamentos de instrumentos aratórios, sendo as sementes e mudas doadas pela administração pública (MUNIZ, 1917 p. 37).

Aprovado esse projeto, o presidente abriu na verba de "serviços públicos" a quantia de 40:000\$000; solicitou do Ministro da Agricultura providências e o estabelecimento de um limite para o número de retirantes a serem transportados para o Pará; nomeou 16 comissões para socorrer os imigrantes em diversos pontos da Província e encarregou o engenheiro Damião Pinto Braga de dividir a sede de Benevides (MUNIZ, 1917, p. 38).

O novo regulamento serviu de base à reorganização da colônia de Benevides e à criação dos núcleos de Santa Isabel, do Caminho de Vigia (26) e de São José do Tentugal. A comissão constituída pelo capitão: Joaquim Manoel de Carvalho, Antonio Joaquim de Miranda Gomes e Francisco Quirino de Araújo Neves, ficou encarregada de receber os imigrantes destinados ao caminho da Vigia. Essa e as demais comissões cumpriram o seu encargo; pois, em relatório à Assembléia Provincial de 16 de junho de 1879, o presidente José de Carvalho da Gama e Abreu depois de lamentar os males causados pela seca à "centenas de milhares de nossos infelizes compatriotas cearenses", refere-se ao elevado número dos que tem buscado refúgio no Pará, à "benevolência do Governo Geral para com esses infelizes", que

---

(26) - O gripe é da autora.

"tem contribuído para trazer até nossa província mais um elemento de prosperidade. E acrescenta o presidente: "Não pequeno número de imigrantes tem procurado, por si, viver com suas famílias a coberto da miséria, graças ao trabalho; outros, e destes é o maior número, se acolheram aos núcleos coloniais, criados pelo govêrno na colônia de Benevides, Tentugal, Santa-rém e agora em Santa Isabel e no Caminho da Vigia. A colônia de Benevides, a mais importante, conta com 9.000 habitantes"(in MUNIZ, 1917 p. 34).

No mesmo relatório o presidente Gama e Abreu informava que, em virtude do estabelecimento de uma via férrea até Bragança, havia ordenado a instalação de outros núcleos coloniais de 1.000 imigrantes, separados entre si de 3 em 3 léguas mais ou menos, se as condições locais as permitissem, tendo da do igual ordem ao diretor do núcleo de Bragança para a implantação de outros na direção estabelecida pelo engenheiro Joaquim Gomes de Oliveira para a estrada de ferro (in MUNIZ, 1917. pp. 39/40).

A euforia do presidente Gama e Abreu com o núcleo de Benevides logo se arrefeceu, pois em novo Relatório de 15 de fevereiro de 1881, à Assembléia Legislativa Provincial, ele informava que "chuvas abundantes no Ceará, além do natural apego à terra natal, determinaram a saída de grande número de habitantes do núcleo para aquela Província" (in, PENTEADO, 1968.p. 45). Sobre a situação do núcleo do caminho da Vigia nada se sabe.

Dois anos depois a inauguração do primeiro trecho da ferrovia, ligando Benfica à Capital (1883), trouxe uma certa animação à administração pública e aos paraenses. No ano seguinte (1884) a estrada chegava à colônia de Benevides. Sobre os concessionários, porém, pesava a cláusula contratual que dispunha sobre a instalação de 10.000 colonos (2.500 ao ano). Sem querer dar cumprimento à mesma, aqueles conseguem suprimi-la em 1884. Foram gastos com o núcleo de Benevides e a construção da ferrovia até Benfica 987:009\$913 (MUNIZ, 1917 p.42). No entanto, àquela altura, a borracha pagava tudo no Pará.

Em dezembro de 1884, a Lei Orçamentária de número 1.232 autorizava o presidente da Província a gastar até 100:000\$000 com agências de propaganda na Europa, passagens, recepção e estabelecimento de até 30 famílias de colonos europeus nos lotes da estrada de ferro de Bragança e em Pinheiro (atual Icoaraci) (MUNIZ, 1917 p. 43). Fundamentado nessa lei, o presidente Tristão de Alencar Araripe, a 17 de novembro de 1885, funda em Belém a SOCIEDADE PARAENSE DE IMIGRAÇÃO, e tenta conseguir através dessa sociedade, junto ao Dr. Frederico José de Santa Anna Nery (27), imigrantes na Europa. Este porém mostrou-se reservado em relação ao Pará e mais inclinado à imigração no Sul do Império, onde "os colonos são chamados a desenvolver culturas já extensas e conhecidas, como as do café, tem eles no Norte que criar por assim dizer hábitos de lavoura sedentária". Considerou porém o ensaio útil, mas com "LIMITADO NÚMERO DE FAMÍLIAS" (CRUZ, 1958 pp. 71/72).

Outras medidas foram ainda tomadas por aquele presidente em prol da colonização, como: a edição de um GUIA de imigração e a concessão de "facilidades" aos imigrantes (aconselhados por Santa Anna Nery), a assinatura de contrato com a firma Calheiro & Oliveira para a introdução de 30 famílias açorianas e com Robert Neill para introduzir 15 famílias escocesas. À primeira foram adiantados 20:000\$000 e ao Dr. José da Silva Paranhos, consul do Brasil em Liverpool, 70 £ para as passagens das famílias escocesas. No lugar Apeú foram discriminados 30 lotes para alojar inicialmente as famílias açorianas. Nessa tarefa foram gastos 36:000\$000, ficando o restante (?) para receber e instalar os colonos. Estes chegaram a 7 de junho de 1886, mas vieram apenas 21 famílias (das 30 contratadas). Como nesse anos os trilhos da estrada já atingiam Apeú, aquelas famílias logo foram encaminhadas para o local indicado, mas nem chegaram a desembarcar do trem, voltando para Belém onde se dispersaram (MUNIZ, 1917 p. 44). O desastre foi

---

(27) - O Dr. Anna Nery foi proprietário da Revue du Monde Latín e fundador da Sociedade Internationale d'Études Brésiliens em Paris (CRUZ, 1958 p. 71).

completo; as famílias escocesas não vieram; foi mais uma experiência fracassada e maiores despesas para os cofres provinciais.

Outras propostas foram encaminhadas para o governo, mas todas elas recusadas. Os colonos já estabelecidos às margens da ferrovia, queixavam-se da má ligação com Belém, que os forçava a pagar um frete suplementar para transportar seus produtos até o mercado.

A seca de 1888-1889, trouxe novos imigrantes do Nordeste do Pará. Estes foram acolhidos e alojados nas colônias de Nossa Senhora do Carmo de Benevides e Araripe, esta última criada em 1888, especificamente para receber os imigrantes. Nesse ano a ferrovia foi prolongada até às proximidades do mercado, embora desde 1885 já fosse deficitária. O presidente Cardoso Junior atribuía essa situação "a falta de povoamento nas margens da estrada"; ali, "com exceção dos núcleos de Benevides, Santa Isabel e colônia Araripe, que agora principia a povoar, quase toda a zona ou é despovoada ou contém pequenas barracas dispersas" (CRUZ, 1955. p. 87).

Essa afirmativa, como já ressaltara PENTEADO, revela que "a marcha da colonização se procesava lentamente", que "o povoamento se organizava de forma nucleada" e que "os esperados resultados da colonização da Bragantina não eram tão animadores como a princípio se pensava". Os fretes eram insuficientes para manter a ferrovia; "a lenha era o principal produto transportado, além da cachaça, rapadura e farinha de mandioca" (PENTEADO, 1968 p. 57).

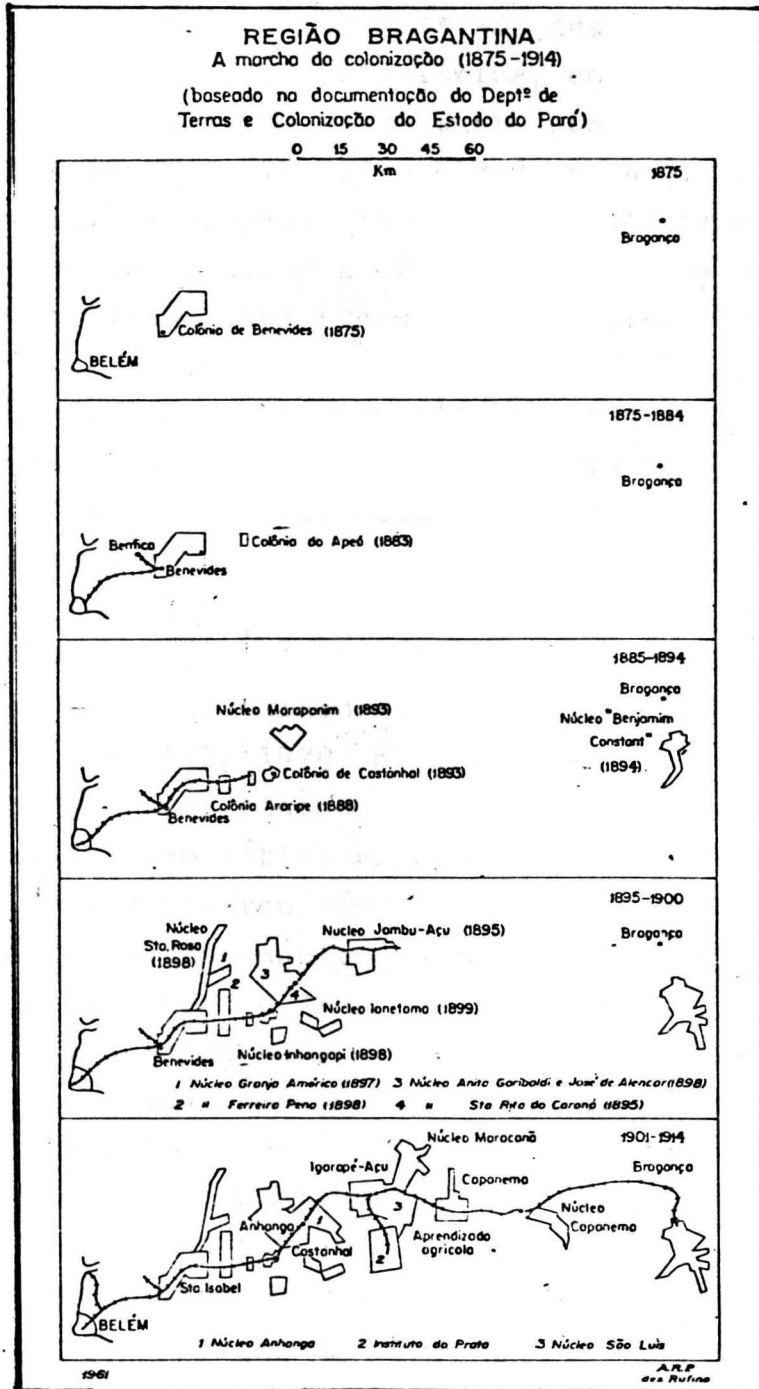
O prolongamento da ferrovia até Belém, a instalação da colônia Araripe e a colocação dos imigrantes na mesma, encerra as atividades colonizadoras da época do Império, sem que o Governo Central se preocupasse com a situação do Norte, embora este contribuisse com boas rendas para o Tesouro Geral. Tudo que foi feito no Pará até 1889, deve-se aos esforços de seus homens públicos, embora sem um criterioso planejamento.

A construção da ferrovia caminhava lentamente e com ela processava-se a ocupação da Região Bragantina e áreas vizinhas, ao sabor dos fluxos e refluxos da imigração nordestina e

de uma imigração estrangeira frustrante, propiciadas pela economia da borracha.

A marcha da colonização na região Bragantina, pode ser acompanhada na Carta organizada por PENTEADO com os documentos do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Pará (Carta 2). Ali, observa-se que a colonização se processou inicialmente na porção ocidental da região, com a instalação dos núcleos de Benevides (1875), Apeú (1883), Araripe (1888), Castanhal (em 1893, com imigrantes cearenses) e Marapanim (1893, recebendo imigrantes nordestinos, em sua maioria, numerosos espanhóis e portugueses). Em 1894, na extremidade oriental da região, próximo a Bragança, fundava-se a colônia de Benjamin Constant (para receber de início só imigrantes espanhóis e posteriormente nordestinos). Este avanço da colonização, como ressaltou PENTEADO, deve-se não só às idéias que se tinha no Pará "sobre a fertilidade do solo do atual município de Bragança, como também ao surto de progresso provocado pela borracha" (PENTEADO, 1968 p. 85). No ano seguinte (1895), inicia-se a colonização da porção central da Bragantina, com a instalação de Jambu-Açu e Santa Rita do Caranã; o primeiro com imigrantes nordestinos, predominantemente, espanhóis em grande número e portugueses, e o segundo com nordestinos. Em 1897 e 1898, nas atuais terras de TAUÁ-VIGIA, na época pertencentes a Santa Isabel e VIGIA, instalaram-se GRANJA AMÉRICO e SANTA ROSA; o primeiro com imigrantes cearenses e o segundo com imigrantes espanhóis, em sua maioria, alemães, italianos e nordestinos. No último ano foram criados ainda, às margens da estrada de ferro de Bragança, os núcleos de Ferreira Pena (com nordestinos e espanhóis, recebendo ainda alguns italianos e um português); Anita Garibaldi (com italianos, abrigando depois numerosos nordestinos, alguns espanhóis, belgas, cubanos e americanos), José de Alençar (com nordestinos, predominantemente e espanhóis) e Inhangapi (apenas com nordestinos). Em 1899, foi criado Ianetama (com imigrantes italianos, recebendo também espanhóis e numerosos nordestinos) (28).

(28) - Para maiores informações sobre as colônias tratadas indicam-se à leitura: MUNIZ, 1917; CRUZ, 1955 a 1958 e PENTEADO, 1968 que figuram na bibliografia apresentada no final do trabalho.



O período 1895-1900 é caracterizado, portanto, por uma intensificação de esforços para ocupar as terras da Bragançã e corresponde ao que PENTEADO designou por "período áureo da colonização", que coincide, como bem observam o autor, "com o desenvolvimento do surto econômico que o Pará conheceu com a borracha" (PENTEADO, 1968. p. 46). É nessa época que se efetiva a ocupação das terras interiores da área estudada, com a instalação dos núcleos Granja Américo e Santa Rosa; dos imigrantes cearenses que foram instalados no caminho da Vigia não se tem mais notícias.

Em fins do século XIX, a situação econômica do Pará era uma das melhores do país. Os presidentes da Província confiavam no futuro. Os que assumiram o Governo em 1898, pretendiam desenvolver "um programa sedutor" de desenvolvimento visando como metas: "o ensino profissional, o plantio da borracha, a pecuária, a agricultura, a imigração, prometendo enfrentar o problema do trabalhador nacional, que vivia em situação precária" (CORDEIRO, 1920 p. 154).

Em 1899, contudo, inicia-se a derrocada nas finanças do Estado, com sérias repercussões na colonização da Bragançã (29). O Governo não mais concedeu autorização para a instalação de outros núcleos coloniais, emancipou as colônias de Benjamin Constant e Jambu-Açu. Os contratos de imigração eram onerosos e quase sempre mal sucedidos; além do número de imigrantes introduzidos ser sempre inferior ao estipulado, ao cessarem os auxílios do Governo eles abandonavam os lotes. Nesse ano, havia uma dívida de 78.701:029\$586 decorrente desses contratos, assumida no governo de Lauro Sodré, que absorveu toda a renda do Estado do quinquênio seguinte (final da adminis-

(29) - Rendas do Estado do Pará (MUNIZ, 1917 p. 142):

	Administração de Lauro Sodré(1893-1896)	75.402:274\$237
	" de Paes de Carvalho (1897-1900)	60.153:767\$384
1ª	" de Augusto Montenegro (1901-1904)	57.358:570\$443
2ª	" de Augusto Montenegro (1905-1908)	57.938:777\$207
	" de João A. Coelho(1909-1912)	67.463:843\$112
	" de Enéas Martins(1913-1916)	26.620:185\$084

tração de Paes de Carvalho e primeira administração de Augusto Montenegro). Acrescente-se a isso a epidemia de varíola que atingiu o Pará, trazida pelos imigrantes da Espanha e do Sul do país e a febre amarela, que fizeram numerosas vítimas, principalmente entre os colonos europeus (MUNIZ, 1917 pp. 67/68 e 98/99; CRUZ, 1958 pp. 80/81).

Debeladas as doenças, o governo continua sua política de contenção de despesas, permitindo apenas a imigração e pontânea, sem ônus ou responsabilidade do Tesouro do Estado; suspendeu a concessão gratuita dos lotes coloniais (estipulada pela Lei nº 223 de 30 de junho de 1894) e rescindiu os contratos de imigração (1900). Ao assumir o governo em 1901, Augusto Montenegro encontrou uma dívida de 2.706:496\$478 de despesas de passagens dos imigrantes, 320:000\$000 de indenizações com a rescisão dos contratos de Enéas Martins (100:000\$000) e Francisco Cepeda (220:000\$000) e 297:077\$417 a serem pagos nos núcleos coloniais. Nesse ano, o êxodo era importante, principalmente por parte das famílias estrangeiras (MUNIZ, 1917 pp. 67 e 98/99).

O governador Montenegro, como afirmara em sua Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado (1902), não mais se interessou pela introdução de imigrantes estrangeiros. Após tentar em vão evitar o despovoamento das colônias, admitindo apenas famílias nacionais, concedendo, mais uma vez, o lote gratuitamente, depois de um ano de efetiva residência e cultivo, determinava a dissolução definitiva do Serviço de Imigração e Colonização do Estado, tendo mandado emancipar todas as colônias, umas em 31 de março e outras a 30 de junho de 1902 (MUNIZ, 1917 p. 99; CRUZ, 1958 p. 81).

Nesse período de contenção foram criados ainda os núcleos de Santo Antônio do Maracanã (1900), depois Santo Antônio do Prata (1902) (30), São Luís e Anhangá, os dois últimos

---

(30) - Núcleo indígena formado com índios Tembés, no atual Município de Santarém Novo, por frei Reinaldo de Paulo, da Ordem dos Capuchinhos Lombardos, com a autorização do Governador Paes de Carvalho. Este núcleo também recebeu imigrantes, desconhecendo-se porém suas origens. (CRUZ, 1958 pp. 131/132).

como consequência da expansão das colônias de Castanhal e Jambu-Açu (1901-1907), o Aprendizado Agrícola e o Instituto do Prata, iniciados no governo de Augusto Montenegro e concluídos na administração de João Antônio Coelho (1907-1909); e finalmente o núcleo de Capanema ou da Estrada do Tentugal, na administração do Dr. João Coelho (1909-1912) (MUNIZ, 1917 pp. 100 e 102) (Carta 2). Os núcleos então criados destinavam-se apenas a imigrantes nordestinos. Assim, no período 1900-1912, concretizava-se "o ideal colonizador da região Bragantina, com a ocupação do trecho situado entre Jambu-Açu e Bragança (PENTEADO, 1968 p. 46).

A ferrovia que se iniciara em 1883, só em 1909 atingia Bragança, já arrendada a particulares desde 1900, devido aos déficits permanentes (31). Os esforços realizados para colonizar a região fracassaram, não porque as terras não eram de "grande fertilidade" como se pensara, mas, pela pressa, improvisação, má administração dos núcleos e paternalismo exacerbado do Governo Paraense para com os imigrantes, que resultaram em oportunismo, desorganização, degradação ecológica, debandada dos colonos e decadência da agricultura; "a decadência econômica seguiu-se à política, à social e moral". "Melancolicamente a colonização chegara ao fim, e com ela o êxodo para o Nordeste" (PENTEADO, 1968 p. 48).

O ciclo da borracha, que alimentara o processo colonizador, ao findar, repercutiu desfavoravelmente na ocupação da região: as colônias despovoaram-se, as terras caíram de preço, a imigração rural urbana provocou o incremento demográfico de Belém, muitos nordestinos regressaram aos estados de origem. A colonização fracassara"... (PENTEADO, 1968, p. 49).

As tentativas de reerguimento econômico da região, com a criação dos núcleos Pedro Teixeira - na estrada que liga Capanema a Salinópolis e IRACEMA - nos fundos dos lotes da colônia de Santa Rosa até a estrada de Curuçá, situada em grande parte na área estudada, em terras pertencentes ao então dis

---

(31) - Em 1936, foi a ferrovia entregue a União e em 1957 passou a integrar a Rede Ferroviária Federal S.A., para em 1965 ser extinta.

tristo de Castanhal, - não surtiram o efeito desejado. Os flagelados nordestinos da seca de 1915-1916 que ali vieram se instalar, como em outros núcleos da Bragantina, em sua maioria - não permaneceram por muito tempo nos lotes. Em 1921 a agricultura estava totalmente desorganizada; "um saco de milho chegou a ser vendido por quantia inferior a um terço do preço de custo", como demonstrou PENTEADO (1968, p. 48). Belém, o principal mercado consumidor, estava economicamente debilitado. O prejuízo dos colonos motivaria o êxodo para os estados de origem.

A colonização com nacionais também não foi bem sucedida; como estes pretendiam, quase sempre, permanecer pouco tempo nos lotes, praticaram um extrativismo desenfreado e uma agricultura predatória, acabaram transformando as áreas que ocuparam em zonas de capoeiras degradadas e solos cansados. Alguns, "essencialmente vadios", chegaram mesmo a negociar - seus lotes "por qualquer insignificante garantia, à revelia da direção", como esclarecia Jorge Sobrinho, no anexo do relatório de Gama e Abreu de fevereiro de 1881; a falta de amor à terra e de cuidados com a conservação do solo, "o espírito comercial de muitos e de oportunismo de outros, levaram quase todos à delapidação brutal das áreas que ocuparam" (PENTEADO, 1968 pp. 66/68).

A curta história da ocupação da região foi, assim, capaz de romper o equilíbrio ecológico pré-existent, comprometendo a subsistência das gerações futuras.

#### 2.2.4. Os núcleos coloniais instalados em Tauá-Vigia

Desde o segundo quartel do século XIX, "a falta de braços laboriosos para o cultivo da terra e o conseqüente progresso da agricultura", levou o presidente da Província, João Antônio de Miranda, a cogitar da fundação de uma colônia no DISTRITO DA VIGIA (1840). Na administração de Sebastião do Rego Barros, foi aprovada a proposta do consul de Portugal (1853)

para introduzir, em 8 meses, em suas terras no ARAPIRANGA (distrito da Vigia), 100 colonos portugueses escolhidos; para tanto foi adiantada ao diplomata uma quantia de 3:000\$000 e nada foi feito de concreto.

Mais tarde, com a seca de 1877-78, no Ceará, a afluência de imigrantes para a Província fez com que o presidente José Joaquim do Carmo regulamentasse essa imigração, criando as colônias mistas e nomeando 16 comissões para receber e localizar os imigrantes (1878); uma dessas comissões destinou-se ao CAMINHO DA VIGIA, onde foi criado um núcleo colonial (1878), do qual não se teve mais notícia. É possível que as "chuvas abundantes no Ceará" e "o natural apego à terra natal", tenham determinado "a saída de grande número de habitantes do núcleo para aquela Província", como aconteceu com a colônia de Benevides (1880-1881).

Só no final do século XIX, quando a colonização da porção ocidental da região Bragantina estava quase que totalmente efetivada e se iniciara a de sua porção central, é que as terras Tauá-vigienses começaram de fato a ser ocupadas, com a instalação dos núcleos Granja Américo (1897) e Santa Rosa (1898).

Granja Américo - Este núcleo, originou-se de um burgo agrícola criado em 1895, com base na Lei nº 283 de 21 de Junho de 1894, que autorizava o Governo Provincial a conceder, por meio de contrato, a particulares ou associações que se propuzessem a introduzir imigrantes estrangeiros ou nacionais (MUNIZ, 1917 p. 68).

Este e os demais burgos agrícolas (Anita Garibaldi, Marapanim e Santa Rita do Caranã), foram "estabelecimentos industriais de agricultura" concedidos pelo Governo Provincial, para "facilitar e auxiliar o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais ligadas à propriedade central, na qual maquinismos aperfeiçoados permitissem aos agricultores beneficiar os seus produtos, mediante contratos de parceria e os preços de tabela aprovados pelo Govêrno" (CRUZ, 1958 p. 103). Como salientou PENTEADO: "Esta era, sem dúvida, uma importante iniciativa governamental, que assim iria estimular o interesse de particulares na colonização" (PENTEADO, 1968 p. 76).

A Lei Provincial nº 583 de 21 de junho de 1898, que definiu os burgos agrícolas, estimulava que os mesmos seriam localizados em terrenos férteis, cujo clima e extensão territorial pudessem oferecer vantagens idênticas as dos núcleos coloniais mantidos pelo Estado. Em seu interesse pessoal, os concessionários só poderiam explorar um terço dos terrenos concedidos pelo Governo, ficando os dois terços restantes destinados às famílias dos colonos nacionais e estrangeiros, que seriam constituídos pequenos proprietários, obrigados a indenizar as despesas feitas com a instalação do burgo.

Aos concessionários e agricultores eram oferecidas ainda as seguintes vantagens: um auxílio de 400\$000 por família introduzida no burgo e 200\$000, a título de ajuda, a cada colono chefe de família ali localizado. O número de famílias não poderia exceder de 100, devendo um terço ser constituído por famílias brasileiras e o restante, por colonos estrangeiros (CRUZ, 1958 p. 103). Além disso, era oferecida aos concessionários a garantia de juros de 6 % ao ano, durante 15 anos, sobre os capitais aplicados nesses estabelecimentos e nas colônias (MUNIZ, 1917 p. 79). As vantagens oferecidas aos concessionários e agricultores eram grandes e tudo indicava que despertariam o interesse de particulares pela colonização. Apesar da oposição de muitos ao sistema criado pelo Governo Provincial, por considerarem desastroso o auxílio prestado para tal fim, os burgos agrícolas foram implantados.

Em 13 de janeiro de 1897, o presidente Paes de Carvalho assinava o contrato com Raimundo Curvelo para introdução de 50 famílias cearenses nas terras localizadas nas cabeceiras dos rios São Francisco e Santo Antônio, afluentes da margem direita do Tauá. Posteriormente aquele cidadão, em sociedade com Alfredo Gadelha e Isaac Amaral, constituíram a firma Pinheiro & Cia. à qual tranfere o contrato para explorar comercialmente o burgo. Apoiados na Lei 583, que permitia, entre outras coisas, "a localização de imigrantes fora dos núcleos e burgos agrícolas", os concessionários conseguiram 2.300 hectares de terras, independentes daquelas reservadas ao burgo que tomou o nome de Granja Américo, em homenagem

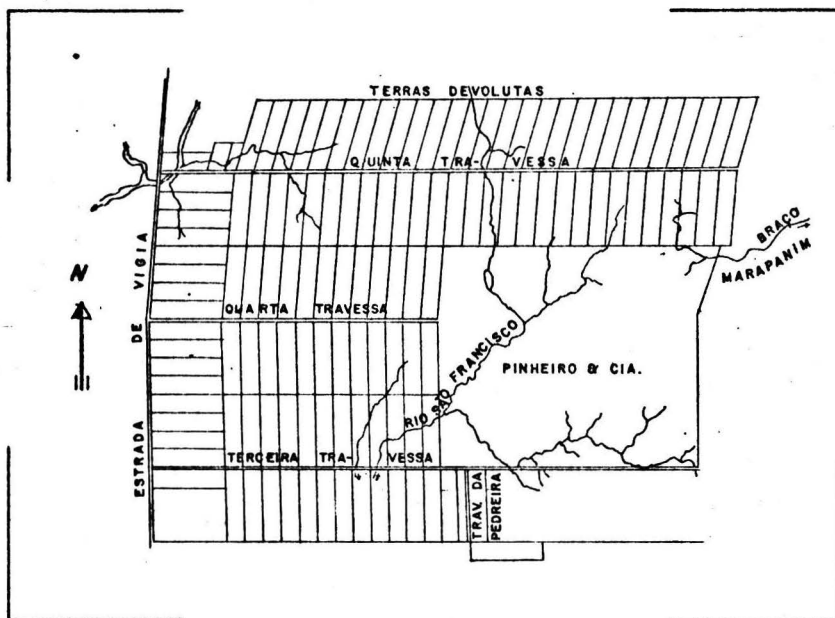
ao Dr. Henrique Américo de Santa Rosa, na época (1898) diretor do Departamento de Obras Públicas, Terras e Colonização do Estado (MUNIZ, 1917 p. 98; CRUZ, 1958 p.,95).

Os trabalhos de demarcação dos 92 lotes do burgo, de 25 hectares cada (250 metros de frente x 1.000 metros de fundo), foram confiados ao engenheiro agrônomo Antônio Telles da Silva Lobo, que cumpriu sua tarefa; no entanto, não levou em consideração a rede hidrográfica, pois os lotes atravessam indistintamente os vales dos igarapés Santo Antônio e São Francisco (Planta 1). Essa tarefa encerrou-se em 1899 (MUNIZ, 1917 p. 90). Na planta do burgo observa-se que a orientação dos lotes foi ditada, basicamente, pela rede de caminhos ("travessas") que cortam o núcleo e onde situam-se as testadas dos lotes.

Na documentação consultada não foi encontrada qualquer referência sobre a instalação dos imigrantes cearenses... estes devem ter sido introduzidos por ocasião das secas de 1898 e 1900, pois em 1900, estavam localizadas no núcleo, 85 famílias brasileiras, totalizando 186 imigrantes: 100 adultos e 86 crianças ou 95 indivíduos do sexo masculino e 91 do sexo feminino. Em 1901, o número de colonos elevava-se a 316, sendo 197 do sexo masculino e 119 do sexo feminino. A esse incremento populacional contribuiu, seguramente, a seca de 1900 que provocou "imigração de numerosos nacionais do Rio Grande do Norte e do Ceará para a Amazônia, com passagens pagas pelo Governo Paraense"... (MUNIZ, 1917 p. 97).

Em 1902, o número de colonos havia diminuído para 270, todos cearenses; como se percebe, o abandono dos lotes pelos colonos já era significativo. Em 1908, o governador Augusto Montenegro, em mensagem ao Congresso, no dia 7 de setembro, referia-se a Granja Américo como um dos núcleos coloniais do Estado, o que indica ter o burgo perdido sua condição primitiva de fundação agrícola particular, passando a ser subvencionado pelo Governo, para posteriormente ser emancipado e viver, como os demais núcleos coloniais, de suas próprias possibilidades (CRUZ, 1958 p. 106).

# COLÔNIA GRANJA AMÉRICA MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ



ESC. 1:80.000

Segundo MUNIZ, de 1902 a 1912, após a sua emancipação, foram distribuídos 86 títulos gratuitos de propriedade, número que não coincide com o apresentado por CRUZ (92 títulos), como comprovam os dados abaixo (Quadro 9):

QUADRO 9: - GRANJA AMÉRICO: TÍTULOS DE PROPRIEDADE EXPEDIDOS DE 1905 a 1912

TOTAL DE TÍTULOS EXPEDIDOS	NA 2ª ADM. DE A. MONTENEGRO		NA ADM. DE JOÃO A. COELHO	
	ANO DA EXPEDIÇÃO	Nº DE TÍTULOS	ANO DA EXPEDIÇÃO	Nº DE TÍTULOS
/	1905	35	1909	5
	1906	41	1910	-
	1907	5	1911	-
	1908	0	1912	-
86	-	81	-	5

FONTE: MUNIZ, Palma - Colonização e Imigração no Estado do Pará, 1616 - 1916, Belém, 1917 pp. 102/103.

O número elevado de títulos em 1905 e 1906, deve-se, sem dúvida, à entrada de imigrantes nordestinos por ocasião da seca de 1902-1903, pois para receber gratuitamente o título era necessário mais de um ano de efetiva residência e cultivo, como estipulava a Lei nº 824 de 14 de outubro de 1902 (PENTEADO, 1968 p. 60; CRUZ, 1958 p. 95). Os poucos títulos concedidos no final da administração de Augusto Montenegro e na administração do Dr. João Antônio Coelho, indicam que os imigrantes nordestinos já não procuravam os núcleos coloniais, destinando-se mais aos seringais amazônicos. Nessa época, que corresponde ao período magno do ciclo da borracha, o Pará, com sua economia totalmente desorganizada e abalada pelos contrastos de imigração e pela epidemia de varíola e febre amarela, tendo cortado o auxílio aos colonos, não interessava mais aos imigrantes nordestinos, que regressavam para a terra natal ou dirigiam-se para Belém e para os seringais.

Os colonos que se estabeleceram no núcleo Granja Américo, como nos demais núcleos coloniais, lançaram fogo à mata na prática desordenada da agricultura itinerante, da produção de lenha e carvão, explorando ainda as madeiras existentes.

Santa Rosa - De acordo com a Portaria de 15 de dezembro de 1898, ao longo do caminho que ligava Santa Isabel à Vigia, instalou-se o núcleo colonial de Santa Rosa. Sua denominação, como a do burgo Granja Américo, constituiu-se em justa homenagem ao Dr. Henrique Américo de Santa Rosa, então diretor do Departamento de Obras, Terras e Colonização do Estado (CRUZ, 1958 p. 95).

A demarcação dos seus 236 lotes, que deviam margear a estrada de Vigia do Km. 7 ao Km. 40, foi entregue aos engenheiros Antonio Telles da Silva Lobo, José Augusto de Menezes Sales e Antônio Pinto Xavier, os quais também ficaram incumbidos da construção de casas destinadas aos colonos, da abertura de estradas e da construção de estivas (CRUZ, 1958 p. 97).

No ano de sua instalação foram gastos, 69:951\$920, nas despesas de (CRUZ, 1955 p. 33):

discriminação dos lotes .....	15:037\$920
abertura de estradas, derrubadas, lim - peza e destocamento .....	21:600\$000
construção de estivas sobre cursos d'água.....	4:904\$000
preparação de 30 roçados, incluindo broca e encoivramento, limpeza e destocamento de uma área central em cada um .....	8:910\$000
construção de 30 casas para colonos..	19:500\$000
TOTAL .....	69:951\$920

A esse total deve-se acrescentar a quantia de 19:500\$000, relativa ao custo das casas dos colonos que, segun

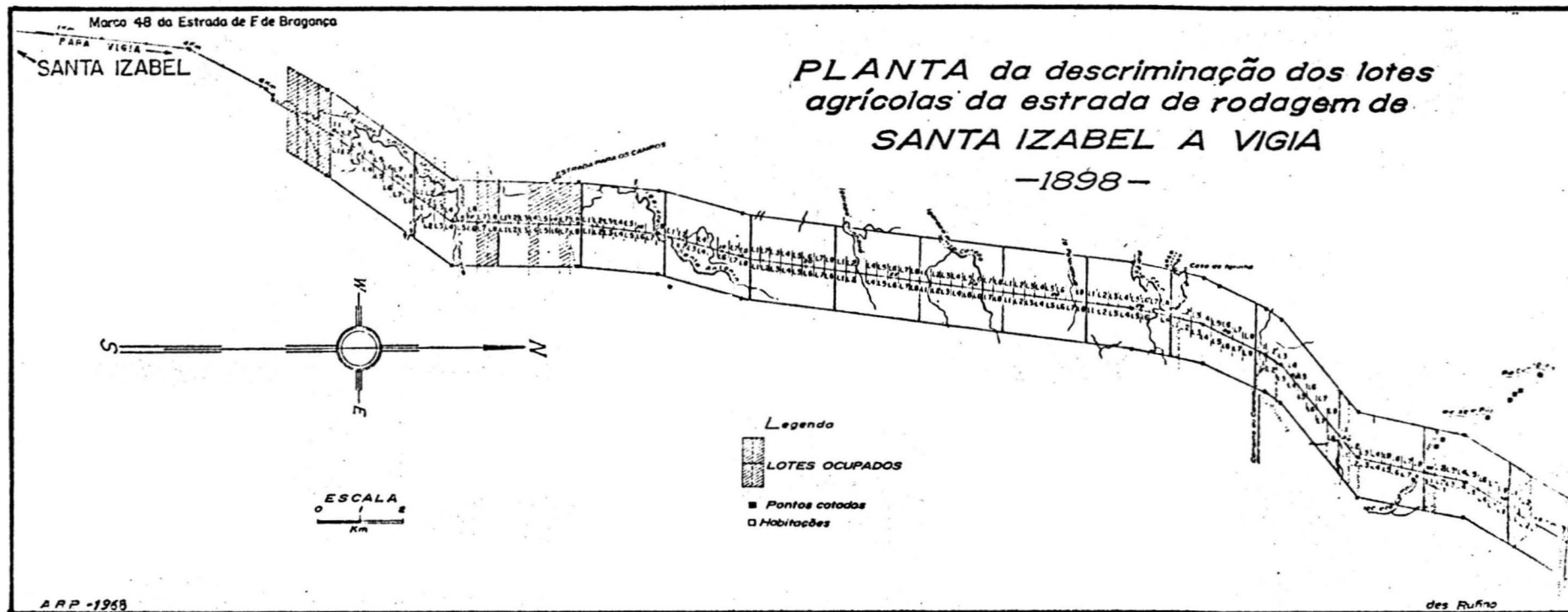
do CRUZ saiu a razão de 650\$000 cada (CRUZ, 1958 p. 96), eleva os gastos a 89:451\$920. No ano seguinte (1899), as despesas com o núcleo totalizavam 321:096\$053 (MUNIZ, 1917 p. 36).

A Planta 2 fornece uma visão conjunta do núcleo: os seus 236 lotes de 25 hectares cada (250 metros de frente x 1.000 metros de fundo), distribuem-se ao longo da estrada para Vigia, do Km. 7 ao Km. 39, em blocos de 16, em sua maioria, 6 de cada lado da estrada, compreendendo 15 seções. Observa-se, também, que no ano de sua fundação (1898), foram ocupados 35 lotes em vários pontos do núcleo, predominantemente ao Sul, devido à proximidade da estrada de ferro e do núcleo urbano de Santa Isabel. Na planta indicada, nota-se ainda que, às margens do rio Patauateua, próximo à casa de farinha e de um pequeno caminho que se dirige para W, uma ocupação concentrada fora do núcleo. Essa, sem dúvida, deve-se à Lei nº 583 que permitiu a localização de imigrantes fora dos núcleos coloniais.

Pela disposição dos lotes, pode-se deduzir o tipo de habitat que iria se originar no núcleo Santa Rosa. Aliás, como lembra PENTEADO, com muita propriedade: "Este caso de dispersão linear é um dos poucos encontrados na região Bragantina, no que se refere a um núcleo colonial; neste Santa Rosa difere dos demais, que apresentam linhas e travessas e se distribuem de forma aglomerada" (PENTEADO, 1968 p. 77).

O núcleo Santa Rosa, como Granja Américo e outros criados na mesma época, destinou-se a acolher os imigrantes por destino, que vieram para o Estado do Pará, por ocasião da seca de 1897-1898. Em 1899, com a extinção da colônia de Óbidos, foram transferidas para o núcleo 9 famílias, totalizando 51 pessoas. Em outubro de 1900, segundo o recenseamento realizado nos núcleos coloniais, Santa Rosa contava com 180 famílias ou 1091 colonos (490 adultos e 601 crianças), distribuídos, pelas seguintes nacionalidades (CRUZ, 1958 p. 96):

brasileiros .....	74 famílias com	458 pessoas
espanhóis .....	104 famílias com	624 pessoas
alemães .....	1 família com	4 pessoas
italianos .....	1 família com	5 pessoas



A superioridade numérica dos colonos espanhóis, deve-se, certamente, aos imigrantes introduzidos por Francisco Cepeda e Enéas Martins entre 1895 e 1900, período em que vigorou os seus respectivos contratos com o Governo; em 1899-1900, entraram inúmeros estrangeiros e nacionais, que se espalharam pelo Estado, na região Bragantina e nos seringais do Acre e do Amazonas (MUNIZ, 1917 pp. 92 a 96). Os colonos alemães e italianos, que foram "ótimos agricultores e trabalhadores", vieram espontaneamente e às suas próprias expensas" (CRUZ, 1958 p. 96).

Em 1901, segundo novo recenseamento nos núcleos coloniais, Santa Rosa apresentava expressiva diminuição no número de colonos, agora reduzidos a 721 (368 do sexo masculino e 353 do sexo feminino); os alemães haviam emigrado; os espanhóis ficaram reduzidos a 63; só os nacionais aumentaram para 653, em consequência das medidas adotadas pelo governador Augusto Montenegro, de conceder gratuitamente o lote e admitir nos mesmos apenas famílias nacionais (MUNIZ, 1917 p. 97; CRUZ, 1958 p. 96). O êxodo no núcleo era evidente, "principalmente por parte das famílias estrangeiras", em virtude da epidemia de varíola e da febre amarela que fez numerosas vítimas no Pará, sobretudo entre os colonos europeus, pouco acostumados ao meio tropical amazônico. Contudo, a causa fundamental da saída dos imigrantes reside, sem dúvida, na debilidade econômica em que se encontrava o Estado desde 1900, com repercussão no poder aquisitivo do mercado belenense, abalando a já desorganizada agricultura da região Bragantina. Cruz, entretanto, por não encontrar explicação para a saída dos imigrantes, na documentação oficial, pergunta-se: "O que teria havido com os colonos estrangeiros" se, como acrescenta o autor, "a situação do núcleo era boa. Progredia" (CRUZ, 1958 p. 96).

Realmente, pelo menos aparentemente havia um certo progresso no núcleo. Ao assumir o governo em 1901, o Dr. Augusto Montenegro encontrou ali instalados: 1 engenho para fabricar aguardente, no valor de 12:000\$000 e 8 fornos para a fabricação de farinha, avaliados em 1:200\$000. Contudo, sua administração também encontrou uma dívida de 40:367\$000, relativo

às despesas de trabalhos (21:646\$000) e rações (18:721\$000), que correspondia a mais de 10 % (13,58) das dívidas a serem pagas em todos os núcleos coloniais (297:077\$417)(MUNIZ, 1917 p. 98).

À essa altura o Governo não se achava mais em condições de fomentar a imigração, "favorecendo, apenas, à imigração espontânea sem ônus ou responsabilidade para o tesouro estadual", dissolvendo o Serviço de Imigração e emancipando todas as colônias. Santa Rosa, entre outras, foi emancipada em 31 de março de 1902, passando a viver de suas próprias possibilidades (CRUZ, 1958 p. 81).

No governo do Dr. Augusto Montenegro, foram expedidos gratuitamente 180 títulos de terra e apenas 1 na administração do Dr. João Antônio Coelho, como demonstram os dados do quadro abaixo (QUADRO 10):

QUADRO 10 - SANTA ROSA: TÍTULOS DE PROPRIEDADE EXPEDIDOS DE 1903 a 1912

TOTAL DE TÍTULOS EXPEDIDOS	1ª ADM. DE A. MONTENEGRO		2ª ADM. DE A. MONTENEGRO		ADM. DE JOÃO A. COELHO	
	ANO DE EXPED.	Nº DE TÍTULOS	ANO DE EXPEDI.	Nº DE TÍTULOS	ANO DE EXPEDI.	Nº DE TÍTULOS
	1901	-	1905	14	1909	-
	1902	-	1906	11	1910	-
	1903	84	1907	-	1911	1
	1904	70	1908	1	1912	-
181	-	154	-	26	-	1

FONTE: MUNIZ, Palma - Colonização e Imigração no Estado do Pará, 1616-1916 - Belém, 1917 p. 102.

No quadro indicado, observa-se que os maiores números de concessões foram feitas até 1904, certamente a flagelada das secas nordestinas de 1900 e 1902-1903. Em 1905 e 1906, as doações diminuem, mas em seu conjunto ainda são significativas e destinadas ainda, ao que tudo indica, aos últimos imigrantes nordestinos entrados no núcleo em 1903. A partir de 1907, o número de doações é insignificante, apesar da seca desse ano no Nordeste, o que indica que aqueles imigrantes não

procuravam mais os lotes coloniais, e se o faziam, não permaneciam nos mesmos por muito tempo, pois, para receber o título de propriedade era exigida, por lei (Lei nº 824 de 14 de outubro de 1902), a permanência e cultivo do lote por mais de um ano. Por outro lado, demonstra que a seca não se constituiu em fator de povoamento, "embora possa atuar como "causa" ficando o boom provocado pela borracha como fator determinante dessas imigrações" (PENTEADO, 1968 p. 61).

Enquanto o Pará viveu o progresso econômico ilusório provocado pela "artificialidade do preço da borracha", e o governo pode sustentar a imigração e os imigrantes, os nordestinos, principalmente os cearenses, afluíam para o Estado em grande quantidade. Poucos eram agricultores; muitos recusavam os lotes, procurando viver com o auxílio dado; outros recebiam os lotes para negociar, poucos foram os que realmente dedicaram-se à lavoura (PENTEADO, 1968 pp. 64/65).

Em Santa Rosa, como em outros núcleos da Bragantina, o estrativismo desenfreado, as roças de mandioca e milho e as plantações de cana para a produção de cachaça, foram responsáveis pela degradação dos solos e das plantas, verificada ao longo da rodovia Santa Isabel - Vigia.

Iracema - Ao cessar o fastígio da borracha, o governo paranaense tenta o reerguimento econômico da região Bragantina, implantando novos núcleos coloniais. Estes destinavam-se a acolher as correntes imigratórias de flagelados do Ceará, Rio Grande do Norte e outros Estados para a Amazônia, durante a seca de 1915-1916 (MUNIZ, 1917 p. 104). Nessa tentativa de reerguimento econômico, as terras Tauá-vigienses, então pertencentes ao distrito de Castanhal (incorporado ao município de Belém desde 1905; leia-se CRUZ, 1955 p. 89), serviram à instalação de grande parte de mais um núcleo colonial: a colônia Iracema, como é conhecida ainda hoje e que abrange terras dos atuais municípios de Vigia, Santo Antônio do Tauá e Castanhal.

A nova colônia, uma das maiores implantadas na região Bragantina, ocupou o vazio situado entre os núcleos Santo

Rosa e Granja Américo a Oeste, Marapanim e Anita Garibaldi a Leste, e Ferreira Pena ao Sul. Segundo MUNIZ, o núcleo possuía "um número de 500 lotes" (MUNIZ, 1917 p. 104). Pelas plantas das duas seções que o compõem, constatou-se um total de 679 lotes. Desses, 464 estão localizados em terras tauá-vigienses, da margem esquerda do rio Braço Esquerdo do Marapanim - (formador do rio Marapanim) para o interior, estendendo-se por quase toda a metade oriental do município de Santo Antônio do Tauá e setor Sudeste do município de Vigia, constituindo a Seção 1 da colônia (Planta 3)(32).

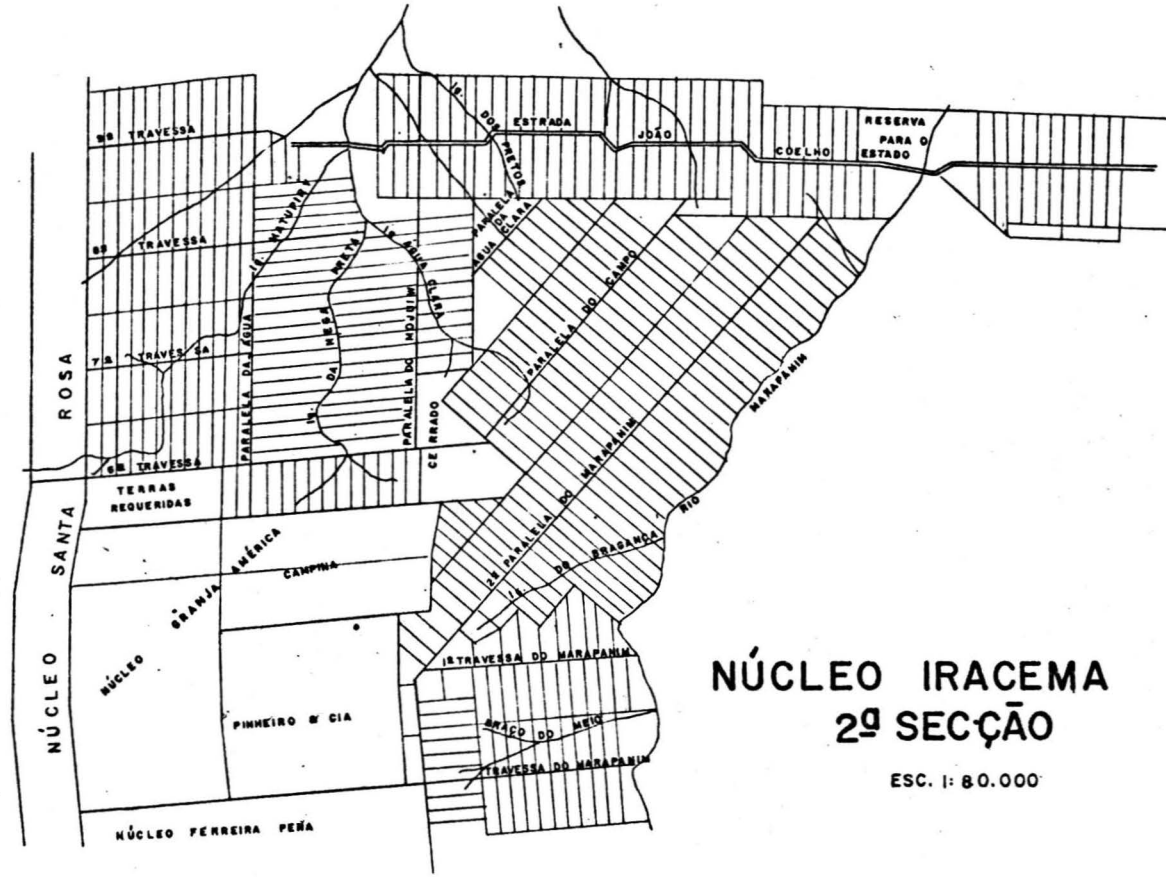
Pela planta indicada, pode-se perceber que a colônia Iracema apresenta-se de "forma aglomerada", a exemplo de outros núcleos coloniais da região Bragantina, onde os conjuntos de lotes estão distribuídos em função de uma rede complexa de "paralelas" e "travessas", que põem a área do núcleo em contato com as principais vias de comunicação; no caso específico da Seção 1, constituídas pela estrada João Coelho e rodovia Santa Isabel-Vigia, Pa-16.

Os lotes, em sua grande maioria, medem 25 hectares, (250 metros de frente x 1000 metros de fundo) e apresentam uma forma retangular. A exceção daqueles localizados às margens do igarapé Água Preta e rio Marapanim, todos os demais não têm qualquer relação com a rede hidrográfica; esta é, aliás, uma constante em todos os núcleos coloniais da estrada de ferro de Bragança, à exceção das colônias do Prata e Benjamim Constant.

Ao contrário de outros núcleos coloniais, não existem dados sobre a origem e números de colonos estabelecidos em Iracema. Sabe-se apenas que a colônia foi instalada em 1916, juntamente com os núcleos de Pedro Teixeira e Cupijó, para acolher flagelados nordestinos da seca de 1915-1916. O primeiro, na estrada telegráfica de Capanema a Salinas e o segundo, no

---

(32) - A Seção 2 da colônia Iracema, localizada fora da área estudada, estende-se da margem direita daquele formador do rio Marapanim até às vizinhanças da cidade de Castanhal, ocupando praticamente a metade oriental do município do mesmo nome.



# NÚCLEO IRACEMA 2<sup>a</sup> SECÇÃO

ESC. 1: 80.000

município de Cametá (MUNIZ, 1917 p. 104). Contudo, a denominação da colônia indica que ali esteve instalado um importante contingente de população cearense. Isso foi confirmado pelo Sr. Raimundo Lima, imigrante cearense estabelecido na colônia desde a sua fundação. Segundo o antigo colono, "mais de dois terços do núcleo era ocupado por cearenses, o restante por ~~rio-grandenses~~ do norte e de outras partes do Nordeste". No entanto, como declarou aquele informante: "muitos nem chegaram a receber o lote", pois "retiraram-se para Belém ou regressaram para o Nordeste. Nessa época as coisas eram muito difíceis; com muita luta conseguimos vender em Belém a farinha, o arroz e o milho que produzíamos; e sempre vendíamos por preço muito baixo. Como vê, nem todos tinham coragem de aguentar essa situação" (33).

Essas valiosas informações revelam a debilidade econômica do principal mercado consumidor com a crise da borraça. Nessas condições, dificilmente as tentativas colonizadoras de reerguimento econômico da região poderiam surtir o efeito desejado. O prejuízo dos colonos levou ao esvaziamento populacional dos núcleos coloniais. A colônia Iracema, também se constituiu em uma tentativa fracassada.

#### 2.2.5. Aspectos da ocupação atual

O espaço tauá-vigiense reflete hoje, de forma dominante, a história de sua ocupação. Na faixa litorânea e sublitorânea, a cidade de Vigia, a vila de Porto Salvo e as grandes propriedades rurais, testemunham a fase de conquista e ocu

---

(33) - Este colono ocupa com sua família o lote nº 263, situado na 3ª travessa da colônia Iracema, no município de Santo Antônio do Tauá, sendo, em 1972, um dos mais prósperos produtores de pimenta do reino do município, cultivando ainda o arroz, a mandioca e o milho.

pação portuguesa na Amazônia. No interior, a cidade de Santo Antônio do Tauá, alguns povoados e inúmeras pequenas propriedades rurais, reveladas quase sempre pelo habitat rural, denunciavam o processo colonizador a que estiveram submetidas suas terras.

A expressão máxima da primeira fase de ocupação é, sem dúvida, a cidade de Vigia, localizada à margem direita do furo da Laura ou Guajará-Mirim, sobre um terraço de aproximadamente 6 metros acima do nível do mar, de onde domina a entrada da baía de Marajó (vide Carta 2). Sua posição denuncia, de imediato, o papel de defesa inicialmente desempenhado pelo núcleo.

A cidade se estende à retaguarda do trapiche municipal, edificado no local do antigo, construído pelos jesuítas no início do século XVIII (foto 20). Sua fachada exibe velhas construções do período colonial, em geral geminadas e destinadas ao mesmo tempo, às funções comercial e residencial. Elas incidem diretamente sobre a principal artéria da cidade - o boulevard Castilhos França, que margeia o furo da Laura e as instalações do pequeno porto. Ali também se encontram a Prefeitura, o Mercado e a Coletoria Municipal. Através de seu comércio (atacadista e varejista), dependente de Belém, Vigia mantém íntimas relações com as cidades do Salgado, com a região das Ilhas e com a costa do Amapá. Suas instalações portuárias estão voltadas essencialmente para a pesca, atividade tradicional em torno da qual gira praticamente toda a vida econômica da cidade.

Na vista panorâmica da cidade dois elementos evidenciam-se na paisagem: as torres da matriz de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas da igreja de Bom Jesus dos Passos, que balizaram o crescimento do núcleo urbano no primeiro período de sua história. Embora Vigia venha experimentando gradativa remodelação, em que aberrações arquitetônicas tem substituído as singelas construções coloniais, ela ainda guarda muitos traços da influência cultural da época. Em suas ruas e travessas que se cruzam em ângulo reto, perfeitamente adaptada à topografia local, incidem as fachadas das habitações, dando-lhes o aspecto um tanto sombrio.

Em 1970, segundo os dados censitários, Vigia possui 10.225 habitantes, ocupados, em sua maioria, em atividades direta ou indiretamente ligadas à pesca. Como principal centro pesqueiro da região do Salgado e do Estado do Pará, a cidade mantinha indústrias incipientes de salga da gurijuba e secagem do espadarte, por meio das quais mantém relações comerciais com Santo Antônio do Tauá, Santa Isabel, Castanhal, Belém, vale do Guamá e rodovia Belém-Brasília. Destaque-se ainda a extração da grude de gurijuba, que é exportada para a Inglaterra pelo porto de Belém.

O peixe fresco (dourada, pescada, robalo, etc.) é vendido no mercado à população local, ou nas canoas à marreteiros que transportam o produto para Belém, pela rodovia Santa Isabel-Vigia e trecho da Pará-Maranhão, em seus próprios caminhões, ou ainda é depositado no frigorífico em frente ao porto, de onde é exportado para Brasília, por caminhões da Copesca - Companhia Brasileira, que transporta e comercializa a produção (foto 21).

As instalações do porto, o grande número de embarcações, o nome dessas embarcações ("vigilengas"), os dois pequenos estaleiros de construção de barcos de pesca, existentes no município, a "usina" de sal (depósito e refinamento) localizada no bairro do Arapiranga e a quantidade de pessoas empregadas, indicam ser a pesca uma atividade tradicional em Vigia.

Em 1970, a instalação de uma indústria de palmito, em Arapiranga, por elemento japonês, para o aproveitamento de abundante matéria prima local (a palmeira açai), principalmente ao Norte do município, veio alterar em parte a vida da cidade. Todavia, a atividade pesqueira ainda é a base da economia urbana e mesmo do município. Em função dessa atividade, estruturou-se o comércio regular de sal grosso entre a costa ocidental do Maranhão e Vigia, e entre esta e a região das Ilhas e costa do Amapá. Na viagem de regresso, as canoas trazem lenha das ilhas próximas, que é remetida para Belém. Na viagem de ida para a costa do Maranhão, elas transportam telhas produzidas nas duas olarias do município. Assim, além de principal centro pesqueiro da região do Salgado, a privilegiada posição

geográfica de Vigia possibilitou-lhe transformar-se em importante entreposto comercial. Mesmo com a concretização da ligação terrestre Pará-Maranhão, dificilmente Vigia poderá perder essa sua função; pois, além da natureza dos produtos transportados e do destino dos mesmos, que não justificam a mudança do meio de transporte, o frete rodoviário encareceria muito o custo dos produtos comercializados.

A vila de Porto Salvo, como Vigia, localizada à margem direita do furo da Laura, conserva poucos elementos que testemunham suas origens. Suas 5 ruas e 4 travessas em "tabuleiro de xadrez", dispostas em torno da praça da igreja de Nossa Senhora da Luz, dão acesso ao acanhado centro comercial e religioso e ao pequeno trapiche. O aspecto de suas construções reflete o estado de abandono do núcleo e da pobreza de sua população. No triste conjunto, apenas a igreja da padroeira e umas poucas habitações próximas ao embrionário centro comercial, denunciam a influência colonial portuguesa (fotos 22 a 24).

Seus 611 habitantes (segundo o censo de 1970) viviam da pesca, da cata do caranguejo e sua comercialização com Belém e núcleos ribeirinhos próximos, de sua pequena indústria naval (barcos de pesca), de suas roças com cultivos de mandioca, para a produção de farinha e do cultivo de café, hoje relegado a planta de fundo de quintal. Uma ou duas vezes por semana, seus habitantes vão à cidade da Vigia vender seus produtos e adquirir outros de que necessitam (sal, açúcar, querosene, etc.).

Do período colonial data também a Vila de Penhalonga, localizada, como Vigia e Porto Salvo, à margem direita do furo da Laura (vide Prancha II: Carta 2). Sua fisionomia, entretanto, não revela qualquer elemento que possa testemunhar sua origem. As miseráveis habitações de "enche-meio" e madeira, cobertas de telhas, alinham-se às margens do trecho final da estrada que parte da Pa-16 e dá acesso ao núcleo. Seus 498 habitantes, em 1970 (último censo), viviam da pesca, da cata do caranguejo, da extração de madeiras das poucas matas ainda existentes nas redondezas, e de suas roças de mandioca. Como Porto Salvo, Penhalonga depende de Vigia para trocar sua produ



Foto 22- Igreja de N. Sra. da Luz de Porto Salvo, padroeira da vila e que data do período colonial (foto da autora, 1972).



Foto 23 - Construção colonial, na Praça da Matriz, contrastando com as demais construções - P. Salvo (foto da autora, 1972).



Foto 24 - Habitações singelas do período colonial em uma rua de Porto Salvo (foto da autora, 1972).

ção por artigos de primeira necessidade. Entretanto, com o recente asfaltamento da estrada que lhe dá acesso (1975), poderão ocorrer importantes modificações na vida do núcleo.

Penhalonga, mais do que Porto Salvo, parece ter regredido no tempo. A falta de trabalho de que se queixam os habitantes de ambas as sedes distritais, tem levado muitos à Santa Isabel, Icoaraci, Belém, Turiaçú (Maranhão), costa do Amapá e Paragominas (Belém-Brasília), em busca de trabalho.

Na faixa litorânea e sub litorânea, são encontrados ainda os povoados de Itapoan, na ponta do mesmo nome, situada na desembocadura do furo da Laura, e Jussarateua à margem do rio que lhe deu o nome, no município de Vigia; São Luís e São Raimundo do Borralho (sede do distrito de mesmo nome), próximo ao furo da Laura, Espírito Santo do Tauá (sede do distrito de mesma denominação), à margem direita do Rio Tauá, Campo Limpo, Tracateua da Ponte, às margens dos rios Bituba e Ubintuba, respectivamente, no município de Santo Antônio do Tauá, entre outros (Curuazinho, Cumaru e Baiacu, no município de Vigia; Santa Maria e Cocal do Tauá, no município de Santo Antônio do Tauá (vide PRANCHA II).

Via de regra, esses povoados desenvolveram-se em torno de uma venda e de uma capela. Alguns deles, como Itapoan, Baiacu, Jussarateua e Curuazinho, pelo que informaram seus habitantes, possuem mais de 100 anos, datando da segunda metade do século XIX; outros como Cumaru e Espírito Santo do Tauá, datam da primeira metade deste século: o primeiro, tem sua origem no desmembramento de uma grande fazenda e o segundo, na construção da capela do Divino Espírito Santo, em torno da qual aglomeraram-se as habitações.

No vazio demográfico que caracteriza esse setor da área estudada, esses núcleos populacionais, essencialmente rurais, surgem como formas de ocupação humana concentrada, obedecendo a orientação ditada pelos cursos d'água ou pelas estradas ao longo das quais se estabeleceram. Neste último caso incluem-se: Jussarateua (vide foto 13), Curuazinho e Espírito Santo do Tauá; os dois primeiros no desenvolvimento dos caminhos que vão ter aos ramais de Porto Salvo e Penhalonga, e o último

no término do ramal que parte da Pa-16 e vai ter ao núcleo (foto 25).

Mais para o interior destacam-se ainda: Macapá da Barreta e Santa Maria do Guarimã, às margens dos rios Barreta e Guarimã, próximos às estradas que se dirigem para São Caetano de Odivelas e Porto Salvo, respectivamente, no município de Vigia; e Belém do Tauá, no termo do pequeno caminho que parte da estrada para Espírito Santo do Tauá. Fisionômicamente, esses povoados não diferem dos demais: suas casas de "enche-meio" ou madeira, estão agrupadas de um lado e outro da estrada, dão-lhes uma estrutura de tipo "strassendorfer". O primeiro, surgiu em torno de uma pequena venda, o segundo, da igreja de Santa Maria, à qual veio juntar-se a embrionária função comercial e o terceiro, provavelmente, tenha sua origem ligada a acampamento de trabalhadores que exploravam madeiras nas áreas próximas. Todos datam do início deste século.

Ao longo da rodovia Santa Isabel-Vigia, Pa-16, desenvolvem-se a cidade de Santo Antonio do Tauá (Km 17), sede do município do mesmo nome, a vila de Santa Rosa (Km 32) e inúmeros povoados rurais, como: Patauateua, Km-23, Km-27, Km-29, etc. Esses aglomerados urbanos e rurais, estão vinculados à antiga colônia de Santa Rosa,

Santo Antônio do Tauá, à margem direita do igarapé Santo Antônio, até 1957, era um acanhado povoado rural, de precárias habitações, agrupadas de um lado e outro da estrada, vivendo basicamente de um comércio incipiente, enfim um verdadeiro "embrião de cidade" (AZEVEDO, 1953 pp. 62/63). Foi assim que PENTEADO o encontrou no início dos anos 60 (PENTEADO, 1960, foto 33 entre pp. 90 e 91).

Em 1971, quando do início das pesquisas que originaram este trabalho, encontrou-se o núcleo bastante crescido. O povoado-rua havia se transformado em sede de município (1961), apresentando agora 7 ruas e 7 travessas quase que totalmente ocupadas. Na rua principal, constituída pelo próprio leito da rodovia, concentram-se as funções básicas da cidade (político-administrativas, comercial e religiosa) (foto 26).

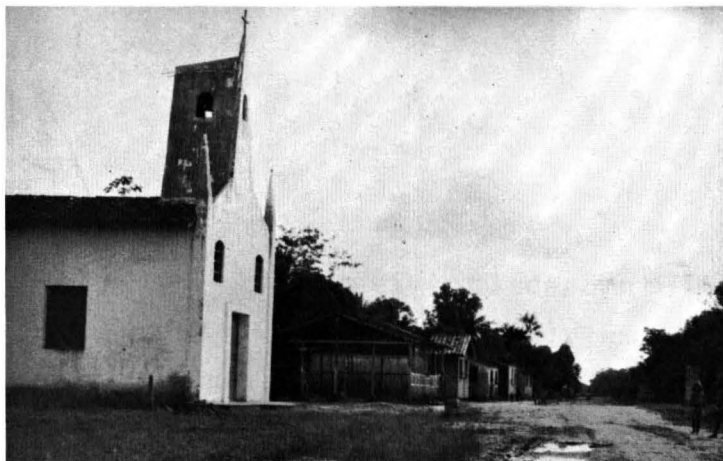


Foto 25 - Vista parcial de Espírito Santo do Tauã, onde se vê a "Igreja do Divino" e suas pobres habitações (foto de Ruth Tsukamoto, 1975).



Foto 26- Rua principal da cidade de Santo Antônio do Tauã - observe-se a topografia plana de seu sítio e a concentração do comércio (foto da autora, 1972).



Foto 27- Pequeno posto de gasolina, na saída de Santo Antônio do Tauã para Vigia (foto da autora, 1972).

O crescimento de Santo Antônio do Tauá, data de época recente (década de 1960), em consequência do asfaltamento da rodovia que propiciou comunicações mais fáceis com Vigia, Santa Isabel, Castanhal, Belém e outros centros urbanos das regiões Bragantina e do Salgado. A meio caminho de Santa Isabel e Vigia, no ponto onde parte a rodovia para Espírito Santo do Tauá, a cidade transformou-se em parada obrigatória dos que trafegam naquelas rodovias. A população, dentro de suas possibilidades, tem tirado partido de sua posição; é o que atestam a multiplicação de casas comerciais que servem lanches rápidos e petiscos regionais (unhas de caranguejo, broas, beijos de tapiocas, etc) e o pequeno posto de gasolina instalado na extremidade Norte da cidade (foto 27).

O asfaltamento da estrada (início da década de 1960) foi acompanhado da expansão dos pimentais, trazendo novas fontes de renda para os cofres municipais e para os comerciantes locais que servem de intermediários entre o produtor e as firmas de exportação. A nova cultura constituiu-se em fator de atração populacional e de valorização dos cultivos tradicionais, principalmente do arroz, trazendo certa euforia à zona rural. Aproveitando-se dessa euforia, um cidadão tauaense, com a aprovação da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e financiamento do BASA - Banco da Amazônia S/A, em 1964, instala uma indústria de beneficiamento de arroz na cidade. Sua iniciativa, porém, não foi coroada de êxito; em 1966, após ter sido confiscada pelo banco citado, a indústria encerrou suas atividades, deixando 6 operários desempregados. Em 1970, adquirindo-a ao BASA, um antigo deputado estadual e cidadão belenense, reinicia suas atividades para encerrá-las definitivamente um ano depois.

Os habitantes da cidade queixam-se da má administração do primeiro proprietário, mas o que teria havido com a do segundo? Como se sabe, Santo Antônio do Tauá é um dos principais produtores de arroz da região do Salgado, não sendo, portanto, a produção, o problema principal. Embora tenham sido apontados vários motivos para o malogro do empreendimento, acredita-se que a causa fundamental, reside na fragilidade das rela

ções comerciais entre a cidade e sua zona rural; a atuação de centros economicamente mais fortes, como Castanhal e Santa Isabel, pela ação de intermediários que atuam naquela área rural, determinaram o fechamento da indústria local.

O crescimento de Santo Antonio do Tauá, que justificou a instalação dos sistemas de abastecimento de água pela SESP (Serviço Especial de Saúde Pública, ligado ao Ministério da Saúde) e luz pela CELPA (Centrais Elétricas do Pará) e a sua elevação à sede do município, não foi acompanhado de uma verdadeira urbanização. Apesar dos esforços da administração municipal e de seus habitantes em arborizar ruas e abrir valas para o escoamento das águas pluviais e residenciais, conservando-as limpas, basta uma grande chuva para que as primeiras fiquem intransitáveis e as últimas açoreadas, trazendo sérios problemas para a população. Não existe um sistema de coleta de lixo, sendo este último lançado nos fundos dos quintais. Não há hospital e no único Posto de Saúde, que deveria ser assistido por um médico de Belém, permanece apenas um enfermeiro, durante o dia, para prestar os primeiros socorros. O único dentista da cidade estava muito mais preocupado com a política do município e com o seu pimental, do que em atender a pobre clientela.

Em 1967, os funcionários do SESP avaliaram a população urbana em 600 habitantes, estimando para 1987 (data do término da instalação do sistema de abastecimento de água) cerca de 1200 habitantes (34). Em 1970, todavia, a cidade já contava com 1385 habitantes (35). Os dados revelam o rápido crescimento de Santo Antônio do Tauá, verificado principalmente no final da década de 1960, época que coincide com o período de maior difusão da pimenta do reino no município.

---

(34) - SESP - Projeto do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Santo Antônio do Tauá, 1967 (mimeografado).

(35) - Segundo o Censo Demográfico - Pará, VIII Recenseamento Geral 1970, Série Regional Vol. I, T. II, 1ª parte, Fund. IBGE (Dep. de Censos), Rio de Janeiro, 1975 p. 317.

Santa Rosa, às margens da mesma rodovia, à altura do Km-32, de onde parte o ramal para Porto Salvo, ao contrário de Santo Antônio do Tauá, não tem se beneficiado de sua posição. Apoiada na agricultura de subsistência e, basicamente, na cultura do arroz, a vila de Santa Rosa - sede do distrito do mesmo nome, não passa de um simples aglomerado rural de precárias habitações de "enehe-meio", dispostas ao longo da estrada, próximas à venda que lhe deu origem e à igreja de construção recente (fig. 1). Com aproximadamente 75 anos de existência, a vila está ligada à vinda de famílias nordestinas à colônia de Santa Rosa (seca de 1902-1903) que lhe deu o nome. Sua população queixa-se da falta de trabalho, "que tem levado muitos à "outras colonias" (propriedades pimenteiras de Santo Antônio do Tauá, Santa Isabel, Curuçá, entre outras) e à Belém, razão pela qual o núcleo está estagnado".

Ao longo da rodovia Pa-16, encontram-se ainda outros povoados rurais, designados pela quilometragem da rodovia (Km-14, Km-23, Km-27, Km-29, etc.) ou pelo nome do igarapé mais próximo (Pataueteua, Água Boa, entre outros). Distantes dos principais centros urbanos (Vigia e Santo Antônio do Tauá) e separados entre si por alguns quilômetros de capoeiras e macegas, alternadas com pimentais e roças de subsistência, esses povoados, como os demais, pelas necessidades de vida de relações (econômicas e sociais), formaram-se em torno de uma venda e da capela. No município de Santo Antônio do Tauá, tais povoados apresentam um bom aspecto (fig. 2; foto 28). À medida que se afastam dos limites desse município, os povoados vão se tornando mais degradados, não passando muitas vezes de um aglomerado de miseráveis barracos (fotos 29). Contudo, nesse município, a Leste de sua Sede, no final da 5ª travessa, existe um pequeno aglomerado rural tão degradado como os do município de Vigia: o povoado do Freje.

Fora desses núcleos, a paisagem rural é dominada por capoeiras em diversos estágios de desenvolvimento, desde as mais baixas, de uns 2 ou 3 anos de idade, até os capoeirões de mais de 20 anos de existência; ao longo das vias de circulação, é freqüente encontrar-se áreas recém-derrubadas e queima-

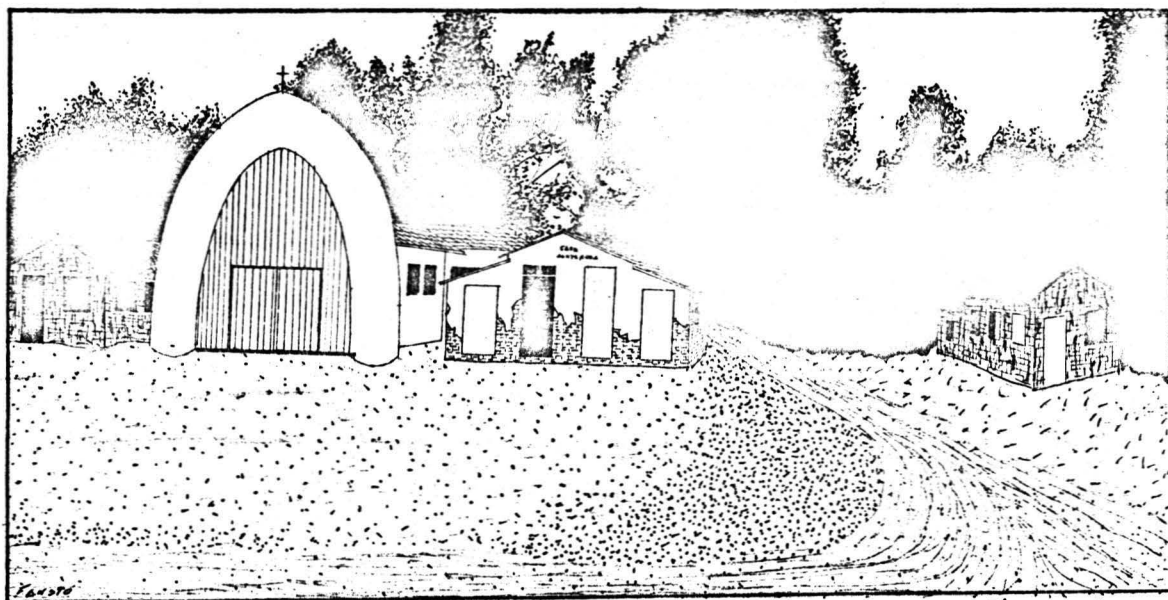


Figura 1

Fig.1 - Vila de Santa Rosa - aspecto parcial - (observe-se a precariedade das habitações e da única venda existente, origem do núcleo). Contrastando com o conjunto da vila pelo tipo de construção e ar de imponência, ergue-se a igreja de Santa Rosa, padroeira da vila (1972).

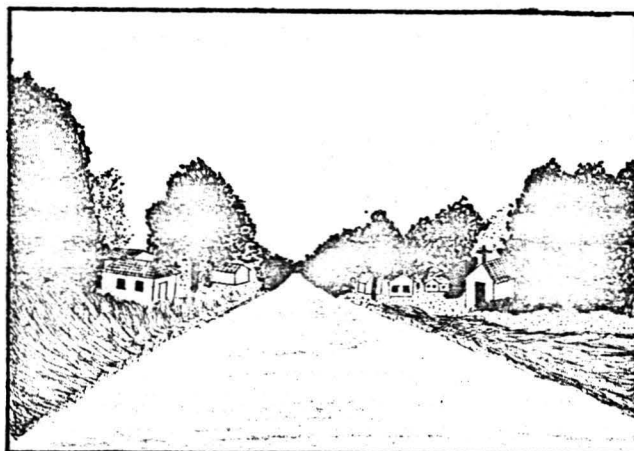


Figura 2

Fig. 2 - Povoado de Patauateua, próximo ao Km 29 da PA-16 e igarapé Patauateua que lhe deu o nome. A venda e a capela foram os elementos de origem (1972).



Foto 28- Povoado rural Km - 27, rodovia PA-16 (foto da autora, 1972).



Foto 29- Pequeno aglomerado rural, à margem da PA-16, onde se observa a precariedade das habitações (foto da autora, 1972).

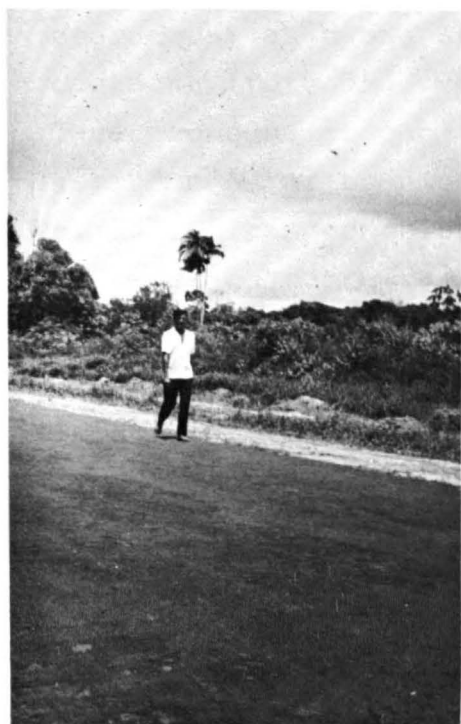


Foto 30- Aspecto de uma capoeira de 2 ou 3 anos de idade, em Santo Antônio do Tauã, PA-16 (foto da autora, 1972).

das (fotos 30 e 31). Esses fatos denunciam a intervenção desordenada do homem durante o processo colonizador e sua perpetuação naquele meio rural.

Nessa paisagem rural degradada, ao longo da rodovia principal e das "travessas" dos antigos núcleos coloniais, avistam-se pequenas clareiras, que logo se descobre serem os locais onde estão instaladas as habitações e outras construções. Esta dispersão linear do habitat rural, é conseqüente da divisão das terras nos antigos núcleos coloniais, onde, atualmente, a maioria das propriedades guardam o tamanho e a forma dos lotes originais (foto 32).

Localizadas nas testadas dos lotes, as modestas habitações de "enche-meio" ou de madeira, cobertas de telha ou "cavaco", tem ao fundo uma pequena puxada que serve, ao mesmo tempo, de cozinha e depósito da produção e dos instrumentos de trabalho. Esses elementos ocupam o centro de um pequeno terreno, rodeado por árvores frutíferas (como as de abacate, manga, jambo, cupuaçu, laranja, entre outras), onde se destaca ainda a casa de farinha e, por vezes, o chiqueiro ou galinheiro (fotos 33 e 34). A esse conjunto os habitantes locais denominam de "sítio".

A medida que se distanciam de Santo Antônio do Tauá, para o Norte e para o Sul e o eixo da rodovia principal, para Leste e Oeste, o habitat rural torna-se mais rarefeito e mais degradado; as casas de "enche-meio" cedem lugar a miseráveis barracos (foto 35). Em Vigia, mais do que em Santo Antônio do Tauá, como na Bragantina, o habitat rural tem o "aspecto provisório" e o "ar de pioneirismo" destacados por PENTEADO (1968, p. 93). Transpondo-se os campos do Caimbé, a campina do Palha e a área de capoeiras e macegas que as separa e que correspondem a um imenso vazio populacional, entra-se em um setor onde já se nota a proximidade de Vigia; o habitat se torna menos rarefeito e as casas de "enche-meio", rodeadas por pequenos pomares ressurgem do meio das capoeiras.

Ao adentrar as terras tauá-vigienses, em direção a Espírito Santo do Tauá, Penhalonga e Porto Salvo, por estradas asfaltadas, nos dois primeiros casos, ou de terra, no se -



foto 34- Casa de farinha, 5ª travessa do núcleo Iracema, em propriedade de colono nordestino (foto da autora, 1972).



foto 35- Habitat rural em Vigia, margem esquerda da PA-16, construído de palha e "cavaco", apresentando um ar transitório (foto da autora, 1972).



foto 36- Aspecto parcial de uma grande roça de mandioca, na estrada para Porto Salvo, no meio do matagal (foto da autora, 1972).

gundo, tem-se a impressão de atravessar imensos vazios de população. Na estrada para Porto Salvo, praticamente intransitável durante o "inverno" (período chuvoso), grandes roças de mandioca e milho, separadas por extensas capoeiras, são os únicos indicadores da presença do homem (fotos 36 e 37). Em direção a Penhalonga e Espírito Santo do Tauá, os capoeirões, dominantemente, e as poucas matas existentes, são explorados para a produção de madeira. Essas áreas correspondem ao domínio das grandes propriedades, pertencentes, em sua maioria, a proprietários ausentes.

Nesse quadro rural de "extrema fluidez," que muito se assemelha ao de Santa Isabel, descrito por MATTOS (1958, pp. 51 a 55), sobressai o cultivo da pimenta do reino como fator capaz de criar um habitat estável, com características distintas daquele já descrito. Casas amplas e confortáveis, de madeira ou tijolos, cobertas com telhas comuns ou de amianto, indicam um elevado nível de vida de seus habitantes, via de regra, japoneses radicados em Santo Antônio do Tauá e dedicados basicamente ao cultivo da piperácea (fotos 38 e 39). O terreiro de secar pimenta, a casa dos assalariados, o barracão de estocagem e o telheiro de beneficiamento, são os elementos que completam o habitat nos médios e grandes pimentais (fotos 40 a 42). Nos pequenos pimentais, ao contrário, o habitat possui aspecto tão instável como aquele relativo aos cultivos tradicionais (foto 43).

A esse conjunto somam-se as chacaras de fins de semana, ocupadas por extensos pimentais (foto 44). Essas chácaras, em geral pertencentes a habitantes de Belém, Castanhal e Santa Isabel, são dirigidas por um caseiro que também se ocupa da administração do pimental. Próximos aos igarapés encontram-se ainda "sítios", "vivendas", "recreios" e "retiros", destinados essencialmente ao lazer de fins de semana (fotos 45). Tanto as chácaras como as propriedades pimentais estão concentradas ao longo da Pa-16, mas podem ocorrer nas "paralelas" e "travessas" dos antigos núcleos coloniais, não distantes daquela rodovia, principalmente nas 1ª e 3ª travessas.



foto 37- Vista parcial de uma grande roça de milho, estrada para Porto Salvo; ao fundo do capoeirão (foto da autora, 1972).



foto 38- Propriedade do Sr. Kimura um dos maiores pipericultores da área km - 22 da PA-16; o elevado nível socio-econômico reflete-se na ampla e confortável casa de madeira e alvenaria e nos dois veículos de sua propriedade (foto da autora, 1972).



foto 39- Propriedade do Sr. Fujihara, km da PA-16; o aspecto da habitação denuncia o bom nível socioeconômico de seu proprietário (foto de Rute Tsukamoto, 1972).



foto 40- Vista parcial do terreiro de se-  
car pimenta e da casa do Sr. e  
Sra. Hamura (foto de Ruth Tsukamo  
to, 1972).



foto 41- Casa de assalariados-novo elemen-  
to do habitat em Santo Antônio do  
Tauã, característico em pimentais  
de japoneses (foto da autora ,  
1972).



foto 42- Barracão de estocar pimenta e te-  
lheiro de beneficiamento da produ-  
ção, propriedade do Sr. Isamari  
Kimura (foto da autora, 1972).

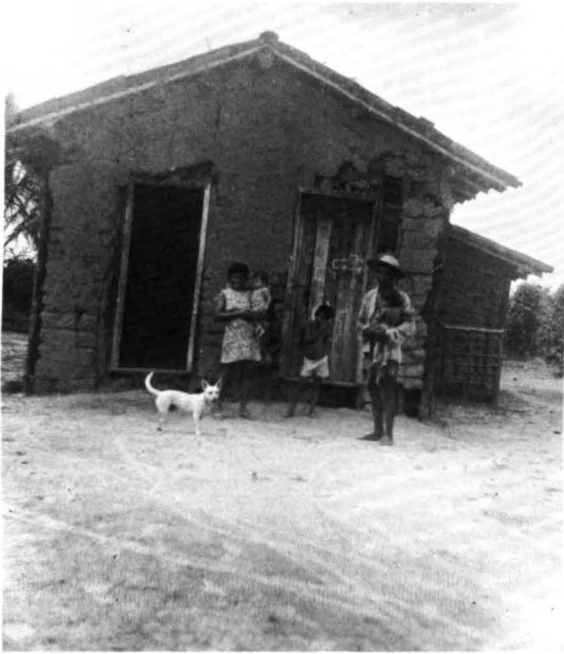


foto 43- Habitat rural de um pequeno pimental em Santo Antônio do Tauã, margem direita da PA-16 (foto da autora, 1971).



foto 44- Chácara do Sr. Germano Pinheiro, em Vigia, próxima ao km-33 da PA-16, com um grande pimental de cerca de 3 anos de idade (foto da autora, 1972).



foto 45- Chácara de fins de semana, próxima ao igarapé Santo Antônio, PA-16, Santo Antônio do Tauã, de proprietário residente em Belém (foto da autora, 1972).

Os aspectos apresentados mostram que novos elementos tem contribuído para a modificação do cenário rural da área estudada; mas esta guarda, ainda, muitos traços da ocupação do período colonial.

### 2.3. A população tauá-vigiense: interferência do processo colonizador e dos fatos de uso da terra

#### 2.3.1. A evolução populacional

No primeiro capítulo do trabalho, mostrou-se à importância do efetivo humano de Tauá-Vigia na região do Salgado e o destaque demográfico de seus municípios no Nordeste Paraense. Que fatores teriam contribuído para essa importante concentração populacional, se pelas características do quadro natural já analisadas, nada há de especial que possa justificá-la? o processo colonizador seria o principal responsável, quando se sabe que as tentativas de fixação do homem ao solo fracassaram? Neste capítulo serão procuradas respostas à essas questões.

A população tauá-vigiense tem experimentado sensíveis variações no tempo e no espaço. No período de 1920 a 1970, ela sofreu três décadas de declínio, sendo este mais vigoroso nas duas primeiras décadas (1920-1940) e quase imperceptível na terceira (PRANCHA VII: Gráfico 1).

Essa perda acentuada de população deve-se, sem dúvida, à decadência econômica e social atravessada pela região Bragantina e áreas à ela vinculadas no processo colonizador, ao cessar o fastígio da borracha (1870-1910). As tentativas de colonização e de reerguimento econômico com novos núcleos coloniais fracassaram. Em 1921, os imigrantes nordestinos "em número incalculável" regressavam aos Estados de origem. A idéia de criar às portas da Capital, com numeroso grupo de nordestinos, uma área agrícola para abastecer sua população dos princi

# EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE TAUÁ-VIGIA 1920 A 1970

POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA

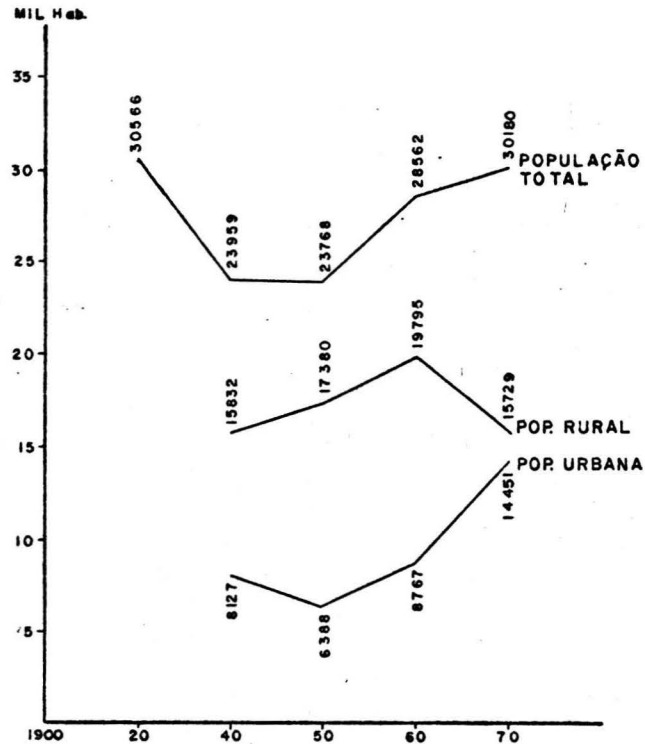


GRÁFICO 1

FONTES- CENSOS DEMOGRÁFICOS: 1920, 40, 50, 60, 70

POPULAÇÃO TOTAL DA ÁREA E DOS MUNICÍPIOS QUE A COMPÕEM

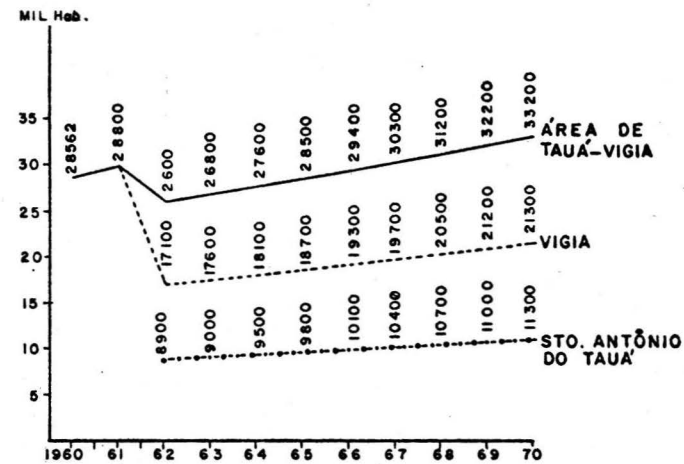


GRÁFICO 2

FONTE- D.E.É- SECRETARIA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
 ÁREA E POPULAÇÃO DO PARÁ  
 (ESTIMATIVA P/ 10 ANOS, 1960/70)-(mimeografado)

país gêneros alimentícios, não chegou a se efetivar. A maioria dos imigrantes sucedeu-se nos lotes sem se fixar, devastando impiedosamente suas matas, na prática de uma agricultura itinerante para garantir sua subsistência, na exploração da madeira, ou para produzir lenha e carvão. Os reflexos dessa ocupação se fizeram sentir na já abalada economia paraense, com repercussão sobre a população regional.

Vinculada a esse processo colonizador, Tauá-Vigia (então município de Vigia) perdeu significativa parcela de sua população de 1920 a 1940. De 30.566 habitantes em 1920, restaram 23.959 em 1940, tendo havido um decréscimo de 6.607 habitantes ou 21,61 %. A tantos nordestinos que migravam para sua terra natal, somavam-se, possivelmente, aqueles que iam em busca de melhores condições de vida na Capital. Essa perda se estende até 1950, quando houve pequena diminuição populacional (191 habitantes ou 0,80 %), agora reduzida a 23.768 habitantes.

Na década 1950-1960, houve significativo incremento demográfico; de 23.768 habitantes seu efetivo humano passou a 28.562 habitantes, tendo havido, portanto, um aumento de 20,16% (ou 4.794 habitantes) em relação ao início da década. Esse aumento não pode ser explicado apenas pelo crescimento vegetativo (36); ele parece estar muito mais vinculado a importante acontecimento econômico desencadeado no vale do Acará (Tomé-Açu) pelo nipônico Makinossuke USSUI (1933), que posteriormente atingiu a Bragantina e o Salgado (década de 1950-1960): o cultivo da pimenta do reino. Esse produto, por sua aceitação e valor no mercado internacional, passou a ser um grande negócio para os que possuíam terras às proximidades de Belém - principal centro financiador e exportador da pimenta, - ou que dispunham de capital para adquiri-las e dar formação aos novos

---

(36) - Esse crescimento é de difícil determinação uma vez que não existem dados sobre mortalidade total (há apenas os relativos à mortalidade infantil). Por outro lado, no que respeita à natalidade, outro problema surge para se determinar quantos são os filhos de naturais da área e quantos são os nascidos após a fixação dos pais.

pimentais. Nessa década, muitos foram atraídos para Tauá-Vigia como proprietários rurais, como administradores e empregados nos pimentais.

Na década seguinte, 1960-1970, o incremento populacional é menos significativo; aos 28.562 somavam-se 1.618 novos habitantes, registrando-se um aumento de 5,66 %. É nesse período que se verifica maior afluência de imigrantes japoneses; aos 12 existentes em 1960, somavam-se 76 novos imigrantes, dando um total de 88 indivíduos daquela nacionalidade (vide dados à p. 93).

A curva da população nessa década (PRANCHA VII: Gráfico 2) revela ter havido em 1961, razoável decréscimo do número de seus habitantes; no entanto, isso é facilmente explicável pelos desmembramentos territoriais da ilha de Colares e do distrito de Santo Antônio do Tauá, para constituírem municípios autônomos, de acordo com a Lei nº 2460 de 29 de setembro de 1961 (37). A partir de 1962, processou-se gradativo aumento populacional até o final do período; contudo, deve-se levar em consideração o otimismo das estimativas.

Na realidade o crescimento havido na década, foi muito mais significativo do que o revelado pelas estatísticas, estando melhor caracterizado nas adaptações feitas pelo IBGE, às modificações territoriais ocorridas entre 1960-1970, dos dados censitários de 1970 (Quadro 11)

Os dados evidenciam o expressivo aumento populacional do município de Vigia, embora a taxa de crescimento de Santo Antônio do Tauá seja mais significativa; revelam também a variabilidade desse crescimento dentro de cada município. Essa variabilidade pode ser melhor avaliada em sua expressão cartográfica (PRANCHA VIII: Cartograma 1, Quadro 12).

No cartograma indicado, percebe-se que Vigia e Santo Antônio do Tauá, foram os distritos que apresentaram os maiores incrementos demográficos. A grande perda populacional de Espírito Santo do Tauá na realidade não ocorreu, trata-se ape-

---

(37) - Informações Básicas dos Municípios de Santo Antônio do Tauá e Vigia, IBGE - PARÁ, 1966 (mimeografado).

QUADRO 11 - ÁREA TAUÁ-VIGIA - POPULAÇÃO RECENSEADA EM 1960 e 1970			
MUNICÍPIOS E DISTRITOS	POPULAÇÃO EM 1960	POPULAÇÃO EM 1970	TAXA DE CRESCIMENTO (EM %)
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	8.208	10.919	33,03
Santo Antônio do Tauá	3.078	4.722	
Espírito Santo do Tauá	5.130	2.900	
São Raimundo do Borralho	-	3.297	
VIGIA	16.055	19.261	19,97
Vigia	10.397	14.193	
Penhalonga	1.113	1.262	
Porto Salvo	2.918	1.875	
Santa Rosa do Vigia	1.627	1.931	
ÁREA TAUÁ-VIGIA	24.263	30.180	24,39

FONTES: Sinótese Preliminar do Censo Demográfico - PARÁ, VIII Recenseamento Geral-1970, Fundação IBGE-IBE, Rio de Janeiro, 1971.

Censo Demográfico - PARÁ - VIII Recenseamento Geral - 1970, pp.36/37. Fundação IBGE-IBE, Rio de Janeiro, 1973, pp. 317 e 335.

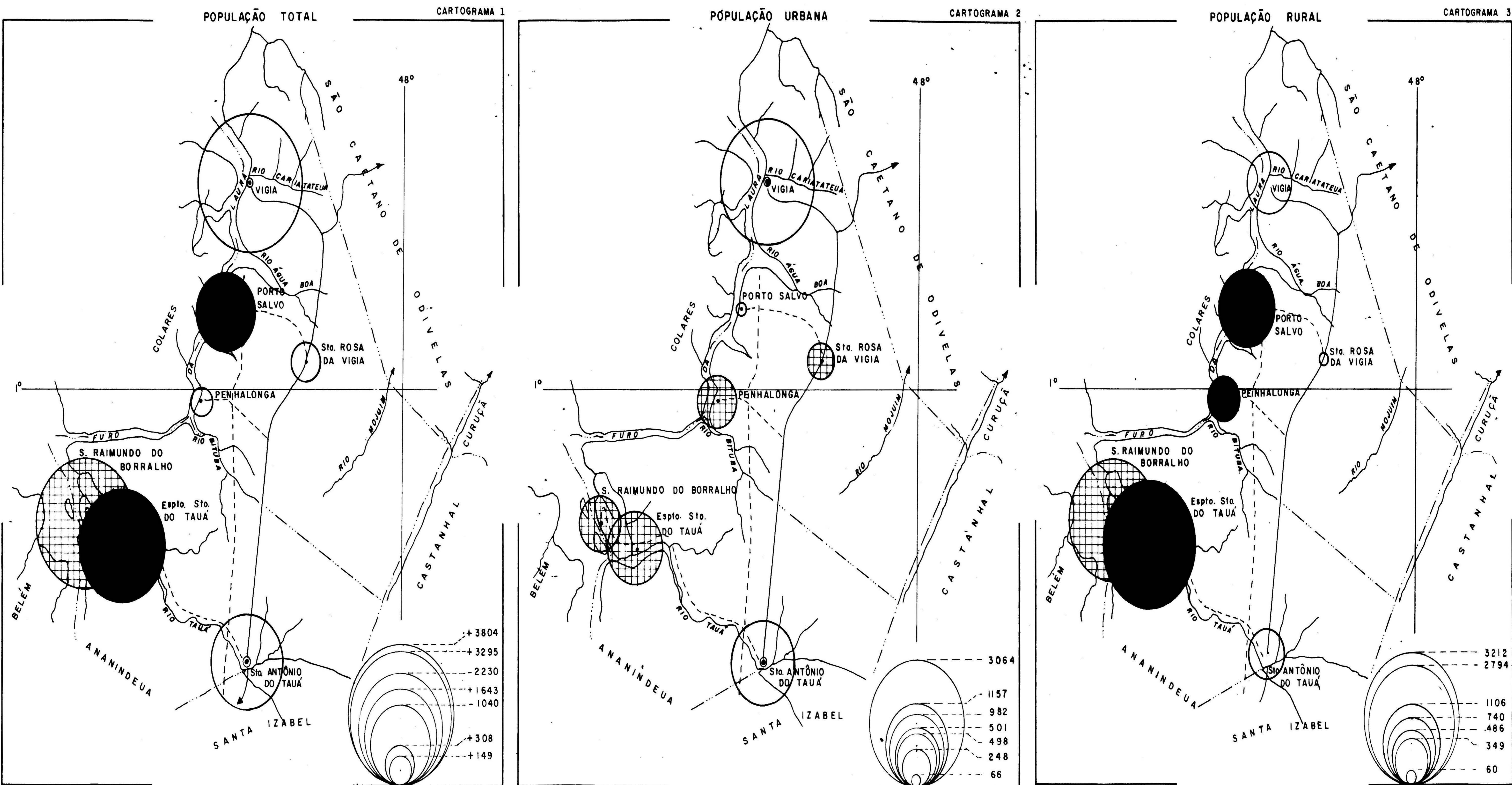
QUADRO 12 - Tauá-Vigia:- VARIAÇÃO ABSOLUTA DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA e RURAL - 1960-1970 -

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL		VARIAÇÃO ABSOLUTA DA POPU- LAÇÃO TO- TAL	POPULAÇÃO URBANA		VARIAÇÃO ABSOLUTA DA POPU- LAÇÃO UR- BANA	POPULAÇÃO RURAL		VARIAÇÃO ABSOLUTA POPULAÇÃO RURAL
	1960	1970		1960	1970		1960	1970	
(1) SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	8 208	10 919	+ 2 711	232	2 869	+ 2 637	7 976	8 050	+ 74
(2) (3) Santo Antônio do Tauá	3.078	4.722	+ 1 644	232	1 385	+ 1 153	2 846	3 337	+491
(1) Espírito Santo do Tauá	5 130	2 900	- 2 230	-	983	983	5 130	1 917	-3 213
(1) São Raimundo do Borrvalho	-	3 297	3 297	-	501	501	-	2 796	2 796
(2) VIGIA	16 055	19 261	+ 3 206	7 712	11 582	+ 3 870	8 343	7 679	- 664
(3) Vigia	10 397	14 193	+ 3 796	7 167	10 225	+ 3 058	3 230	3 968	+ 738
(1) Penhalonga	1 113	1 262	+ 149	-	498	498	1 113	764	- 349
(2) Porto Salvo	2 918	1 875	- 1 043	545	611	+ 66	2 373	1 264	-1 109
(1) Santa Rosa	1 627	1 931	+ 304	-	248	248	1 627	1 683	+ 56
ÁREA TAUÁ-VIGIA	24 263	30 180	+ 5 917	7 944	10 451	+ 6 507	16 319	15 729	- 509

FONTE - Fundação IBGE- BE (Dep. de Censos);  
Sinópse do Censo Demográfico - Pará, VIII, Recenseamento  
Geral - 1970, Rio de Janeiro, 1971, p. 96.  
Censo Demográfico - PARÁ, VIII Recenseamento Geral - 1970  
Série Regional, Vol. I, T.IV, Rio de Janeiro, 1973, pp 312  
e 335.

(1) - Criado após o Censo de 1960.  
(2) - Sofreu desmembramento após  
o Censo de 1960.  
(3) - Teve área acrescida após o  
Censo de 1960.

# VARIAÇÃO ABSOLUTA DA POPULAÇÃO POR DISTRITOS EM TAUÁ-VIGIA ENTRE 1960-1970



BASE - CARTA DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ E VIGIA 1960 - CNG - ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS REGIÃO NORTE - 1957

Org. - Iraci Palheta.  
 Des. - Fausto C. de Lima.

nas do desmembramento territorial de São Raimundo do Borralho, para constituir um novo distrito. Ao somar suas populações, percebe-se que houve, aliás, um aumento de mais de 1.000 habitantes (1.067 habitantes). O único distrito que experimentou diminuição populacional foi Porto Salvo, tendo perdido, nessa década, 1.043 de seus habitantes; nesse caso, se está diante do efetivo movimento migratório.

As curvas das populações rural e urbana do período de 1940 a 1970, revelam as variações ocorridas no quadro demográfico da área estudada (PRANCHA VII: Gráfico 1). O aumento de mais de 1.500 habitantes (1.548 habitantes) na população rural no período 1940-1950, é bastante significativo em uma área que vinha sofrendo perda gradativa de sua população. A esse incremento devem ter contribuído elementos nordestinos que migraram para o Estado do Pará, durante a grande seca de 1941-1944 (PENTEADO, 1968 p. 60).

A população urbana, ao contrário da rural, apresentou sensível declínio (1.739 habitantes), possivelmente a favor da capital paraense, em consequência do enfraquecimento das relações comerciais das cidades e vilas com suas áreas rurais. Vigia, nessa época, passou a viver praticamente só em função da pesca e seu comércio com Belém. Os laços com a Capital estreitaram-se através da revalorização da navegação costeira, pois a ligação por terra era dificultada pela má conservação das estradas. A atividade pesqueira, o débil comércio local e as atividades de transporte, não eram capazes de absorver a mão de obra que continuamente emigrava para Belém, em busca de trabalho. O mesmo acontecia com os demais núcleos "urbanos" que perdiam em quase completo abandono.

Já a década 1950-1960, é caracterizada por sensível aumento populacional tanto na área urbana como na rural, sendo o desta última mais significativo (2.415 habitantes). Esse crescimento deve ter se processado no final dos anos 50, pois em 1957, poucos elementos indicavam a presença do homem naquela área rural. Extensas áreas de capoeiras e capoeirões, interrompidos por roças de mandioca ou milho, dominavam a paisagem. Ao sul do povoado de Santo Antônio do Tauá, começavam a

despontar os primeiros pimentais.

Nessa época, Santo Antônio do Tauá, embora considerado urbano pelas estatísticas oficiais, não passava de um simples aglomerado rural, com umas poucas habitações enfileiradas de um lado e outro da estrada. As duas únicas vendas existentes serviam mais de pontos de reunião de seus moradores e habitantes rurais das redondezas, do que às suas funções específicas; algumas garrafas de pinga, uma ou duas mantas de jabá, uma "enfiada" de peixe salgado, um tambor de querosene e um saco de farinha, eram praticamente os únicos produtos oferecidos à pobre clientela.

O crescimento da população nessa década está, pois, intimamente vinculado à difusão dos pimentais em terras do então distrito de Santo Antônio do Tauá (à partir de 1.956), atraindo elementos de nacionalidade japonesa e pessoas de outras áreas do Estado. Portanto, a década 1950-1960 marca o início decisivo das transformações ocorridas na organização do espaço e na economia rural tauá-vigiense.

A difusão dos pimentais determinou, entre outras coisas, a revalorização dos cultivos tradicionais, principalmente do arroz, atraindo novos proprietários para Tauá-Vigia; o cultivo da pimenta do reino responde ainda pela introdução de novas técnicas agrícolas e novas modalidades de uso da terra, por novas formas de organização do trabalho e da produção e pelo aparecimento de uma classe de proprietários desvinculados do meio rural.

No quadro urbano, o aumento populacional é bem expressivo, considerando-se a perda registrada na década anterior. Aos 6.388 residentes nas cidades e vilas em 1950, somavam-se 2.379 novos habitantes, tendo havido, portanto, um aumento da ordem de 37,24 %. Para tal crescimento, a cidade da Vigia contribuiu com a significativa parcela de 2.247 habitantes, ou 35,17 % (38). Esse incremento deve-se, sobretudo, à

---

(38) - Dados do Censo Demográfico - Estado do Pará - 1950, VI Recenseamento Geral; Censo Demográfico - Acre, Amazonas e Pará - 1960; VII Recenseamento Geral, Série Regional, V. I, T. II, 1ª parte.

importância crescente de Vigia como centro pesqueiro e entre - posto comercial da região do Salgado.

O decênio seguinte, 1960-1970, é caracterizado por acentuado aumento da população urbana em detrimento da rural. De 8.767 habitantes em 1960, a população urbana da área pas - sou a 14.451 habitantes; que significa um aumento de 5.684 ha - bitantes, ou 64,83 %. Já a população rural, diminuiu de 19.795 para 15.729 habitantes, havendo um decréscimo de 4.066 habitantes ou 20,54 %. Todavia, o decréscimo da população ru - ral não foi tão acentuado quanto o traduzido pela curva; é o que sugere o Gráfico 2 (PRANCHA VII). Embora tenha havido razoá - vel perda de população com o desmembramento da ilha de Cola - res, a área ganhou parte dos habitantes do distrito de Santa Isabel com a criação do município de Santo Antônio do Tauá (1961).

A evolução da população urbana e rural nessa década, está melhor caracterizada nos Cartogramas 2 e 3 (PRANCHA VIII; Quadro 12). No Cartograma 2, percebe-se que Vigia foi a cida - de de maior crescimento da década, tendo ganho 3.058 novos ha - bitantes. Para o cidadão vigiense "a cidade está reconquistan - do a importância que teve no passado". Segundo as estatísti - cas censitárias de 1970, Vigia (com seus 10.225 habitantes) era a quarta cidade mais populosa do Nordeste Paraense, depois de Castanhal (24.809 habitantes), Bragança (16.606 habitantes) e Capanema (15.587 habitantes). Destaque-se também o crescimen - to de Santo Antônio do Tauá, que teve sua população aumentada em 1.153 habitantes, transformando-se, nessa década, em impor - tante centro de comércio local. Enquanto o crescimento de Vi - gia deve-se à atividade pesqueira, o de Santo Antônio do Tauá está ligado à sua posição geográfica em relação à circulação lo - cal e regional - constituindo-se em parada obrigatória para os que se dirigem a Espírito Santo do Tauá e Vigia, - e ao maior dinamismo de sua zona rural.

Outra característica da década é a multiplicação de pequenos centros urbanos (assim considerados pelas estatísti - cas oficiais); no município de Santo Antônio do Tauá: Espírito Santo do Tauá e São Raimundo do Borralho; no município de Vi -

gia: Penhalonga e Santa Rosa, povoados rurais que se tornaram sedes de distritos (1961). Desses, Santo Antônio do Tauá e São Raimundo do Borralho, são os de maior população (983 e 501 habitantes, respectivamente).

Quanto à população rural (Cartograma 3), o distrito de Vigia foi o de maior crescimento na década (738 habitantes) seguido por Santo Antônio do Tauá (491 habitantes). Contudo, é importante assinalar que a acentuada diminuição registrada em Espírito Santo do Tauá, deve-se, exclusivamente, ao desmembramento territorial de São Raimundo do Borralho. Na realidade para o conjunto rural Espírito Santo do Tauá - São Raimundo do Borralho, houve importante acréscimo; basta somar-se as populações de suas sedes distritais à população rural do segundo distrito e subtrair a perda acusada para o primeiro, para comprovar-se o aumento de 1.067 pessoas, aliás, o maior havido em toda a área rural (Quadro 12). O único distrito que teve sua população rural diminuída foi Porto Salvo, perdendo na década 1.109 habitantes, em consequência, principalmente, de efetivo movimento migratório para a região de Belém, como demonstrou a pesquisa de campo.

Embora as estatísticas censitárias só deixem transparecer a migração rural-urbana para Porto Salvo, onde ela atinge a sua mais alta expressão, em toda a área estudada há saídas definitivas de seus habitantes, compensadas pela natalidade e, muitas vezes, pela entrada de pessoas de fora, atraídas pelo trabalho nos pimentais, como em Santo Antônio do Tauá, Espírito Santo do Tauá e Santa Rosa. Esse véulo do movimento migratório foi evidenciado no inquérito à uma amostra de 111 proprietários rurais, dos quais cerca de 25 % (25,22 %) declararam possuir, um ou mais filhos residindo fora, perfazendo um total de 72 filhos (39). Destes, 49 (ou 68,05 %) moram na Capital, 9 (ou 12,50 %) em Icoaraci e 1 (ou 1,39 %) em Ananindeua, o que dá um total de 59 ou 81,94 % dos filhos residindo na região de Belém; dos demais, (39) - De 72 filhos ausentes, de 28 proprietários rurais (dos 111 inqueridos), 23, ou 31,94 % eram de Porto Salvo e residiam em Belém (14 ou 19,44 %) e Icoaraci (9 ou 12,50 %), onde trabalhavam em atividades não agrícolas.

5 ou 6,94 % em Santa Isabel, 4 ou 5,55 % em Vigia, 1 ou 1,39 % em Curuça, 1 ou 1,39 % no Amapá (Macapá), 1 ou 1,39 % em Manáus e 1 ou 1,39 % em São Paulo (PRANCHA IX: Gráfico 1).

Os tipos de ocupação dessas pessoas no local de fixação, indica Belém como principal polo de atração (da população feminina) pelas oportunidades de emprego em casas de família (16 ou 22,22 %), por suas escolas (12 ou 16,66 %), pelas facilidades de emprego no comércio (9 ou 12,50 %), na indústria (7 ou 9,72 %) e, secundariamente, na agricultura (4 ou 5,55%) Icoaraci, com grande defasagem em relação a Belém, atrai mais por sua indústria de construção naval (5 ou 6,94 %). Além dessas, duas outras áreas exercem pequeno poder de atração sobre a população rural estudada, são elas: Santa Isabel (5 ou 6,94 %), Vigia (4 ou 5,55 %), a primeira essencialmente pelo trabalho nos pimentais e a segunda principalmente por suas escolas (2 ou 2,77 %). As demais localidades são centros regionais e nacional de procura ocasional por parte da população local.

No gráfico indicado, percebe-se que a maioria dos indivíduos buscam trabalho em ocupações não agrícolas (48 ou 66,66 %), principalmente naquelas pouco exigentes na qualificação de mão de obra, sendo Belém o local mais procurado. Não pequeno número deixa a casa dos pais para dar continuidade aos estudos (16 ou 22,22 %), a maioria em escolas de Belém, embora outros locais sejam procurados (Vigia, Manáus e São Paulo). É importante salientar que a maior parte é constituída por filhos de japoneses que buscam as escolas de segundo grau em Belém (7 ou 9,72 %) e Vigia (1 ou 1,39 %), e as universidades em Manáus (1 ou 1,39 %) e São Paulo (1 ou 1,39 %): Esses dados revelam a importância da instrução para o imigrante japonês na educação dos filhos.

A maioria dos casos analisados, trata-se de definitiva de indivíduos economicamente da área rural, o que deve repercutir nas atividades agrárias, e de indivíduos potencialmente ativos que, por não terem a menor qualificação, não são absorvidos pela demanda de mão de obra permanente ou

# EVASÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE TAUÁ-VIGIA

PRANCHA IX

DESTINO - (LOCAL ONDE RESIDE)

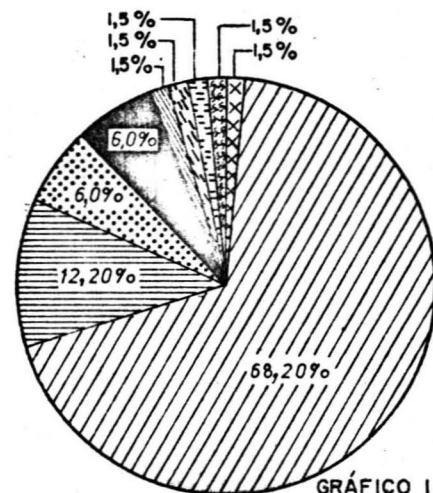


GRÁFICO 1



PROFISSÃO EXERCIDA NO LOCAL DE RESIDÊNCIA

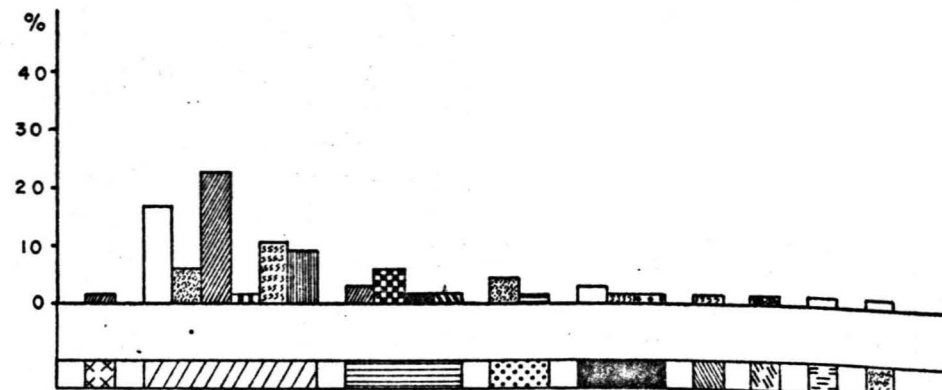


GRÁFICO 2



FONTE - INQUÉRITOS RURAIS

(filhos que residem fora segundo  
declaração dos pais)

ORG. IRACI PALHETA  
DES. FAUSTO C. DE LIMA

semi-permanente das atividades agrícolas economicamente mais significativas daquele meio rural. Essa evasão de população rural, sem dúvida, constitui-se um dos sérios problemas da área estudada.

### 2.3.2. - A contribuição do fluxo migratório

As estatísticas censitárias de 1970, revelam ser a população de Tauá-Vigia composta, predominantemente, por brasileiros natos (30.083 habitantes ou 99,68 % do total); os estrangeiros e os brasileiros naturalizados, somados, não chegam a 1,0 % do total de seus habitantes. Os poucos estrangeiros existentes estão concentrados no município de Santo Antônio do Tauá (91 dos 95 presentes) (Quadro 13):

QUADRO 13: NACIONALIDADE DA POPULAÇÃO TAUÁ-VIGIENSE

	STº. ANTº DO TAUÁ		V I G I A		ÁREA TAUÁ-VIGIA	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
BRASILEIROS NATOS	10.827	99,15	19.256	99,97	30.083	99,68
BRASILEIROS NATURALIZADOS	1	0,01	1	-	2	-
ESTRANGEIROS	91	0,93	4	0,02	95	0,31
<b>T O T A I S</b>	<b>10.919</b>	<b>99,99</b>	<b>19.261</b>	<b>99,99</b>	<b>30.180</b>	<b>99,99</b>

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO - PARÁ, VIII RECENTEAMENTO GERAL, 1970, Série Regional Vol I, I. IV pp. 184 a 187.

A população estrangeira acha-se distribuída pelas seguintes nacionalidades (Quadro 14):

QUADRO 14 - ESTRANGEIROS RESIDENTES EM TAUÁ-VIGIA, POR NACIONALIDADE - 1970

NACIONALIDADE	STº ANTÔNIO DO TAUÁ	VIGIA	ÁREA TAUÁ-VIGIA
Espanhois	1	-	1
Italianos	-	3	3
Japoneses	88	-	88
Libaneses	1	-	1
Portugueses	-	1	1
Sem declaração	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>4</b>	<b>95</b>

FONTE: Censo Demográfico - PARÁ, VIII Recenseamento Geral, 1970, Série Regional, Vol. I, T. IV, pp. 174 a 179.

Os imigrantes japoneses acham-se concentrados em em Santo Antônio do Tauá, sendo quantitativamente os mais significativos; os italianos e o espanhol talvez sejam remanescentes dos imigrantes introduzidos por Francisco Cepeda e Enéas Martins entre 1895-1900.

Os nacionais são constituídos predominantemente por paraenses (29.801 dos 30.180 habitantes da área ou 98,24 % desse total); os naturais de outras unidades da Federação, embora pouco significativos percentualmente, tem participação maior que os estrangeiros (ao todo 282 habitantes ou 0,93 % do total); - sem dúvida, são aos nordestinos que contribuem com maior parcela dessa população (163 habitantes ou 0,54 % do total), seguindo-se, com grande inferioridade numérica, os naturais de outras unidades amazônicas (71 habitantes ou 0,27 % do total); os re-

presentantes de outras regiões brasileiras são pouco expressivos no conjunto da população (Quadro 15).

QUADRO 15: - NATURALIDADE DA POPULAÇÃO TAUÁ-VIGIENSE, 1970

	STº. ANTº. DO TAUÁ		V I G I A		ÁREA TAUÁ - VIGIA	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
PARÁ	10.645	97,49	19.156	99,45	29.801	98,74
AMAZÔNIA *	24	0,22	47	0,24	71	0,23
MARANHÃO -PIAUI	10	0,09	29	0,15	39	0,13
ESTADOS DO NORDESTE	144	1,32	19	0,10	163	0,54
EST.DO CENTRO - SUL E SUDESTE	4	0,03	5	0,02	9	0,03
T O T A I S	10.827	99,15	19.256	99,96	30.083	99,67

\* Outras unidades com exceção do Pará

FONTE: - CENSO DEMOGRÁFICO - PARÁ, VIII RECENTEAMENTO GERAL, 1970, Série Regional Vol: I, T. IV pp 174 a 179.

Nos totais dos não naturais dos municípios da área estudada, percebe-se que, tanto Santo Antônio do Tauá como Vigia acolheram importantes fluxos migratórios (1437 e 1215 indivíduos, respectivamente), mas Vigia é o maior receptor. A corrente mais significativa de imigrantes é, inegavelmente, a de paraenses, responsável por 89,36 % da corrente migratória intra estadual ou inter municipal para a área pesquisada; grande parte dessa corrente migratória dirigiu-se para o município de Vigia e outra parcela bastante significativa para Santo Antônio do Tauá (1337 e 1033 indivíduos ou 93,04 % e 85,02 % de suas populações imigradas, respectivamente) (Quadro 16).

QUADRO 16 - ÁREA TAUÁ-VIGIA : POPULAÇÃO NÃO NATURAL POR LOCAL DE NASCIMENTO, 1970

Local de Nascimento	Santo Antônio do Tauá		Vigia		Área Tauá - Vigia	
	Total	%	Total	%	Total	%
PARÁ (1)	1.033	85,02	1 337	93,04	2 370	89,36
OUTRAS UNID. DA AMAZÔNIA	24	1,97	47	3,27	71	2,68
Acre	3	0,24	2	0,14	5	0,19
Amapá	6	0,50	40	2,78	46	1,73
Amazonas	13	1,07	5	-	18	0,68
Rondônia	1	0,08	-	-	1	0,04
Roraima	1	0,08	-	-	1	0,04
MARANHÃO E PIAUÍ	10	0,82	29	2,02	39	1,47
Maranhão	10	0,82	25	1,74	35	1,32
Piauí	-	-	4	0,28	4	0,15
NORDESTE	144	11,85	19	1,32	163	6,14
Alagoas	2	0,16	-	-	2	0,07
Bahia	-	-	1	0,07	1	0,04
Ceará	114	9,38	10	0,69	124	4,67
Rio Grande do Norte	21	1,73	5	0,35	26	0,98
Paraíba	4	0,33	2	0,14	6	0,23
Pernambuco	3	0,24	1	0,07	4	0,15
CENTRO, SUL E SUDESTE	4	0,33	5	0,35	9	0,34
Goiás	1	0,08	-	-	1	0,04
Minas Gerais	2	0,16	1	0,07	3	0,11
Rio de Janeiro	1	0,08	-	-	1	0,04
Rio Grande do Sul	-	-	2	0,14	2	0,07
São Paulo	-	-	2	0,14	2	0,07
T O T A L	1 215	99,99	1 437	100,00	2 652	99,99

FONTE: Censo Demográfico - PARÁ, VIII Recenseamento Geral 1970, Série Regional Vol. I, T. IV pp. 174-179, 204-205.

(1): As estatísticas censitárias não contém informações sobre o local de nascimento da população natural do Pará ; assim os naturais do Pará nascidos em outros municípios (NP) foram obtidos através da fórmula  $NP = \sum NN - \sum NE$ , onde NN representa os não naturais da área estudada e NE os de outros Estados Brasileiros.

O quadro indicado mostra que a contribuição da Amazônia é muito pequena (71 imigrantes ou 2,68 % dos imigrantes), e o território do Amapá é a unidade regional que cede maior contingente populacional (46 imigrantes ou 1,73 % do total), sendo Vigia o principal receptor (47 imigrantes ou 2,78% do total municipal); isso se deve, naturalmente, às maiores relações entre esse município e aquela unidade amazônica através de seu "porto".

Das regiões brasileiras, o Nordeste é, incontestavelmente, a que contribui com a maior parcela da população migrada. Depois do Pará, é o mais importante fluxo migratório para Tauá-Vigia (163 imigrantes ou 6,14 % do total); Santo Antônio do Tauá foi o município que recebeu maior parcela desses imigrantes (144 ou 11,85 % do fluxo total para o município). Nessa corrente migratória destacam-se, sobretudo, os cearenses (124 imigrantes ou 4,67 % do total), concentrados principalmente em Santo Antônio do Tauá (114 ou 9,38 % do fluxo migratório para o município).

A participação dos nordestinos no fluxo migratório para a área estudada, deve-se à antiguidade dessa migração, que se iniciou com o processo colonizador bragantino, ao número de núcleos coloniais ali instalados e à repetição cíclica das secas, somada a fatores socio-econômicos das áreas de repulsão do Nordeste e econômicos de atração para a Amazônia. É praticamente impossível avaliar a contribuição real dessas migrações, pois além de inexistir uma sequência de dados sobre elas, ignora-se quais os "efeitos da mortalidade e a migração de retorno" (SUDAM, 1976, Vol. I. p. 12). E no caso específico deste trabalho, a mobilidade interna desses imigrantes no Estado e na região. Nessas condições, far-se-á um balanço parcial e grosseiro da contribuição desses imigrantes e de outras correntes migratorias para a população rural da área pesquisada.

Os inquéritos de campo evidenciaram uma situação bem diferente da revelada pelas estatísticas censitárias para o conjunto da população. Do total de indivíduos inquiridos (111 ao todo), 74 ou 66,66 % são naturais da própria área,

havendo, entretanto, significativa participação de pessoas de fora (37 ou 33.33 %), como demonstra o Quadro abaixo:

QUADRO 17 - TAUÁ-VIGIA: NATURALIDADE DA POPULAÇÃO RURAL  
(1971-1973)

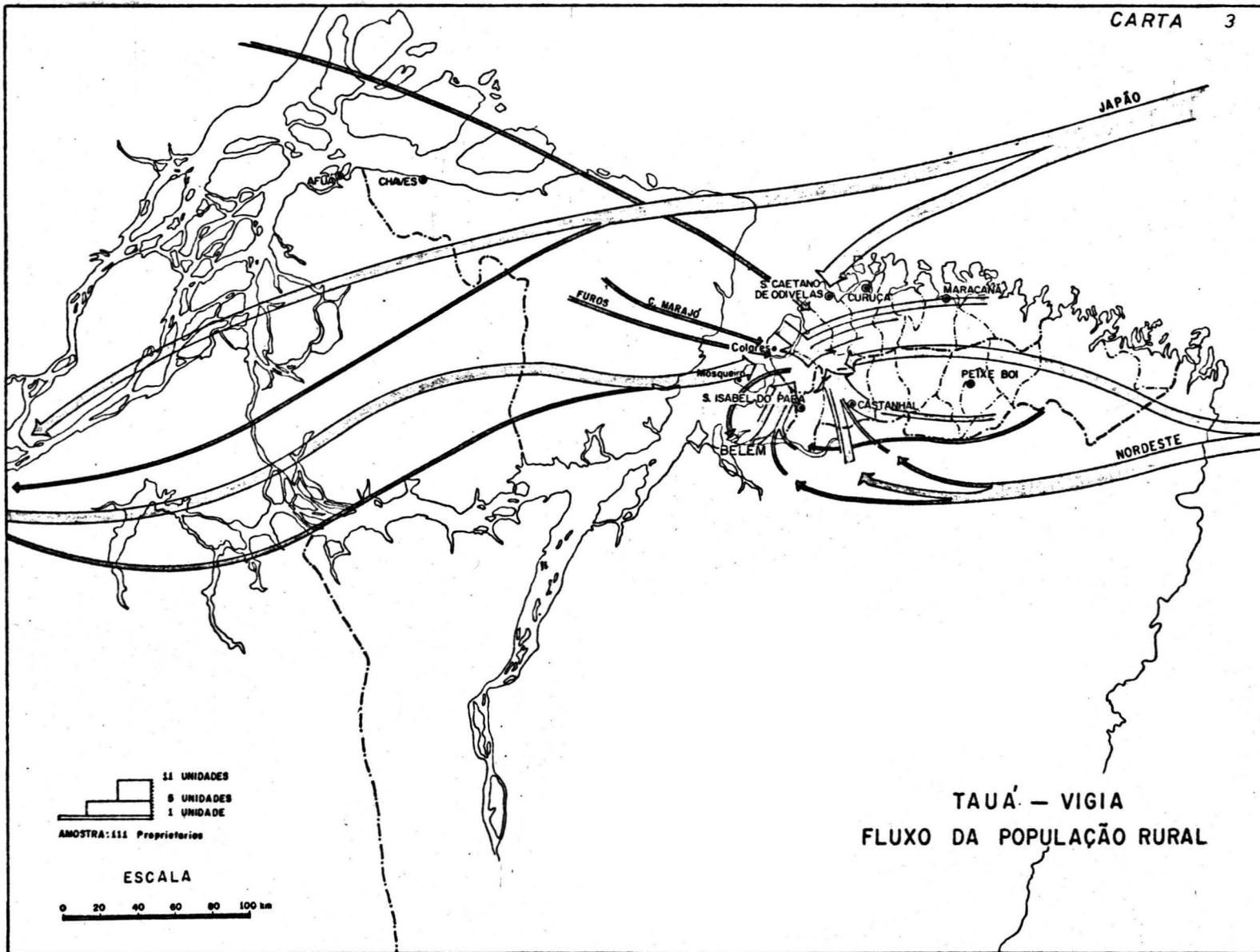
NATURALIDADE E NACIONALIDADE DA POPULAÇÃO	TOTAL	%
1. DA PRÓPRIA ÁREA	74	66,66
2. DE FORA:	37	33,33
2.1. DE OUTRAS ÁREAS DO PARÁ:	<u>21</u>	<u>18,92</u>
2.1.1. MICRO-REG. DE BELÉM	2	1,80
Belém	1	0,90
Mosqueiro	1	0,90
2.1.2. MICRO-REG. BRAGANTINA	<u>6</u>	<u>5,40</u>
Capanema	1	0,90
Castanhal	2	1,80
Santa Isabel	1	0,90
Peixe-Boi	2	1,80
2.1.3. MICRO-REG. DOS CAMPOS DE MARAJÓ (Chaves)	<u>1</u>	<u>0,90</u>
2.1.4. MICRO-REG. DOS FUIROS (Afuá)	<u>1</u>	<u>0,90</u>
2.1.5. MICRO-REG. DO SALGADO	<u>11</u>	<u>9,91</u>
Colares	4	3,60
São Caetano de Odivelas	3	2,70
Maracanã	2	1,80
Curuçá	2	1,80
2.2. DE OUTRAS UNID. DA FEDERAÇÃO	<u>8</u>	<u>7,21</u>
Amapá	1	0,90
Ceará	6	5,40
Rio Grande do Norte	1	0,90
2.3. DO EXTERIOR (Japão)	<u>8</u>	<u>7,21</u>
TOTAL	111	99,99

FONTE: Inquéritos rurais (1971 - 1973).

Os não naturais da área são representados, predominantemente, por indivíduos de outras áreas do Estado (18,91 %), de modo especial, da própria região do Salgado (9,91 %). Os naturais de outros Estados e os japoneses têm uma participação bem mais significativa que aquela revelada pelo censo demográfico de 1970, ambos participando com mais de 7,0 % (7,21 % e 7,21 % respectivamente) da população rural inquirida. Depois do Salgado, a Bragantina é a micro-região de maior fluxo migratório para Tauá-Vigia (5,40%); na primeira, os municípios de Colares e São Caetano de Odivelas, são os que cedem maior parcela de migrantes (3,60 e 2,70 %, respectivamente) e na segunda, Castanhal e Peixe-Boi (1,80 % e 1,80 %, respectivamente). No fluxo migratório interestadual, os cearenses são os mais representativos (5,40 %).

A carta de fluxo dessa população, mostra que a micro-região do Salgado é a que cede maior percentagem de migrantes (9,92 %), em virtude principalmente da contribuição dos municípios de Colares e São Caetano de Odivelas, vindo a seguir as micro-regiões Bragantina (7,21 %) e de Belém (5,40 %), cujos fluxos foram engrossados por nordestinos, no primeiro caso e de Tauá-Vigia e do Nordeste, no segundo. As micro-regiões dos Furos e dos Campos de Marajó, são, percentualmente, pouco significativas no conjunto da população rural (Carta 3).

É importante chamar a atenção para o fato de que nem todos os imigrantes procedem do local de nascimento, tendo havido deslocamentos para outras áreas do Estado, em geral para apenas uma localidade antes da fixação em Tauá-Vigia; isso indica a pouca mobilidade da população imigrada. Nesses deslocamentos destacam-se japoneses e nordestinos, como os grupos de maior mobilidade; dos 8 japoneses (7,21 %) que se fixaram naquela área rural, 4 (3,60 %) dirigiram-se diretamente para a área, os demais (4 ou 3,60 %) destinaram-se ao Médio Amazonas Paraense (Monte Alegre, 3 ou 2,70 % e Santarém: Belterra, 1 ou 0,90 %); já dos 7 imigrantes nordestinos (6,30 %), apenas 3 (2,70 %) foram diretamente para Tauá-Vigia, os demais (4 ou 3,60 %) dirigiram-se para as regiões Bragantina (Santa Isabel 1,80 % e Castanhal, 0,9 %) e de Belém (Belém 0,90 %). Nota-se, ainda, pequeno deslocamento de população de Tauá-Vigia (Vigia)



TAUÁ - VIGIA  
FLUXO DA POPULAÇÃO RURAL

para a região de Belém (1,80% ao todo para Belém e Icoaraci e da Bragantina (Capanema) para Belém (0,90%). São justamente as três últimas categorias de imigrantes, que engrossaram as fileiras dos naturais das regiões Bragantina e de Belém para a área rural estudada.

Os imigrantes nordestinos são os únicos que apresentam múltiplos destinos (Tauá-Vigia, Castanhal, Santa Isabel e Belém); depois dos procedentes da região do Salgado esses são bem mais representativos no conjunto da população inquirida. Todavia, se aos nordestinos somar-se os da área e de fora (Bragantina e Belém) que declararam pais cearenses (pai e mãe : 9,91%; só pai: 3,60%; só mãe: 2,70%), ter-se-á uma percentagem significativa da contribuição do imigrante nordestino para a população rural Tauá-vigiense (22,51%).

Convém salientar ainda, os pequenos deslocamentos de população entre os municípios da área estudada e que Vigia contribui com um fluxo maior para Santo Antonio do Tauá (3,60 %) do que este município para Vigia (1,80 %).

Considerando-se tais imigrantes, por período, local e razões da fixação, percebe-se que a maior parte deslocou-se para Tauá-Vigia entre 1950 e 1970, sendo Santo Antonio do Tauá o município mais procurado, principalmente entre 1960-1970, e a pimenta do reino o fator essencial de atração, como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 13a- PERÍODO, LOCAL E RAZÕES DA FIXAÇÃO EM TAUÁ - VIGIA

Período de Fixação	Nº de Migrantes	LOCAL		RAZÕES DA FIXAÇÃO						
		S.A. do Tauá	Vigia	Trab. Agric.	Cult. Piment.	Facil. Transp.	Comércio	Prox. Merc.	Facil. Comercio.	Outros
antes de 1950	6	5	1	3	-	-	-	1	1	1
de 1950 a 1960	13	8	5	2	8	1	1	-	-	1
de 1960 a 1970	17	13	4	6	7	-	2	1	1	-
depois de 1970	9	7	2	2	2	1	1	-	2	1
<b>TOTAIS</b>	<b>45</b>	<b>33</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>

FONTE: Inquéritos Rurais, 1971/1973.

Nesse quadro evidencia-se o poder de atração exercido pela pimenta do reino; nos três últimos períodos ali indicados, o trabalho nos pimentais foi o principal fator de fixação. A maior parte da população atraída para aquela área rural, é constituída por citadinos e, portanto, por indivíduos sem experiência no trabalho da terra; é o que demonstram os Gráficos 1, 2 e 3 (PRANCHA X). Em 1970, mais de 60 % (64,64 %) dos não naturais da área, é de procedência urbana e Santo Antônio do Tauá o município que atraiu maior parcela de citadinos, que chegam a representar cerca de 70 % (69,80 %) de sua população rural; em Vigia, embora eles não tenham a mesma expressão, representam mais de 56 % (56,70 %) da população fixada na zona rural.

Só uma grande motivação econômica poderia exercer tal poder de atração. Sem dúvida o desejo de novos ganhos propiciados pela pimenta do reino, a oportunidade de trabalho nos novos pimentais, foram os fatores responsáveis pela maioria dos deslocamentos para Tauá-Vigia.

### 2.3.3. As características etárias da população

A população tauá-vigiense é essencialmente jovem; mais de 50 % de seus habitantes (56,03 %) tem menos de 20 anos, 38,57 % entre 20 e 60 anos e apenas 5,40 % mais de 60 anos (PRANCHA XI : Gráfico 1). Isso deve-se à uma elevada taxa de natalidade, que se acha refletida na ampla base da pirâmide de idades (PRANCHA XI : Gráfico 2).

Naquele meio rural os casais têm em média de 4 a 6 filhos, não sendo raro os que possuem mais de 6 (PRANCHA XII; Gráfico 1). Mas, o que pode significar o controle da natalidade para uma população com elevada taxa de analfabetismo? é o que revelam as estatísticas censitárias de 1970: 43,53 % da população tauá-vigiense acima de 5 anos era analfabeta; porém, deve-se considerar que, dos alfabetizados (56,47 %), muitos mal sabem escrever o nome. Na zona rural a situação é bem

# PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO RURAL DE TAUÁ-VIGIA PELO LOCAL DE DOMICÍLIO ANTERIOR

ÁREA TAUÁ-VIGIA

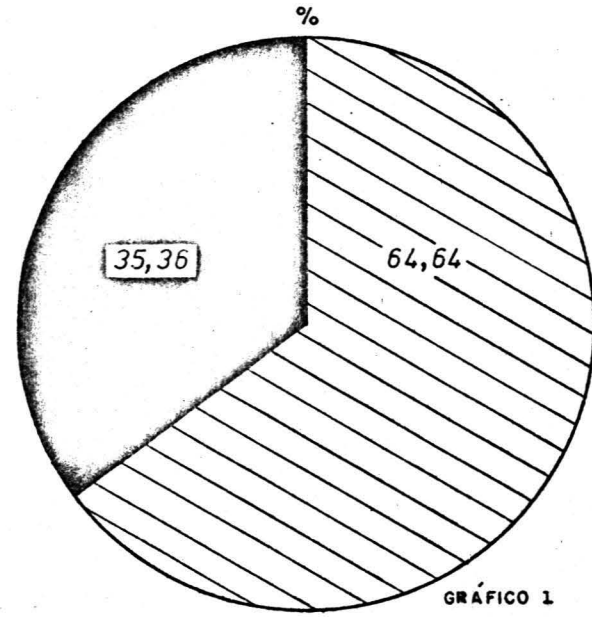


GRÁFICO 1

VIGIA

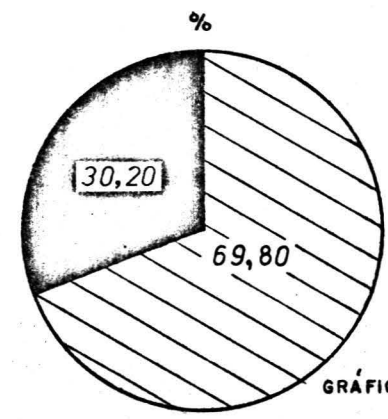


GRÁFICO 2

SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

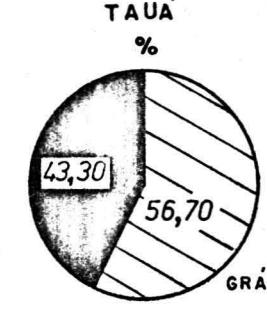


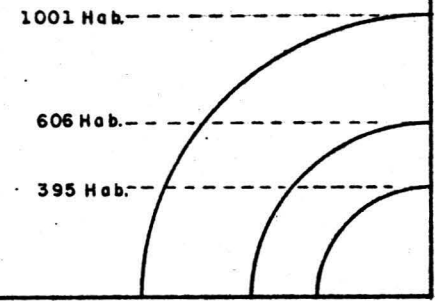


GRÁFICO 3

 PROCEDENTES DA ZONA URBANA  
 PROCEDENTES DA ZONA RURAL



FONTES.—FUNDAÇÃO IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA-DEP. DE CENSOS.  
 CENSO DEMOGRÁFICO, VIII RECENSEAMENTO GERAL-1970.  
 VOL I - TOMO IV. RIO DE JANEIRO

Org. Iraci Palheta.  
 Des. Fausto C. de Lima.

# COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DE TAUÁ-VIGIA EM 1970

A POPULAÇÃO PELOS GRANDES GRUPOS DE IDADES

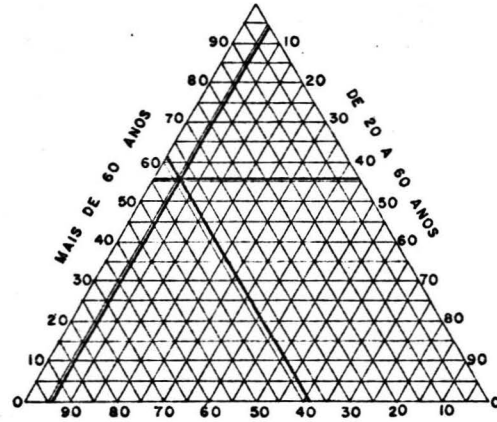


GRÁFICO 1

IDADE E SEXO DA POPULAÇÃO

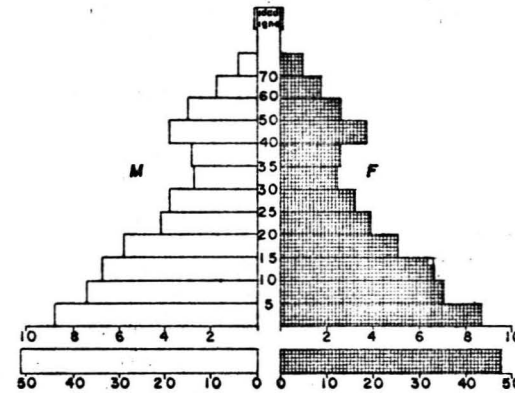


GRÁFICO 2

NIVEL DE INSTRUÇÃO

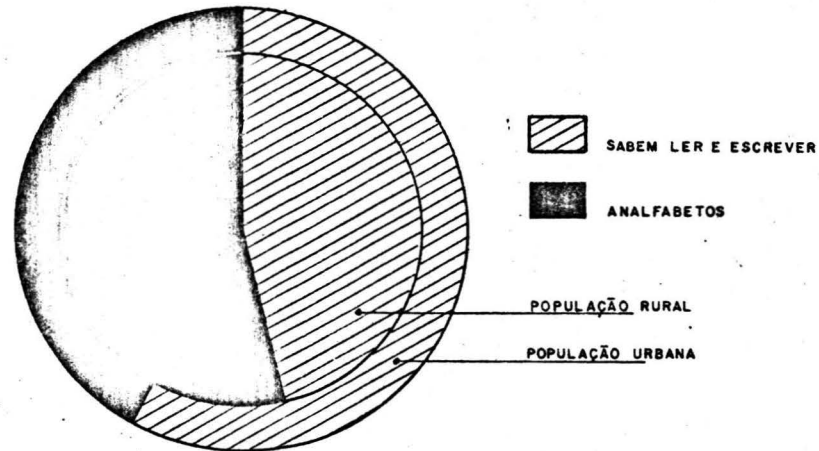


GRÁFICO 3

FONTE - FUNDAÇÃO IBGE-IBGE  
 CENSO DEMOGRÁFICO - PARA  
 VII RECENSEAMENTO GERAL, 1970  
 VOL. 2, TOMO IV. RIO DE JANEIRO.

ORG. IRAÍ PALHETA  
 DES. FAUSTO C. DE LIMA

# A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NO MEIO RURAL TAUÁ-VIGIENSE; 1971-1972.

NÚMERO DE FILHOS POR CASAL

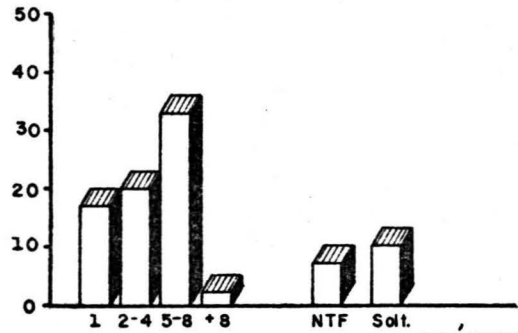


GRÁFICO 1

PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NO TRABALHO

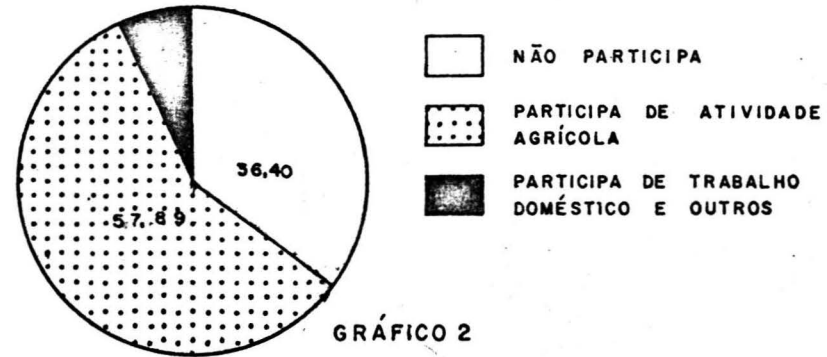


GRÁFICO 2

SITUAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS COM ATÉ 17 ANOS DE IDADE

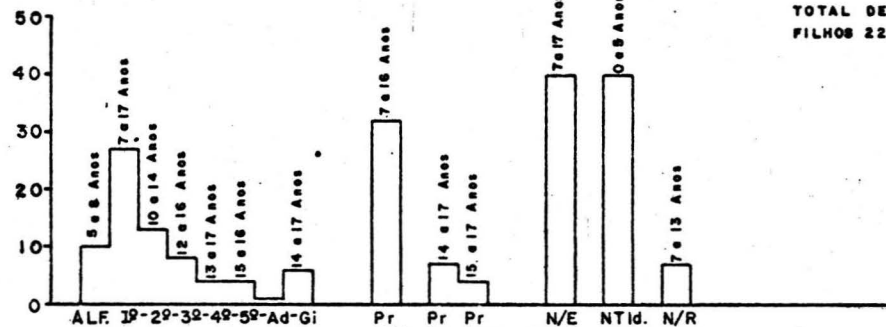


GRÁFICO 3

FONTES:  
INQUÉRITOS RURAIS  
1971-1972  
(Nº DE FILHOS 226)

ORG.: IRACI PALMETA  
DES.: FAUSTO C. DE LIMA

mais grave; ali, os analfabetos chegam a representar cerca de 55,0 % de seus habitantes (54,80 % aproximadamente) (40).

Por outro lado, naquele meio rural, a quantidade de filhos representa uma grande riqueza para os pais, uma vez que é transformada em efetivo fator de produção. Os dados obtidos no campo, mostram bem a veracidade de tal afirmativa - (PRANCHA XII: Gráfico 2); de um total de 208 crianças, 58,0 % participa do trabalho dos pais. A solicitação do trabalho da criança é tal, que, muitas vezes, ela se vê obrigada a abandonar os estudos, ou mesmo nem chega a iniciá-los (PRANCHA XII: Gráfico 3).

A análise da pirâmide de idades revela que até os 15 anos existe um certo equilíbrio entre os sexos; dos 15 aos 20 anos é sensível a diminuição do número de mulheres, o que vem ratificar o abandono do lar para o emprego doméstico na Capital, já referido no trabalho; na faixa de 20 a 30 anos, as saídas são menos perceptíveis; todavia, é nessa faixa de idade que ocorre uma sensível diminuição do número de indivíduos do sexo masculino. Os filhos homens, considerados "o braço direito do pai", só deixam a casa paterna quando atingem a maioridade e, o que é mais frequente, com o casamento, indo buscar na Capital melhores condições de trabalho e melhores escolas para seus filhos. Essas saídas refletem-se nas faixas seguintes de idade, 30 a 35 e 40 a 45 anos, onde há expressiva redução do número de habitantes (homens e mulheres); essas poderiam ser consideradas "classes creuses" da população tauá-vigiense (GARNIER, 1970 p. 191).

Na faixa dos 40 aos 50 anos e menos a de 50 a 60 anos, observa-se uma situação anômala, uma vez que a tendência da população local é diminuir, à medida que se atinge idades mais avançadas; o repentino aumento de indivíduos de ambos os sexos nas faixas indicadas, causa certa estranheza, mas

---

(40) - Segundo o Censo de 1970, de 24.922 habitantes com mais de 5 anos, de idade, apenas 14.074 sabem ler e escrever; na zona rural apenas 5.928, de 13.109 habitantes, o que dá um total de 10.848 analfabetos no conjunto da população e 7.181 analfabetos na zona rural.

pode ser explicado pela entrada significativa pessoas, possivelmente casais, nessas faixas de idade.

Embora haja sensível redução da população de 60 anos e mais, essa, no entanto, ultrapassa as expectativas, em uma área que muito reclama por um melhor padrão de saúde e bem estar.

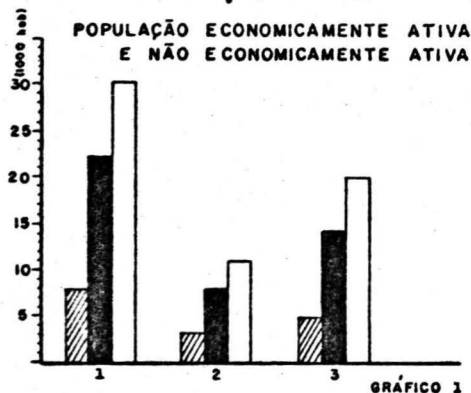
#### 2.3.4. A população ativa: seus encargos, sobrecarga econômica e sociais e a incorporação do trabalho da mulher

Em uma área onde o elevado número de jovens, sobretudo de crianças, é uma característica marcante, é de se esperar que sua população ativa não seja das mais significativas. Convém lembrar, porém, que as estatísticas não consideram o trabalho não remunerado dos membros da família (esposa e filhos menores) e as atividades domésticas dos mesmos, que contribuem para a economia familiar, fatos aliás contestados por diversos autores, como demonstra HUGON (1973, p. 273).

Assim, em Tauá-Vigia, a população que trabalha é reduzida; no total de 30.180 habitantes apenas 7.865 (ou 26,06 %) exercem atividades remuneradas. Em Vigia essa população é bem mais numerosa (4.828 habitantes) do que em Santo Antônio do Tauá (3.027 habitantes); porém, no total populacional de cada município, a população economicamente ativa de Santo Antônio do Tauá é mais expressiva e a sobrecarga dos que não trabalham é menor (PRANCHA XIII:Gráfico 1).

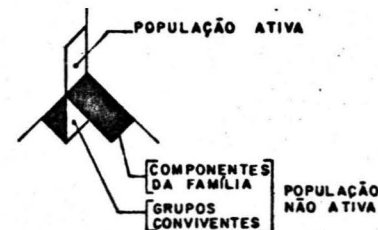
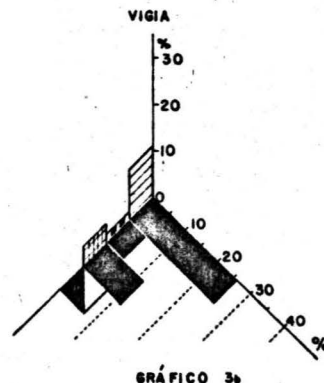
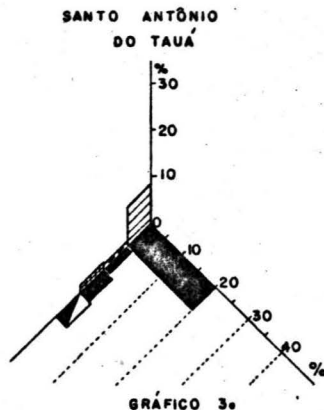
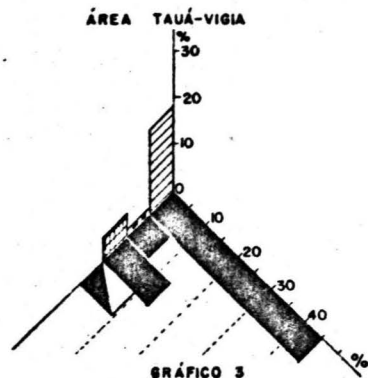
Na população de 10 anos e mais as discrepâncias se reduzem, mas a sobrecarga dos que não exercem atividades remuneradas é ainda bastante elevada; num total de 20.517 habitantes, 12.652 são indivíduos considerados não economicamente ativos, ou seja, mais de 60 % (61,66 %) da população indicada, ou mais de 50 % da população não economicamente ativa da área (22.315 habitantes). Santo Antônio do Tauá é o município que ocupa maior parcela de seus habitantes potencialmente ativos (40,52 %), enquanto Vigia emprega apenas 37,08 % dessa popula

# A POPULAÇÃO QUE TRABALHA, SEUS DEPENDENTES E SUA DISTRIBUIÇÃO PELOS SETORES DA ECONOMIA

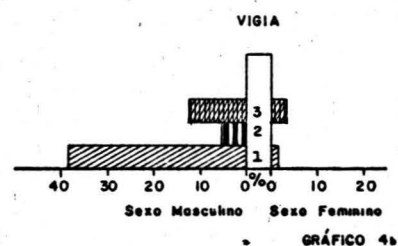
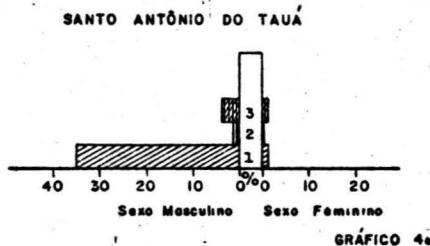
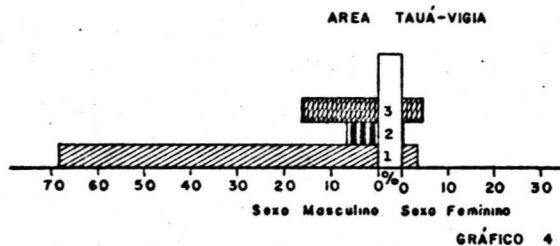


- 1 ÁREA TAUÁ-VIGIA
  - 2 SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ
  - 3 VIGIA
- POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
  - POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
  - POPULAÇÃO TOTAL (de 10 anos e mais)

**POPULAÇÃO ATIVA E NÃO ATIVA PELOS SETORES DA ECONOMIA**  
(no total da população)



**POPULAÇÃO ATIVA POR SEXO SEGUNDO OS SETORES DA ECONOMIA**



- SETOR PRIMÁRIO
- SETOR SECUNDÁRIO
- SETOR TERCIÁRIO

FONTE.- FUNDAÇÃO IBGE-IBGE  
CENSO DEMOGRÁFICO - PARÁ  
VII RECENSEAMENTO GERAL, 1970  
RIO DE JANEIRO

Org.- IRACI PALHETA  
Des.- FAUSTO G. DE LIMA

ção. Essa discrepância é consequente do trabalho remunerado de mulheres e crianças nos pimentais (PRANCHA XIII:Gráfico 2).

Considerando-se a população ativa pelos grandes setores da economia na população total, observa-se ser o setor primário o que ocupa maior parcela dessa população (18,8 %, aproximadamente); dos demais setores, de menor expressão, tem um certo destaque o terciário (5,5 %), devido essencialmente a contribuição prestada por Vigia (4,10 %) (PRANCHA XIII:Gráficos 3, 3a e 3b).

Embora grande parte da população ativa esteja concentrada no setor primário, é nesse setor que se encontra a maior parte da população não economicamente ativa (44,7 % aproximadamente), que representa uma grande sobrecarga econômica e social para a área estudada, para a qual Vigia contribui com cerca de 25,0 % (25,10 %). Daí, a população que trabalha na zona rural, concentrar seus esforços em atividades de subsistência, muitas vezes sem condições de produzir excedentes de que tanto necessita para oferecer melhores condições de vida à família; quando isso ocorre, a maioria dos indivíduos já está comprometida com o dono da venda que lhe fornece os gêneros de primeira necessidade. Em muitos casos, o vendeiro é um pequeno agricultor que comercializa seus excedentes e os de pequenos lavradores das redondezas, conseguindo, dessa forma, acumular um certo capital que é aplicado na compra de gêneros necessários à sua família e para ofertar à pobre clientela. Assim, dentro do setor primário, desenvolve-se o pequeno grupo de ocupação terciária.

Para garantir a sua sobrevivência, o pequeno agricultor defronta-se ainda com outras dificuldades; os que cultivam e beneficiam a mandioca e não possuem suas próprias casas de farinha, são forçados a pagar "conga" aos que as tenham para transformar sua produção (41); em 1972 esse tipo de aluguel variava entre Cr\$ 2,00 e Cr\$ 3,00 por saca de farinha produzida. Além disso, os que não vendem seus excedentes aos co-

---

(41) - "Conga" é a denominação local do aluguel pago aos proprietários da casa de farinha pelo uso do forno e dos instrumentos de trabalho.

merciantes locais (que algumas vezes são intermediários no processo de comercialização), para colocá-los no mercado, ficam à mercê de "marreteiros", que lhes pagam sempre quantias abaixo do valor da produção (via de regra, metade do valor da produção), descontando taxas de transporte e circulação e os juros dos "adiantamentos" em dinheiro (e no caso do vendeiro, em produtos) no período de entre safras.

Quando o agricultor não retira da atividade agrícola o necessário para a subsistência da família, quase sempre numerosa, busca, necessariamente, a complementaridade econômica dentro do próprio setor ou fora dele. É o que demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 18 - COMPLEMENTARIDADE ECONOMICA DO SETOR AGRÍCOLA EM TAUÁ-VIGIA

SETORES	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	Nº DE INFORMANTES	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
PRIMÁRIO	pesca	6	5,40
	extrativismo vegetal	9	8,10
	extração de laterita	4	3,60
	criação de animais (pequeno e médio porte)	2	1,80
TERCIÁRIO	comércio	5	4,50
	barbearia	1	0,90
	transporte	3	2,70
PRIM. E TERC.	pesca e construção	2	1,80
	pesca e carpintaria	2	1,80
TOTAL		34	30,60

FONTE: Inquéritos rurais, 1971-1973 (total da amostra 111 indivíduos).

Em 111 agricultores inqueridos, cerca de 30 % - (30,60 %) exerce outras atividades, sendo as do setor primário -

rio as mais procuradas; entre elas destacam-se; o extrativismo vegetal (8,10 %) e a pesca (5,40 %). e, secundariamente, a extração de laterita (3,60 %); no setor terciário, o comércio (4,50 %) e o transporte (3,70). Alguns agricultores buscam a complementação econômica em atividades múltiplas do setor primário e terciário.

Uma característica importante da população ativa da área estudada, é a pequena participação do trabalho remunerado da mulher. Em todos os setores da economia a mão de obra masculina é sempre superior à feminina, chegando a representar, em conjunto, cerca de 92 % da população economicamente ativa; a maior parte dessa mão de obra está concentrada no setor primário da economia (68,09 %). A mão de obra feminina, ao contrário, participa com apenas 8,0 % da população ativa e está concentrada no setor terciário (4,80 %) (PRANCHA XIII:Gráfico 4).

Nos municípios da área, registram-se situações distintas quanto ao trabalho remunerado da mulher; em Santo Antônio do Tauá, há uma ligeira predominância de mulheres no setor primário, enquanto em Vigia, a maior parte está concentrada no setor terciário; sua participação no setor secundário é inexpressiva no primeiro e inexistente no segundo município. (PRANCHA XIII:Gráficos 4a e 4b).

Em Tauá-Vigia, como em outras áreas rurais brasileiras, cabe ao homem a responsabilidade do sustento da família e à mulher a direção e o cuidado do lar; esta só é solicitada para o trabalho agrícola em épocas de acúmulo de serviço (plantio e colheita), quando há necessidade de sua colaboração (e dos filhos menores). Ali, todavia, como em outras áreas onde penetram culturas de mercado, a situação começa a se modificar; embora as estatísticas não considerem o trabalho temporário remunerado da mulher, este tem sido incorporado às atividades rurais através dos pimentais, o que sem dúvida, indica uma transformação nos padrões sociais tradicionalmente aceitos naquele meio rural.

### 3. A organização do espaço agrário

- 3.1. A distribuição das terras: evolução e definição da malha fundiária
- 3.2. As categorias de propriedades rurais
- 3.3. Os regimes de exploração
- 3.4. Os proprietários e suas vinculações com o meio rural
  - 3.4.1. A origem
  - 3.4.2. Condições jurídicas
  - 3.4.3. Condições socio-econômicas